

Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE

Memória e História do CBCE

Volume **1**



Larissa Lara
Pedro Athayde
Mauro Myskiw
Romilson Augusto dos Santos
Elisandro Schultz Wittizorecki
Victor Julierme Santos da Conceição
Allyson Carvalho de Araújo
Vicente Molina Neto
Organizadores



Coleção Educação Física

Larissa Lara
Pedro Athayde
Mauro Myskiw
Romilson Augusto dos Santos
Elisandro Schultz Wittizorecki
Victor Julierme Santos da Conceição
Allyson Carvalho de Araújo
Vicente Molina Neto
Organizadores

Ciências do Esporte, Educação Física
e Produção do Conhecimento
em 40 Anos de CBCE

Memória e História do CBCE

Volume 1



Ijuí
2019

© 2019, Editora Unijuí

Rua do Comércio, 3000, Bairro Universitário

98700-000 – Ijuí – RS – Brasil

Fones: (0 55) 3332-0217

E-mail: editora@unijui.edu.br

[Http://www.editoraunijui.com.br](http://www.editoraunijui.com.br)

Editor: Fernando Jaime González

Capa: Alexandre Sadi Dallepiane

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa:

Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Projeto da Direção Nacional do CBCE – Gestão 2017-2019

Vicente Molina Neto – Presidente

Mauro Myskiw – Vice-Presidente

Larissa Lara – Diretora Científica

Pedro Athayde – Diretor dos GTTs

Romilson Augusto dos Santos – Diretor das Secretarias Regionais

Elisandro Schultz Wittizorecki – Diretor Administrativo

Victor Julierme da Conceição – Diretor Financeiro

Allysson Carvalho de Araújo – Diretor de Comunicação

Catalogação na Publicação:

Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

C569

Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE / organizadores Larissa Lara. [et al.]. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2019.– 112 p. (Coleção Educação Física). Conteúdo: v.1. – Memória e história do CBCE.

Formato impresso e digital.

ISBN 978-85-419-0287-8 (impresso)

ISBN 978-85-419-0288-5 (digital)

1. Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte (CBCE) – História. 2. Educação Física – História.. 3. Esportes – História. I. Memória e história do CBCE. II. Lara, Larissa.

CDU:796(091)

Bibliotecária Responsável:

Ginamara de Oliveira Lima

CRB 10/1204

Editora Unijuí afiliada:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



A coleção Educação Física é um projeto editorial da Editora Unijuí, vinculado a um conselho editorial interinstitucional, que visa dar publicidade a pesquisas que buscam um constante aprofundamento da compreensão teórica desta área que vem constituindo sua reflexão conceitual, bem como os trabalhos que garantam uma maior aproximação entre a pesquisa acadêmica e os profissionais que encontram-se nos espaços de intervenção. Promover este movimento é sem dúvida o maior desafio desta coleção.

Conselho Editorial

Carmen Lucia Soares – Unicamp
Mauro Betti – Unesp/Bauru
Tarcisio Mauro Vago – UFMG
Amauri Bassoli de Oliveira – UEM
Giovani De Lorenzi Pires – UFSC
Valter Bracht – Ufes
Nelson Carvalho Marcellino – Unicamp
Paulo Evaldo Fensterseifer – Unijuí
Vicente Molina Neto – UFRGS
Elenor Kunz – UFSC
Victor Andrade de Melo – UFRJ
Silvana Vilodre Goellner – UFRGS

Comitê de Redação

Paulo Evaldo Fensterseifer
Fernando Jaime González
Maria Simone Vione Schwengber
Leopoldo Schonardie Filho

Sumário

Apresentação.....	9
Capítulo 1	
Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: de alguns anos antes da fundação até os dias atuais	15
<i>Claudio Gil Soares de Araújo</i>	
Capítulo 2	
Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: 40 anos de desafios e o fardo do tempo histórico	27
<i>Celi Nelza Zulke Taffarel</i>	
Capítulo 3	
CBCE 40 Anos: sobre “senderos” conflitantes entre epistemologia e política.....	51
<i>Valter Bracht</i>	
Capítulo 4	
40 anos de CBCE: de expressão do “Movimento de Renovação Conservadora” à síntese do “Movimento Renovador (Progressista)” da Educação Física/Ciências do Esporte.....	65
<i>Lino Castellani Filho</i>	
Capítulo 5	
CBCE anos 90: desafios, avanços e evoluções.....	77
<i>Elenor Kunz</i>	
Capítulo 6	
Conquistas e novos horizontes: o trabalho coletivo como protagonista de grandes lutas nos âmbitos acadêmico, político e científico do CBCE gestão 2013/2017	87
<i>Simone Rechia</i>	
Sobre os Autores	103
Sobre os Organizadores	107

Apresentação

*Essa lembrança que nos vem às vezes...
folha súbita que tomba
abrindo na memória a flor silenciosa
de mil e uma pétalas concêntricas...*

Essa lembrança... mas de onde? de quem? [...]

Mario Quintana

A obra *Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE* comemora a trajetória percorrida pela entidade científica, desde 1978 aos dias atuais, ao mesmo tempo que apresenta e revisa seu *modus operandi* em conjunturas histórico-sociais diversas, o que inclui sua contribuição social, política, formativa e científico-acadêmica. Tal obra somente pôde ser concretizada com a preciosa colaboração de pesquisadores(as), do Brasil e do exterior, assim como dos(as) coordenadores(as) dos Grupos de Trabalho Temático (GTTs) e dos integrantes da Direção Nacional (DN) do CBCE (gestão 2017-2019),¹ os quais assumiram o compromisso de materializar um projeto que pudesse ser referência para a comunidade acadêmica da Educação Física e Ciências do Esporte. Desse engajamento coletivo resultou uma bela e densa produção acadêmica que ora apresentamos, a qual é demarcada por inúmeros investimentos pessoais e coletivos de todos(as) que se envolveram com esse projeto, aos(as) quais externamos nossos sinceros agradecimentos.

Estruturada em 13 volumes, a referida obra propõe-se a apresentar e debater temas como: memória e história do CBCE; memórias da Educação Física e esportes; epistemologia; formação profissional e mundo do trabalho; gênero; escola; inclusão e diversidade; corpo e cultura; políticas públicas; lazer e sociedade; atividade física e saúde; comunicação e mídia; treinamento esportivo e movimentos sociais. Os volumes contêm tanto capítulos escritos por pesquisadores(as) que integraram o processo de surgimento

¹ Direção Nacional do CBCE (gestão 2017-2019): Vicente Molina Neto (presidente), Mauro Myskiw (vice-presidente), Larissa Lara (diretora científica), Pedro Athayde (diretor dos GTTs), Allyson Carvalho de Araújo (diretor de comunicação), Elisandro Schultz Wittizorecki (diretor administrativo), Romilson Augusto dos Santos (diretor das secretarias regionais) e Victor Julierme Santos da Conceição (diretor financeiro).

da instituição e que acompanharam/participaram de seu desenvolvimento e/ou consolidação, bem como daqueles(as) que têm contribuído, direta ou indiretamente, com os GTTs do Colégio.

Este primeiro volume resulta do protagonismo e esforço de todos(as) os(as) integrantes da Direção Nacional para atender ao compromisso expresso na proposta de trabalho da equipe candidata à gestão 2017-2019 do CBCE, intitulada “Participação Democrática e Pluralidade Científica”. Ao considerarmos a história dos 40 anos do Colégio e o pluralismo epistemológico e político como princípio que orienta a qualidade no desenvolvimento científico da área, pautamos a organização da coletânea comemorativa por meio da mobilização da comunidade científica e da criação de um espaço para a manifestação dessa pluralidade. Diferente deste primeiro volume, mas numa perspectiva semelhante em razão da densidade e das especificidades históricas que se constituíram na aglutinação em torno das instâncias temáticas do Colégio, os demais volumes foram protagonizados e organizados pelos(as) coordenadores (as) dos GTTs, em conjunto com a Direção Científica e a Direção dos GTTs.

O Volume 1, que ora apresentamos, intitulado *Memória e História do CBCE*, volta-se para narrativas de ex-presidentes(as) da instituição² ao registrarem fatos de gestões, lutas político-acadêmicas e preocupação epistemológica com o campo científico e profissional. Tais narrativas, organizadas em seis capítulos, revelam-se por meio da subjetividade de cada autor(a) a partir de como desenvolve a apropriação objetiva da realidade social e de como faz a leitura do campo.

Nesse processo de construção das narrativas, memórias são acionadas e também olvidadas. Tanto a memória quanto nosso esquecimento revelam nossa dimensão humana e existencial. Como lembra Bosi (2003), a nossa experiência pessoal é retomada pela memória sempre que há alguém disponível a receber os conteúdos que são contados pelas pessoas, deflagrados em suas formas próprias e na simplicidade da estrutura cotidiana da vida.

² Ao longo dos 40 anos de CBCE (1978-2018), 12 foram os ex-presidentes da instituição científica, um deles já falecido. Dos 11 presidentes convidados para compor o Volume 1, 10 aceitaram o nosso convite, contudo, por razões diversas, apenas seis deles puderam concluir o escrito para essa edição comemorativa. Tal situação é compreensível e justificável ante a precarização e a intensificação de nossas condições de trabalho com a sobrecarga de atribuições. Situação semelhante pode ser observada na apresentação feita pelas organizadoras da obra comemorativa dos 30 anos do CBCE, como segue: “Nem todos aceitaram o convite. [...] Queremos aqui formalizar o nosso agradecimento aos que aceitaram a idéia e a tarefa de partilhar os processos, as dinâmicas, as diretrizes, os impasses, as contradições e as possibilidades do cotidiano do trabalho no CBCE. Agradecemos a disponibilidade e o empenho – nestes tempos tão velozes, exigentes e, muitas vezes, difíceis da vida acadêmica – em sistematizar, no formato de texto, o dia-a-dia do exercício de inventar os modos de fazer ciência e trabalho coletivo” (Linhares; Carvalho, 2007, p.7-8).

“A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo” (Bosi, 2003, p. 31). Assim, pela memória, recuperamos fatos de nosso passado e os compartilhamos com as outras pessoas. Criamos testemunhos! Aprendemos e nos tornamos cúmplices daquilo que é recuperado, disseminado e confrontado por outras narrativas.

No intuito de exemplificarmos alguns dos importantes registros da memória/história do CBCE (mesmo reconhecendo os limites dessa tentativa), mencionamos a edição comemorativa dos 20 anos da referida entidade científica (RBCE, 1998-Número Especial), em que figuram textos de ex-presidentes(as), como Elenor Kunz, Valter Bracht, Celi Taffarel, Claudio Gil Soares de Araújo, acrescida de contribuições de outros(as) pesquisadores(as) acerca da história do CBCE, do papel da entidade científica e sua gênese, da Pós-Graduação, de suas secretarias e da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE). Lembramos, também, a obra comemorativa dos 30 anos do CBCE, intitulada *Política Científica e Produção de Conhecimento*, organizada por Linhares e Carvalho (2007), composta por ex-presidentes(as) e Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs) do CBCE, em que são apresentadas avaliações das ações executadas durante diferentes gestões e o processo de constituição e efetivação desses grupos, os antecedentes e origem da fundação do CBCE, seu contexto político-econômico, sua demarcação político-epistemológica, seu processo de informatização e de consolidação científica.

O quadro de registros da memória/história do CBCE, na comemoração de seus 30 anos, inclui também o v. 30, n. 3, da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, com dois artigos, de autoria de Bracht (2009) e Bianchetti (2009), além de vários vídeos de celebração do Colégio por membros da gestão do CBCE e da RBCE. Damasceno (2011) insere-se nesse processo de construção da memória/história do CBCE ao desenvolver uma dissertação de Mestrado com o tema dos 30 anos da instituição científica. Em complemento, lembramos também o estudo de Paiva (2006) para o Atlas do Esporte no Brasil (Da Costa, 2006), o qual apresenta dados do CBCE que vão de sua origem e desenvolvimento até o ano de 2003, materializando-se como importante esforço intelectual que sintetiza algumas das ações do Colégio ao longo desse período.

Embora tenhamos relacionado uma parcela singela (densamente produzida) de publicações afetas à memória/história do CBCE, as contribuições certamente transcendem essa relação. Logo, não nos cabe pensar essa construção histórica por modos cristalizados, mas considerar a sua dinâ-

mica e os desafios advindos de diferentes interlocuções e debates no campo acadêmico-científico. Como lembra Bracht (1998, p. 12) em publicação comemorativa aos 20 anos do CBCE: “Gostaria de ver entendida, a presente versão da história do CBCE, na perspectiva de que a narrativa histórica não é apenas (re)construção do passado, mas também construção do presente, à medida que, como forma de autoconhecimento, incide sobre e influencia a vida presente e futura”. Com isso, entendemos que as narrativas advindas desse volume comemorativo dos 40 anos do CBCE diz muito da nossa memória/história – presente, passada e futura – o que requer capacidade crítico-analítica para ler a realidade, interpretá-la e conjugar esforços para o encadeamento de ações que se deem de forma engajada, alinhada aos desafios próprios da Educação Física e Ciências do Esporte e dos sujeitos que integram esse coletivo.

O capítulo que abre o Volume 1, intitulado *Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: de alguns anos antes da fundação até os dias atuais*, de autoria de Claudio Gil Soares de Araújo, narra momentos que antecederam a criação do CBCE até a lavratura da ata de fundação, culminando com sua análise da conjuntura atual da entidade e da Revista Brasileira de Ciências do Esporte. O pesquisador organiza suas narrativas em quatro períodos: no primeiro (1971-1976), discorre acerca de seu envolvimento com a temática das Ciências do Esporte; no segundo (1977-1978), rememora fatos da fase de pré-fundação do CBCE, de que fez parte; no terceiro (1979-1981), traça reflexões acerca do período inicial pós-fundação do CBCE; no quarto período abordado (2018-2019) tece considerações acerca do momento atual das Ciências do Esporte no Brasil e do CBCE como entidade científica.

Celi Nelza Zulke Taffarel, em *Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: 40 anos de desafios e o fardo do tempo histórico*, situa o CBCE em sua história de contradições, a qual evidencia, segundo ela, a fase fatal do imperialismo com o avanço das forças destrutivas e os limites evidentes na destruição econômica, na regressão social e na retirada de conquistas democráticas. O capítulo escrito por Taffarel aponta para a necessidade de uma transformação social radical e enuncia a função de uma entidade científica nessa conjuntura. Daí defender o CBCE como ponto de apoio, no âmbito das Ciências do Esporte e da Educação Física, para a construção do projeto histórico-socialista que rume ao comunismo.

O texto de Valter Bracht – *CBCE 40 anos: sobre “senderos” conflitantes entre epistemologia e política* – discute a candente questão das relações entre o epistemológico e o político na vida do CBCE. O pesquisador analisa a importância do tema das relações entre a ciência e a política na definição dos rumos da entidade científica, com exemplos orientados por episódios

históricos. O autor problematiza tanto as visões que postularam, durante os debates, uma certa apoliticidade da ciência, quanto aquelas que afirmaram, sem operar diferenciações importantes, uma espécie de identidade entre essas esferas. Por fim, Bracht advoga a necessidade de o campo funcionar com uma visão relacional entre o epistemológico e o político, de modo que um não se submeta ao outro, buscando identificar consequências para a forma de operar do CBCE.

Em *40 anos de CBCE: de expressão do “Movimento de Renovação Conservadora” à síntese do “Movimento Renovador Progressista” da Educação Física/Ciências do Esporte*, Lino Castellani Filho traz reflexões acerca da Educação Física brasileira, de seu processo de cientificização e dos movimentos de renovação a eles articulados. O autor defende a tese de que as ações encetadas nessa direção, no período da ditadura civil-militar (nos anos 70), tiveram caráter conservador e ratificador da compreensão presente da razão de ser da Educação Física e do esporte no quadro das políticas públicas. Em complemento, entende que as ações ocorridas, na década de 80, por ocasião do processo de redemocratização da sociedade brasileira, buscaram exatamente romper com o até então configurado nesse processo.

Elenor Kunz, no capítulo *CBCE anos 90: desafios, avanços e evoluções*, analisa os avanços, as conquistas e as transformações da entidade científica, na década de 90, momento em que o pesquisador integrou a Direção Nacional (1991 a 1999), inicialmente como editor de revista (RBCE) e, depois, como vice-presidente e presidente do CBCE. Kunz centraliza sua reflexão nos avanços teóricos da área e em sua inserção no campo da prática, finalizando o texto com questionamentos acerca da lacuna encontrada entre a pesquisa (com enorme avanço no campo teórico das Ciências Humanas e Sociais) e a prática pedagógica da Educação Física.

Por fim, Simone Rechia, em *Conquistas e novos horizontes: o trabalho coletivo como protagonista de grandes lutas nos âmbitos acadêmico, político e científico do CBCE gestão 2013/2017* traça reflexões acerca das ações da entidade científica, entre os anos de 2013 e 2017, baseando-se em documentos produzidos durante o período de gestão e em algumas particularidades do cenário político brasileiro à época. Tais reflexões propiciam, segundo a autora, a compreensão dos motivos pelos quais determinados encaminhamentos tornaram-se prioritários, ao mesmo tempo que evidenciam o desenrolar das ações do Colégio que, em grande medida, já reagia à conjuntura política que anunciava o desmonte de muitas conquistas, especialmente nos âmbitos social, político, educacional e científico.

Os capítulos que compõem este Volume 1 expressam claramente a leitura de cada ex-presidente(a) do CBCE, no exercício de seu livre-arbítrio, em relação a como apreende e narra o seu momento de gestão na entidade científica e/ou como percebe o papel do Colégio em contextos histórico-sociais peculiares. Os desenhos assumidos para a construção discursiva são bastante particulares e deflagram-se a partir dos elementos que cada autor(a) considerou mais apropriados para comunicar parte dessa memória/história, o que inclui narrativas pessoais, coletivas e conjunturais. Fica o nosso convite para a leitura desses testemunhos! Que possamos nos familiarizar com eles e questionar o que nos gera estranhamento. Que possamos valorizar o diálogo, o debate, o confronto acadêmico respeitoso e maduro de forma profícua e profunda, como modos de enfrentamento da realidade social e aprofundamento do campo científico-acadêmico da Educação Física e das Ciências do Esporte.

Porto Alegre, março de 2019.

Os Organizadores

Referências

- BIANCHETTI, L. 30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: os desafios para uma associação científica e os dilemas dos intelectuais institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 30, n. 3, p. 13-30, 2009.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRACHT, V. Um pouco de história para fazer história: 20 anos de CBCE. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Número Especial – CBCE-20 anos, p. 12-18, set. 1998.
- BRACHT, V. 30 anos do CBCE: os desafios para uma associação científica. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 30, n. 3, p. 31-44, 2009.
- DA COSTA, L. (org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Confe, 2006. p. 18.13-18.14.
- DAMASCENO, L. G. 30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: educação física e a construção de uma hegemonia. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2011.
- LINHARES, M. A.; CARVALHO, Y. M. (org.). *Política científica e produção do conhecimento em educação física*. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. 338p.
- PAIVA, F. S. L. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE. In: DA COSTA, L. (org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Confe, 2006. p. 18.13-18.14.
- REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Especial 20 anos CBCE. Florianópolis: CBCE, set. 1998. Disponível em: <http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/issue/view/83/showToc>. Acesso em: 4 mar. 2019.

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: de alguns anos antes da fundação até os dias atuais

Claudio Gil Soares de Araújo

Em 1998 publiquei um artigo comentando os primeiros 20 anos do CBCE para a RBCE. Vinte anos mais tarde vamos rever e repensar. Na realidade, para estruturar um conjunto mais lógico para o leitor que não participou desses momentos do século passado, é preciso voltar alguns anos antes da fundação do CBCE e permitir ao leitor compreender melhor como tornei-me um dos fundadores do CBCE e membro da primeira diretoria – 1979-1981 – no cargo de presidente eleito.

Sendo assim, vou dividir esse texto em quatro momentos ou períodos: 1) 1971-1976, meu envolvimento inicial com a temática das ciências do esporte; 2) 1977-1978: período pré-fundação do CBCE; 3) 1979-1981: período inicial pós-fundação do CBCE e 4) 2018-2019: minha leitura do momento atual das ciências do esporte no Brasil e o CBCE.

1971-1976

Eu nasci em 5 de janeiro de 1956. Temporão e com 8 anos menos de diferença de idade para o meu irmão mais próximo e morando na avenida mais movimentada de Copacabana, tive muito pouca vivência desportiva nos primeiros anos de vida, ainda que acompanhasse bastante os esportes como torcedor do América Futebol Clube – Rio de Janeiro. Foi somente por volta dos 13 anos de idade, mais pela minha própria iniciativa do que pela dos meus pais ou irmãos, que fui treinar natação e judô e agarrar no gol em futebol de salão (precursor do atual futsal).

Em 1971, fui bronze na minha categoria de peso do campeonato carioca de judô e em um torneio entre academias do Rio e de São Paulo. Estava então literalmente gostando não mais apenas de assistir, mas também de treinar e competir em esportes. Na época, com 15 anos e cursando o primeiro ano do então denominado Científico no Colégio de Aplicação

(CAp) da UFRJ, aconteceu algo bem marcante. Eu gostava muito de frequentar as livrarias de Copacabana e ficar folheando livros. Li muita coisa, ruim e boa. Como exemplo de ruim, aprendi em um livro de natação que seria melhor respirar no crawl para a esquerda, uma vez que o coração era à esquerda. Resultado prático: até hoje viro a cabeça para a esquerda para respirar no nado crawl, mesmo, obviamente, sabendo que não facilita mais a oxigenação do sangue. Aprendi, contudo, também coisas boas! Olhei, li e adorei o livro *Aeróbico*, do Dr. Kenneth Cooper (muito longe de imaginar na época que depois eu viria a ter tantos e tão próximos contatos com ele e a esposa!). Naquela época eu já estava começando a dar umas corridas no calçadão de Copacabana e aquilo foi um grande incentivo. Tinha de fazer pelo menos os tais 30 pontos por semana e, claro, aprendi sobre o teste de 12 minutos (popularmente conhecido como teste de Cooper).

Com essa motivação e talvez como um dos despertares da minha carreira de pesquisador em exercício e saúde e na vontade de lidar com medida e avaliação, após sensibilizar alguns colegas de turma do CAp, liderei um grupo que foi pedir ao nosso professor Barbosa, responsável pela Educação Física escolar, para que fôssemos submetidos a um teste de 12 minutos. Ele não curtiu muito aquela ideia esquisita e colocou um óbice real e bem prático. O CAp não tinha pista de atletismo e não teríamos como fazer o teste. Não me dei por vencido tão facilmente. O meu conhecimento de esporte e as minhas características de criatividade e resiliência afloraram e eu, rapidamente, contra-argumentei: “Mas temos a quadra de basquete em dimensões oficiais de 26x14 (na realidade 15) metros e uma volta completa no seu perímetro terá 80 metros”. Mal pude aguardar de tanta ansiedade até o próximo dia de aula de Educação Física para ser testado. Não tenho certeza, mas talvez esse tenha sido um dos primeiros testes de 12 minutos em uma escola pública no Rio de Janeiro e no Brasil. Deu tudo certo, poucos conseguiram correr sem precisar andar durante os 12 minutos e eu, além de correr que nem um louco em volta da quadra, fui mais além. Uau, agora eu podia ir olhar nas tabelas do livro do Cooper e saber o meu VO₂ máximo! Aos 15 anos de idade, em pleno Ensino Médio, eu estava praticando e estudando fisiologia do exercício.

Daí em diante, o meu envolvimento com esporte e exercício físico só cresceu. Passei a incluir corridas como uma forma de exercício e, desde então, nunca mais parei de me exercitar regularmente – só de corridas, já devo somar mais de 50 mil quilômetros rodados – o que biologicamente tende a justificar, pelo menos em parte, o fato de manter o mesmo peso corporal desde os 18 anos de idade.

O outro fato marcante, e que tem a ver com a minha participação no CBCE, ocorreu no exame médico admissional (sim, existia isso no passado!), em 1974, para ingresso na Faculdade de Medicina da UFRJ. O exame era realizado no Laboratório de Fisiologia do Exercício (Labofise) da Escola de Educação Física e Desportos, liderado pelo professor doutor Maurício José Leal Rocha. Cheguei, no horário marcado, sem muitas expectativas, porém, para minha grata surpresa, fui informado de que teríamos de fazer um teste de Cooper no dia seguinte e que alguns iriam fazer um tal teste de VO₂ máximo. Só tinha lido no livro do Cooper e nem sabia que faziam por aqui. Essa é uma história mais longa e contada em detalhes em um livro sobre minha vida (Araújo, 2006). De modo prático, porém, trabalhei para fazer os dois testes – Cooper e o VO₂ máximo. Os avaliadores ficaram muito intrigados quando, ao final dos testes, eu perguntei se o VO₂ máximo medido estava batendo com o estimado. Resultado prático: antes do primeiro dia de aula da Faculdade de Medicina, eu já estava nas bancadas do Labofise fazendo tabulações de dados comparativos de VO₂ máximo medido e estimado em uma amostra de universitários. Lá fiquei estagiando e pesquisando e meu primeiro artigo como autor foi publicado no final de 1974, ainda primeiro-anista de Medicina. Temática: pulso na natação. Amor fiel, posto que frequência cardíaca e exercício foi o assunto dos três artigos originais que compuseram a minha dissertação de Mestrado em 1982 no Instituto de Biofísica da UFRJ e que, até hoje, 45 anos depois, continuo lendo, estudando, lecionando, pesquisando e publicando.

1977-1978

Em 1977, ainda no Labofise e aqui e acolá dando aulas em cursos de extensão e de Graduação, fui de ônibus do Rio para Recife para assistir ao 4º Congresso Brasileiro de Medicina Desportiva. Lá, soube que um colega de São Paulo que iria falar de Fisiologia da Natação teve um problema pessoal e não poderia comparecer. Fazendo uma história mais longa bem curta, o professor doutor Eduardo Henrique De Rose me convidou para substituí-lo de última hora. Aceitei! Liguei para minha irmã no Rio e pedi para me enviar, o mais rápido possível por via aérea, as minhas caixas de *slides*. Assim, com 21 anos de idade e no 4º ano da Graduação em Medicina, além de apresentador de temas livres orais, tornei-me, subitamente, palestrante do Congresso Brasileiro da Especialidade. Lá, conheci ainda o doutor Victor Matsudo, que estava proferindo uma palestra sobre a avaliação da capacidade anaeróbica pelo teste de 40 segundos. Conversamos e agendei uma viagem, algumas semanas depois, para conhecer o Laboratório de Aptidão

Física de São Caetano do Sul. Nessa visita teve início uma parceria, com interações presenciais ou telefônicas frequentes, que culminou, um ano e quatro meses mais tarde, com a fundação do CBCE.

Ainda em 1977 tive minhas primeiras experiências em congressos internacionais, participando do *Annual Meeting* do ACSM (*American College of Sports Medicine*) e apresentando tema livre no *Fina Swimming Medicine Congress*. Participei também de um grande projeto de avaliação cineantropométrica dos atletas participantes dos Jogos Estudantis Brasileiros em Brasília. Essas atividades abriram diversas portas de relacionamento com pesquisadores experientes brasileiros e estrangeiros e, também, a possibilidade de conhecer melhor a importância que uma instituição, como o ACSM, poderia desempenhar em relação ao avanço do conhecimento nas questões do esporte. Em paralelo, eu e Victor Matsudo continuávamos a interagir e a reverberar essas inquietudes. O modelo multiprofissional do ACSM nos agradava muito. Fiz muitas viagens no meu Fusca amarelo do Rio para São Paulo ou São Sebastião.

Alguns meses depois abriu-se para mim a oportunidade de trabalhar no recém-criado Laboratório de Performance Humana da Universidade Gama Filho. Atuaria como pesquisador, como colaborador de algumas atividades com alunos da Graduação em Educação Física e, mais interessante ainda, como fisiologista da equipe competitiva de natação da Universidade, cujo treinador-chefe era o professor Roberto de Carvalho Pável.

Foi, contudo, ainda em 1977, no tradicional Simpósio de Ciências do Esporte de São Caetano do Sul, que ocorreu o fato determinante, em minha opinião, para avançarmos para criar uma entidade científica. Sem ser possível ter a precisão exata das palavras proferidas há mais de 40 anos, vou relembrar o fato. Em uma reunião vespertina, aberta e informal, eu e o Victor, ambos oriundos da área da Medicina, expusemos para o colega de São Paulo e então presidente da Federação Brasileira de Medicina do Esporte (FBME) (atualmente Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte), que o ideal seria fortalecermos ainda mais essa Federação, incorporando todos os estudantes e profissionais das áreas afins e, em particular, os da área de Educação Física. Pensávamos em algo mais ou menos nos moldes do ACSM (por isso o CBCE foi chamado de Colégio) e, de certa forma, porém em menor abrangência, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O presidente respondeu que isso poderia vir a ser feito, na condição de membro colaborador ou algo similar. Seguiu-se a pergunta mais natural: E esses membros colaboradores poderiam vir a presidir a entidade? E a resposta do presidente foi: Isso não. Eu e o Victor apenas nos entreolhamos rapidamente e tacitamente entendemos a mensagem e a

decisão que teríamos de tomar. A FBME, como uma sociedade científica de uma especialidade médica reconhecida pela Associação Médica Brasileira, não poderia contemplar esse momento importante de rápido crescimento das ciências do esporte no Brasil e sua óbvia e vibrante natureza multiprofissional. Seria necessário partir para outra proposta mais ampla: fundar outra entidade para desempenhar esse importante papel e preencher essa lacuna da integração multiprofissional, em que o presidente e demais cargos de diretoria não estariam atrelados a essa ou qualquer outra profissão.

Na sequência imediata, Laércio Pereira e Paulo Sérgio Chagas Gomes, entre vários outros colegas (não vou nomear mais para não correr o risco de esquecer alguém!) motivaram-se a avançar essa ideia. Muitos opinaram, sugeriram, trabalharam e participaram das várias reuniões presenciais ou via telefone fixo (sim, esse era o modelo da época!) e o CBCE foi tomando forma e consistência.

Em 1978, a minha interação internacional aumentou muito, com participações científicas em congressos na Europa e no Canadá, chegando a um ápice em setembro, com a realização do *World Congress of Sports Medicine* em Brasília. Ao final de um dos dias de sessões científicas, eu e Victor participamos, junto com alguns outros colegas, de uma conversa informal com convidados estrangeiros. Um deles era o professor Howard Knuttgen, pesquisador muito influente no ACSM, e então fizemos um *brainstorming* sobre vir a criar um capítulo brasileiro do ACSM. Ouvidas e analisadas as potenciais vantagens e desvantagens, pelo menos para mim, o assunto morreu.

Na semana seguinte, na casa de praia do Victor Matsudo em São Sebastião, reuniu-se um grande grupo de colegas da área de ciências do esporte. Se não me falha a memória, lá foram discutidos os pontos básicos do estatuto, definidos os nomes e os cargos dos integrantes da primeira diretoria e fundado o CBCE. Em muitos aspectos, copiamos a estrutura do ACSM, inclusive nas vice-presidências e na incorporação de um presidente eleito (presidente da futura gestão) na diretoria. Nessa ocasião definiu-se ainda que em 1979 seria realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e haveria o lançamento da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, naturalmente em São Caetano do Sul. Um novo jogo começou!

1979-1983

O ano de 1979 foi o meu último ano de Graduação em Medicina, o internato. Aproveitando os contatos com pesquisadores estrangeiros de altíssimo nível e de uma brecha no regulamento do internato da Faculdade de

Medicina da UFRJ daquela época, fui para o Canadá. Mais especificamente como *research fellow* da Unidade Cardiorrespiratória do *McMaster Medical Centre – McMaster University* – em Hamilton, província de Ontário. Isso combinou bem com meu cargo de presidente eleito, ou seja, aquele que acompanha (e até opina) sobre os atos da diretoria, mas que não é tão atuante no cotidiano da entidade. Retornei ao Brasil, na véspera do 1º Conbrace. Foi um clima de festa e um momento alto na história das ciências do esporte no Brasil.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Por outro lado, como seria de se esperar, minha vivência e o treinamento que recebi no Canadá tiveram enorme impacto sobre minha formação, a maneira de fazer e de ver pesquisa e, mais importante ainda, na minha atuação como médico. Compreendi, claramente, que os inúmeros benefícios do exercício físico deveriam ser proporcionados a todos, especialmente para os mais enfermos ou debilitados, e não apenas para o quantitativo muito pequeno de atletas. Meu universo de atuação passava de talvez < 0,1% para 100% da população. Era uma mudança importante de paradigma e de enfoque. Acho que fui eu quem, no 1º Conbrace e em conferência de abertura de uma jornada de Medicina Desportiva em Porto Alegre, realizada alguns dias após, utilizou pela primeira vez no Brasil, a expressão Medicina do Exercício.

Com uma diretoria multiprofissional e multidisciplinar engajada e motivada, composta por colegas de renomes nacional e internacional, o CBCE rapidamente cresceu e quase todos os objetivos e metas inicialmente

propostas foram alcançados ou suplantados. Praticamente todos aqueles que produziam conhecimento ou inovações em ciências do esporte nas distintas regiões do país naquela época se associaram ao CBCE. Congressos regionais, revista com periodicidade em dia e com cada vez mais artigos originais, número de associados crescendo, etc., tudo ia muito bem e tenderia a continuar assim, pelo menos na minha ótica.

Olhando hoje no retrovisor, contudo, vejo quatro pontos – para o bem ou para o mal (de acordo com o julgador ou leitor) – que afetaram dramaticamente a trajetória do CBCE logo ao final da sua primeira infância.

- 1) Relações institucionais e governamentais – o CBCE ganhou projeção e voz ativa. Não tínhamos experiência com isso e as expectativas e os pensamentos na diretoria não eram uniformes a esse respeito. Era ao mesmo tempo importante para sustentar a revista, etc., mas muito ameaçador. Ficou muitas vezes difícil separar o que era a pessoa física do pesquisador ou do seu grupo de pesquisa e a do CBCE como pessoa jurídica.
- 2) Não estudamos tão bem o estatuto do ACSM e não criamos no CBCE o *board of trustees*, que seria o órgão superior efetivo das tomadas de decisão mais relevantes da entidade. Embora em tese parecesse interessante e eficiente ter o presidente eleito antecipadamente conhecido e já interagindo e trabalhando com a diretoria atual, acabamos gerando uma possibilidade complicada. Para a segunda diretoria, já havia o presidente – o presidente eleito da primeira diretoria – mas seriam eleitos todos os outros cargos. Isso é, corria-se o risco de o presidente vir a trabalhar com uma diretoria que ele não tinha escolhido ou que não desejava. Ainda mais complicado, um novo presidente eleito seria escolhido e o problema poderia se repetir.
- 3) Concomitantemente, a Educação Física estava em uma fase de grande crescimento e expansão e de organização como profissão. O CNPq abriu um espaço específico para a Educação Física nas Ciências da Saúde e o *boom* das academias e do *fitness* era uma realidade. O clássico professor de Educação Física de atuação escolar via agora multiplicarem-se suas áreas de atuação e as perspectivas de carreira. O educador físico passava a atuar mais em *fitness* e saúde – posteriormente contribui para enquadrá-lo como profissional da saúde em uma normatização do Ministério da Saúde – e surgia como profissional liberal, cobrando direto do seu cliente na condição de *personal trainer*. Havia vários interesses em jogo e uma enorme necessidade de ocupação de espaço institucional e novas lideranças surgiam e, muitas vezes, em confronto importante com algumas das lideranças mais antigas. As necessidades corporativas da Educação Física – dos já graduados e dos graduandos – sobreponham-se às Ciências do Esporte. Alguns meses antes de assumir a presidência em setembro de

1981, percebi essas questões e articulei para que um experiente educador físico, com Doutorado e bem reconhecido pela comunidade das Ciências do Esporte, viesse a ser o presidente eleito da minha diretoria e, portanto, o terceiro presidente do CBCE, bem dentro do espírito de representatividade e de alternância que tínhamos visto no ACSM. Discordância estabelecida, não deu certo. Tivemos, pela terceira vez, a escolha de um médico para presidir o CBCE.

- 4) A grande maioria dos colegas pesquisadores do CBCE não se apercebeu de que era fundamental avançar e ampliar o espectro. A atividade física e o exercício eram muito mais fortes, abrangentes e inclusivos do que apenas o esporte. Inatividade física se constituía em uma das principais causas de mortalidade e as inovações e o conhecimento produzido nessa área precisavam de um fórum para sua consolidação e divulgação, com um potencial enorme de repercussão na saúde e na vida da população brasileira. Talvez não devesse mais ser apenas, restritivamente, Ciências do Esporte, mas sim, Ciências do Exercício e do Esporte. O foco precisava mudar e ser outro.

Após ter participado do movimento que levou à fundação do CBCE e das duas primeiras diretorias e de ter publicado sete artigos como autor na RBCE, entendi que tinha cumprido meu papel. Constatei que, pelo menos em parte, os rumos que o CBCE estava tomando não coincidiam com os meus pensamentos e prioridades pessoais e profissionais. Estava na hora de, na expressão do xadrez, deitar o rei e direcionar meus esforços em outras direções e atividades.

Momento Atual

Já se vão mais de 40 anos desde alguns dos episódios narrados ou comentados nos parágrafos anteriores. Em 2019, com 63 anos de idade, já encerrei formalmente as atividades docentes e de orientação de Mestrado/ Doutorado. Tive ótimas oportunidades de trabalhar como médico em Medicina do Exercício e do Esporte e, mais especificamente, em Cardiologia do Exercício e do Esporte, inicialmente na esfera pública e, desde 1993, em minha própria clínica. Lecionei milhares de horas em várias instituições de ensino e em universidades públicas e privadas, do Brasil e do exterior, para Graduações e Pós-Graduações de várias áreas, em diversas disciplinas. Orientei 32 dissertações de Mestrado e/ou teses de Doutorado, todas, sem exceção, resultando em um ou mais artigos publicados em revistas científicas. Esses ex-orientandos fazem parte da minha árvore genealógica científica e vejo hoje, com prazer, que muitos deles orientam, pesquisam e adminis-

tram grupos de pesquisa de alto nível. De fato, o meu primeiro orientando, além de possuir um excepcional currículo científico, é também o atual reitor de uma das maiores universidades federais do país. Isso junto com algumas centenas de artigos, capítulos de livros e livros que eu publiquei no Brasil e no exterior, representam um legado do qual me orgulho.

Criei e desenvolvi com rigor científico diversos testes ou procedimentos ou formas distintas de obter informações. Listo algumas dessas inovações que se tornaram mais conhecidas: teste de sentar-levantar (*sitting-rising test*) (Araújo, 1999; Brito *et al.*, 2014), flexiteste (Araújo, 1986; Araújo, 2004; Araújo, 2008), teste de exercício de quatro segundos (Araújo *et al.*, 1989; Araújo *et al.*, 1992; Araújo *et al.*, 2015), gradiente de exercício de frequência cardíaca (Duarte *et al.*, 2015), ponto ótimo cardiorrespiratório (Ramos *et al.*, 2012, Ramos; Araújo, 2017) e KiTOMI (Stein *et al.*, 2016; Araújo *et al.*, 2018). Esses são outros legados que também me deixam muito contente e realizado.

Para finalizar a redação deste texto, julguei oportuno me atualizar um pouco sobre o CBCE e fui navegar pelo *site* institucional e, com mais atenção, pela parte da RBCE. Sem ter nenhuma pretensão de fazer uma análise detalhada e tecnicamente precisa, utilizei minha experiência científica de 45 anos para obter subsídios e poder tecer algumas considerações positivas e negativas.

O *site* é bem moderno e relativamente amigável. O atual logo é bem ok, todavia não precisava estar escrito errado Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte (sem o s de Ciências) no rodapé da página de abertura. Não sei se ainda sobraram outros profissionais das Ciências do Esporte no CBCE, mas em todos os lugares, textos e fotos fica mais do que evidente que o CBCE é hoje Educação Física/Ciências do Esporte. O que é exatamente Educação Física/Ciências do Esporte? Penso que ou a sociedade científica é multiprofissional ou é uniprofissional. Não consigo entender esse modelo híbrido. Assim, deixo três perguntas para reflexões: Por que não se transformou? Por que ainda se chama de Colégio e não de Sociedade? Colégio Brasileiro de Educação Física ou ainda, para atender melhor a ótica majoritária em várias de suas diretorias, Colégio Brasileiro da Educação Física Sociocultural? Não sei os motivos ou as respostas, mas tenho certeza de que não é mais o CBCE multiprofissional que foi pensado e objeto da fundação em 1978 e, muito menos, um *College* dentro do conceito norte-americano.

Por outro lado, não seria o primeiro caso de uma sociedade ou *College* utilizar um nome que não traduz exatamente sua atividade ou área de atuação. O *American College of Sports Medicine* (ACSM) não é um *College* de médicos do esporte, muito pelo contrário, atualmente existem poucos mé-

dicos cientificamente ativos no ACSM, muito diferente também da época de sua fundação. Para mim é muito equivocado que uma sociedade científica de Medicina do Esporte não seja primariamente ou exclusivamente de médicos do esporte. É como se a associação de moradores de Copacabana fosse composta, quase que exclusivamente, por moradores de outros bairros ou cidades. Literalmente bizarro. Ainda mais interessante é que o ACSM faz um superconveniente e excepcional *marketing* com a expressão *Exercise is Medicine*, sem que isso seja primariamente desenvolvido, relacionado ou trabalhado por médicos ligados à área de exercício. Tempos modernos de dura convivência entre a incoerência científica e a coerência de *marketing*.

Passando para a RBCE, vejo, com pesar, que o passado parece estar sendo pouco valorizado. Tentei acessar na aba arquivo (20Fev2019) os links dos números antigos e deu mensagem de erro. Uma pena e merece ser corrigido. Olhando alguns dos artigos recentes, vejo, com pesar, que além de erros teóricos e estatísticos elementares, as inovações que eu propus e os artigos que eu publiquei são muito mais valorizados, utilizados e citados fora do Brasil do que pelos pesquisadores brasileiros, inclusive muitos daqueles que atualmente publicam na RBCE. Seria ótimo se os brasileiros lessem os artigos publicados pelos brasileiros e utilizassem mais essas informações, dados e técnicas em suas pesquisas.

Por outro lado, vejo como um considerável *upgrade* técnico a RBCE estar sendo trabalhada pela Elsevier. Parece que está evoluindo em relação à histórica e limitada dicotomia em áreas sociocultural e biodinâmica. Isso se reflete em um artigo com uma bela diagramação e figuras e tabelas de alta qualidade. Gostei muito do editorial escrito pelo novo editor-chefe e editores associados. A figura de diagrama de fluxo dos artigos nas instruções para os autores é excelente. Será que eu, de alguma forma, tenho algo a ver com isso, uma vez que um dos meus melhores alunos de Mestrado/Doutorado está nesse novo grupo de editores ou estou tendo um conflito de interesses e uma avaliação enviesada? Um risco, na minha opinião, é termos no corpo editorial uma concentração excessiva de docentes e o apoio institucional dessa mesma única Universidade. Isso pode ser ruim e não costuma ser bem-visto pelas bases indexadoras mais restritivas. No conjunto, ainda há muito a avançar, mas me parece estar indo bem e surfando na onda da moda. Compreender e aceitar que autores tenham de pagar uma taxa para publicação e ver artigos escritos em inglês seria algo impensável nos anos 80 e considerados no passado, no mínimo, como uma ofensa. Que bom que a internacionalização esteja sendo buscada e, pelo menos em parte, conseguida.

Para terminar, com meu gosto pela cienciometria, fiz algumas comparações entre a RBCE e a Revista Brasileira de Medicina do Esporte (RBME). Talvez seja também válido comparar com a Motriz e com a Revista Brasileira de Cineantropometria e Desenvolvimento Humano ou ainda algumas outras que também publicam temáticas que estariam dentro do escopo da RBCE.

Critério ou Variável	RBCE	RBME
Ano de primeiro número:	1979	1995
Periodicidade atual:	Trimestral	Bimestral
Journal Citation Report – Web of Science	Não	Sim
Scielo e Scopus	Sim	Sim
Ano inicial de dados no Scimago	2013	2003
Scopus H-Index	4	24
SJR-2017	0,18	0,19
Ranking Brasil de SJR-2017 (total de 376 revistas)	224	223
Grau de internacionalização nos artigos	Razoável	Boa
Cobrança de taxa para publicação de artigos*	Sim	Sim
Open Access on-line	Sim	Sim
Publons (número de revisões cadastradas)	3	42
Formato das referências	Autor, ano	Vancouver

* Sócios do CBCE não pagam.

As duas revistas têm idades distintas, porém ambas possuem pouca projeção internacional e até mesmo no âmbito da ciência brasileira. Olhando os dados do Scimago em mais detalhes, parece que a RBME, apesar de mais nova, sempre foi melhor, mas que a curva da RBCE é mais ascendente e que, como mostrado pelo empate técnico no indicador SJR-2017, já tenderá a suplantar a RBME nos próximos anos. A confirmar.

Para encerrar, agradeço o convite para participar dessa coletânea e poder ter revivido em minha memória vários momentos interessantes. Também apreciei a oportunidade de compartilhar com os novos e os antigos associados do CBCE parte da história do ano -1 e apresentar algumas opiniões e considerações sobre o passado, o presente e o futuro do CBCE e de sua revista, a RBCE. Torço para que o CBCE recupere os objetivos multiprofissionais da época de sua fundação e se atualize, quem sabe, para passar a ser uma forte e abrangente Sociedade Brasileira de Ciências do Exercício e do Esporte.

Referências

- ARAÚJO, C. G. S. Flexibility assessment: normative values for flexitest from 5 to 91 years of age. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 90, n. 4, p. 280-287, 2008.
- ARAÚJO, C. G. S. *Flexitest: an innovative flexibility assessment method*. Champaign: Human Kinetics, 2004.
- ARAÚJO, C. G. S. Flexiteste: uma nova versão dos mapas de avaliação. *Kinesis*, v. 2, n. 2, p. 251-267, 1986.
- ARAÚJO, C. G. S. Teste de sentar-levantar: apresentação de um procedimento para avaliação em Medicina do Exercício e do Esporte. *Rev Bras Med Esporte*, v. 5, n. 5, p. 179-182, 1999.
- ARAÚJO, C. G. S. *Claudio Gil – em depoimento a Sheila Kaplan*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2006. (Coleção gente).
- ARAÚJO, C. G. S. et al. Heart rate responses to deep breathing and 4-seconds of exercise before and after pharmacological blockade with atropine and propranolol. *Clinical Autonomic Research*, v. 2, n. 1, p. 35-40, 1992.
- ARAÚJO, C. G. S. et al. Sexual counselling in cardiac rehabilitation: an urgent need for more consideration and study. *Canadian Journal of Cardiology*, v. 34, n. 12, p. 1.546-1.548, 2018.
- ARAÚJO, C. G. S. et al. Vagal activity: effect of age, sex and physical activity pattern. *Braz J Med Biol Res*, v. 22, n. 7, p. 909-911, 1989.
- ARAÚJO, C. G. S. et al. Teste de exercício de 4 segundos: valores de referência dos 18 aos 81 anos de idade. *Arq Bras Cardiol*, v. 104, n. 5, p. 366-374, 2015.
- BRITO, L. B. B. et al. Ability to sit and rise from the floor as a predictor of all-cause mortality. *European Journal of Preventive Cardiology*, v. 21, n. 7, p. 892-898, 2014.
- DUARTE, C. V. et al. Exercise heart rate gradient: a novel index to predict all-cause mortality. *European Journal of Preventive Cardiology*, v. 22, n. 5, p. 629-635, 2015.
- RAMOS, P. S.; ARAÚJO, C. G. S. Cardiorespiratory optimal point during exercise testing as a predictor of all-cause mortality. *Revista Portuguesa de Cardiologia*, v. 36, n. 4, p. 261-269, 2017.
- RAMOS, P. S. et al. Ponto ótimo cardiorrespiratório: uma variável submáxima do teste cardiopulmonar de exercício. *Arq Bras Cardiol*, v. 99, n. 5, p. 988-996, 2012.
- STEIN, R. et al. Sexual activity and heart patients: a contemporary perspective. *Canadian Journal of Cardiology*, v. 32, n. 4, p. 410-420, 2016.

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: 40 anos de desafios e o fardo do tempo histórico

Celi Nelza Zulke Taffarel

Introdução

Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a canseira da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acham que basta amontoar saber, por amor do saber, a ciência pode ser transformada em aleijão, e as suas novas máquinas serão novas aflições (Brecht, 1991, p. 165).

Ao completar 40 anos, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) publica uma Coletânea cujo objetivo é ser referência a pesquisadores no âmbito das Ciências do Esporte (CE) e da Educação Física (EF) no Brasil. Estamos nos inserindo neste esforço para defender o marxismo como filosofia, epistemologia, projeto histórico, como referencial teórico-metodológico para o desenvolvimento rigoroso, de conjunto e radical (Saviani, 2009) das CEs e da EF.

Publicamos um texto (Taffarel, 2007), por ocasião dos 30 anos do CBCE, e nele destacamos as sucessivas reformas da economia política e seus impactos na ciência e na educação e o papel revolucionário da entidade científica. Dez anos após, voltamos a nos posicionar, agora de maneira mais dramática, vez que a situação agravou-se e hoje estamos na iminência de termos uma entidade científica como aparelho ideológico de ação política da nova direita (Casimiro, 2018), que está se apropriando de todos os espaços da sociedade civil e do Estado para assegurar a ordem vigente, destrutiva, irracional do capital.

Do surgimento do CBCE, nos idos de 1978, em pleno *período da ditadura militar* (Arns, 1985),¹ ao seu desenvolvimento nas décadas de 80 e 90, em pleno *período de aplicação dos acordos e Consenso de Washington* (Tommasi; Warde; Haddad, 1996) que visavam a ajustar as macroeconomias de países em dificuldades aos interesses imperialistas, até a sua consolidação nos anos 2000, com a contraditória *conciliação de classes*, que culmina com táticas da *guerra híbrida* (Korybko, 2018), com o *Golpe de 2016* (Jinkings; Doria; Cleto, 2016) e com o *Estado de Exceção* (Valim, 2017), decorreram-se 40 anos de desafios e de fardo de um tempo histórico (Mészáros, 2007) que pode ser caracterizado por suas contradições “fundamentais, mutáveis e perigosas” (Harvey, 2016), tempo que indica as tarefas, tempo de destruição de forças produtivas (Montoro, 2014); tempo de “*cambiar el mundo*” (Hobsbawm, 2011).

Apresentamos suscintamente o que significa a “crise-ajustes-crise” do capital que está destruindo a força produtiva, dados sobre estes ajustes no Brasil em especial, nesse período de estado de exceção e de instituição do ajuste fiscal pela via da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 e seus impactos na Educação, Ciência e Tecnologia (Frigotto, 2017; Dourado, 2017), bem como de instalação de um governo vinculado com a “nova direita” (Casimiro, 2018) e a extrema-direita que mantém características fascistas (Carneiro, 2018). Finalizamos com uma pergunta: O que fazer, em tempos de destruição de forças produtivas e de avanços da extrema-direita, a partir de uma entidade científica como o CBCE?

40 anos de CBCE – 40 anos de crise-ajustes-crise

O capitalismo não é um modo de produção programado; ele obedece aos interesses particulares de todos aqueles que realizam a acumulação, que são os capitais individuais. Em consequência, a expansão da acumulação se deve à concorrência intercapitalista, à busca de rentabilidade de cada capital, o que confirma o caráter anacrônico do capitalismo que se verifica sob todos os terrenos e, particularmente, sob aquele da destruição das forças produtivas (Montoro, 2018, p. 83).

Quando perguntamos sobre a atual fase do desenvolvimento da sociedade capitalista, estruturada em classes sociais antagônicas, constatamos historicamente, pelos fatos, que: (a) as forças produtivas no capitalismo (trabalho-trabalhador-natureza-meios de produção, conhecimento científico e tecnológico – mercadorias e serviços produzidos em dadas relações de

¹ Ver sobre em: <https://www.esquerda.net/dossier/50-anos-do-golpe-militar-no-brasil/31903>.

produção e troca social), nos séculos 18 e 19 estavam em pleno desenvolvimento; (b) no início do século 20, as forças produtivas deixaram de crescer (Trotsky, 2018) e as relações de produção agudizaram suas contradições fundamentais (propriedade privada, produção social, apropriação privada), mutáveis (reprodução social das disparidades riqueza, renda e descartabilidade do humano) e perigosas (relação com a natureza) (Harvey, 2016). Nem burguesia e nem os seus aliados, como a nova direita (Casimiro, 2018), conseguem saídas para as crises que se instalaram e fomentaram o nazismo e o fascismo na Europa e duas guerras mundiais no século 20; (c) no início do século 21 fomentam no mundo inteiro guerras híbridas (Korybko, 2018) e propostas ultraliberais, protofascistas, de direita e extrema-direita, enquanto formas de governo e de políticas de Estado que destroem forças produtivas. Mesmo recorrendo a guerras, como foram a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a burguesia não abriu, não abre e nem abrirá uma perspectiva superadora das contradições fundamentais, mutáveis e perigosas (Harvey, 2016) que estão destruindo o planeta.

O que constatamos é que, desde a década de 70, ocorrem crises do imperialismo, em especial o estadunidense, aplicação de ajustes e novas crises insuperáveis, insuportáveis e avassaladoras. Em pleno século 21 as forças produtivas estão sendo destruídas, por forças destrutivas (Montoro, 2014).

Montoro (2014) afirma que o resultado imediato dos ajustes estruturais, ajustes fiscais, são: *destruição econômica, regressão social e questionamento da democracia*. É isto que ocorre neste momento histórico no Brasil. Os índices de desemprego, a reforma trabalhista que retira direitos, os altos índices de violência, em especial contra as mulheres, negros, pobres, LGBTs, índios, imigrantes, e a prisão arbitrária do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva são evidências destes processos no Brasil. E a isto estamos sujeitos na condição de produtores do conhecimento científico, formadores de professores e profissionais que têm como objeto de seu trabalho a cultura corporal, e que atuam cientificamente em campos de trabalho que ora se expandem e ora se retraem, por determinações da economia política. Campos estes que mantêm uma regularidade em todos, seja no sistema educacional, saúde, esportivo de alto rendimento, políticas públicas, privado ou público. Sempre teremos alguém que ensina, que tem algo a ensinar, com determinados métodos, em determinados espaços educativos, com determinadas finalidades e tempos pedagógicos, a destinatários que buscam satisfazer suas necessidades de apropriação da cultura corporal, lhe atribuindo sentidos e significados. A tríade conteúdo-método-destinatário (Martins, 2018) está presente em todos os espaços de atuação profissional de quem trata da cultura corporal.

Entre as forças destrutivas, segundo Montoro (2014), estão os mecanismos gerados pela lógica do capital de subsumir o trabalho, o trabalho assalariado, intermitente, precarizado, terceirizado, a servidão voluntária (Antunes, 2018), e manter taxas de lucros, a apropriação privada, a concentração de rendas e riquezas, o assalto ao patrimônio público, ao Produto Interno Bruto por via de endividamento impagável,² as reformas e retirada de conquistas e direitos.³ Estes são os mecanismos para destruir o Sistema de Proteção do Trabalho e do Trabalhador (Castioni, 2008). Tais mecanismos podem ser identificados desde a produção social e apropriação privada, pela exploração da mais-valia relativa e absoluta, até os mecanismos do setor rentista que, para manter as taxas de lucro, provoca guerras híbridas, golpes, destrói democracias (Korybko, 2018), rasga Constituições, retira direitos e conquistas dos trabalhadores e destrói instituições democráticas (Valim, 2017).

Estes mecanismos contam com sofisticadíssimos aparelhos ideológicos e de ação política. A dominação burguesa não se mantém somente por herança política das classes dominantes. Casimiro (2018) apresenta dados estarrecedores sobre a atuação da velha, da nova direita e da extrema-direita para assegurar a dominação econômica por meio da política e da gestão de formas de sociabilidade da classe trabalhadora. Estes grupos atuam tanto no sentido doutrinário, difundindo o pensamento de matriz liberal e recrutando intelectuais orgânicos, quanto no campo pragmático de elaboração de diretrizes, políticas públicas e de ação estrutural, desenvolvendo estratégias por fora e por dentro do Estado. Trata-se de um projeto de estruturação de dominação no conjunto da luta de classes, inclusive em formas de internacionalização no plano capital-imperialista.

Isto está evidente no governo que assumiu em 2019 no Brasil, com seus três núcleos de direita e extrema-direita, a saber: 1) Núcleo que gerencia as políticas sociais (fundamentalistas, pentecostais, neopentecostais, empresários, privatistas); 2) Núcleo que gerencia a política econômica e o Judiciário (economistas e Judiciário partidarizado); 3) Núcleo que gerencia com medidas de exceção, autoritárias, antidemocráticas, a segurança e a ordem (militares e Judiciário). Dominam, retiram direitos e concentram riquezas, garantem lucros à custa de enormes sacrifícios da classe trabalhadora.

² Ver em: <https://auditoriacidada.org.br>.

³ Ver em: <http://cedoc.cut.org.br/banco-de-teses>.

Quando perguntamos como isto funciona no século 21, encontramos respostas nos avanços da direita, e no Brasil, encontramos a aplicação de “ajustes estruturais”, “ajustes fiscais”, designados pelo Banco Mundial de “ajustes justos.”⁴ Encontramos “os aparelhos privados de ação estrutural, e suas estratégias de reconfiguração da ossatura estatal” (Casimiro, 2018, p. 151-258); os consensos, ou a atuação dos “aparelhos governamentais coercivos”, em torno dos interesses do capital (Liguori; Voza, 2017). Encontramos uma contraofensiva que vem desde a década de 70, que se amplia e reconfigura mecanismos de dominação nas décadas subsequentes.

Cabe perguntar sobre os “ajustes justos”: Justos para quem? Para o setor financeiro rentista da economia (Bresser Pereira, 2018), o setor bancário que vive de rendimentos extorquidos dos trabalhadores por meio da mediação do Estado burguês e seus poderes. A isto somam-se os aparelhos ideológicos da burguesia que atuam, desde os meios de comunicação de massa, nas associações, igrejas, sistema educacional, sindicatos, partidos e demais movimentos sociais, em especial de direita e extrema-direita.

Segundo Lambert (1969), os ajustes estruturais estão sendo efetivados por países imperialistas (Lênine, 2010), interessados em guerras, e seus mecanismos, econômicos, políticos e ideológicos, que atingem continentes, comunidades, países, Estados e municípios. No Brasil esses fatos podem ser evidenciados nas manifestações e seu caráter em 2013, no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, destituída em um golpe imperialista, parlamentar, empresarial, militar, jurídico, midiático, nas medidas aprovadas e executadas imediatamente, como foi a EC 95/16 que compromete investimentos públicos por 20 anos, prejudicando os serviços públicos, em especial a saúde, educação, previdência, assistência, educação, habitação, segurança, cultura, esporte lazer, etc. Os municípios brasileiros não estarão eximidos da aplicação do ajuste fiscal e das reformas estruturais.

Para que isto se efetive e a política econômica seja aplicada são realizados golpes de Estado (Jinkings; Doria; Cleto, 2016), instaurando regimes de exceção (Valim, 2017) e, ainda, instituindo regimes autoritários, de extrema-direita, com apoio dos militares, por vias “eleitorais” ditas “democráticas”, mas que se valem de estratégias de guerra para burlar as frágeis democracias (Korybko, 2018). Os capitalistas não toleram sequer o “neodesenvolvimentismo” que representa um arranjo ao desenvolvimentismo capitalista com instituição de políticas sociais de caráter focal, compensatório, assistencialista. O capitalismo depende de algum tipo de participa-

⁴ Ver em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISE-D-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>.

ção política das classes populares, segundo Boito (2018). O que os dados demonstram é que o ultroliberalismo não tolera a participação popular e muito menos as políticas sociais e as reivindicações dos setores populares. Tolera os apelos ao conservadorismo e ao totalitarismo. As eleições de 2018 assim o demonstram. Segundo Oliveira (2018), o liberalismo, em sua longa trajetória, na companhia do capitalismo retirou da política o caráter de decisão e na periferia o neoliberalismo completou o círculo: tornou-se irrelevante. O que vale são as leis do capital.

Fernandes (2005) destaca que em uma sociedade periférica e dependente existe uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia, ou seja, um poder autoritário, absoluto. Isto se expressa, por exemplo, nos superpoderes atribuídos a determinadas pastas e Ministérios no Executivo brasileiro, a partir do golpe de 2016 que se aprofundou nas eleições presidenciais de 2018, com a prisão arbitrária do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a instalação de militares em pastas importantes para as políticas sociais, inclusive militares que passaram por operações de ocupação no Haiti, primeira nação independente do Caribe, em 1804, primeira república negra do hemisfério ocidental a abolir a escravidão. A Minustah (2004-2017) deixou um rastro destrutivo em uma das nações mais prósperas do século 19.⁵

O que precisa ficar evidente, porque os dados empíricos não o negam, é que a política econômica do ultroliberalismo, aplicada no Brasil, trouxe consigo as maiores mazelas da humanidade, que são os regimes nazifascistas. Isto significa que a política é rebaixada e subserviente à lógica do capital e não à racionalidade humana civilizatória. Consequentemente, o Estado passa a servir exclusivamente ao capitalismo em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. É disso que se trata: estamos avançando na tendência da destruição das forças produtivas. Harvey (2016, 2018) designa este período como o de aprofundamento das contradições do capitalismo que sinalizam para seu final. Período de acentuada loucura da razão econômica.

Cabe identificar como isto acontece no Brasil e analisar pelos fatos como está atingindo as CEs e a EF. Em especial a produção do conhecimento científico, a formação inicial e continuada e a intervenção profissional nas CEs e na EF, para podermos responder à questão aqui delimitada: Qual é a função social de uma entidade científica como o CBCE diante desta realidade?

⁵ Ver em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/estupros-colera-e-30-mil-mortos-conheca-o-legado-da-minustah-no-haiti/>.

Não seremos os primeiros a questionar a entidade científica e o papel dos intelectuais. Isto foi feito por Bianchetti, Valle e Pereira (2015). Petras (1996) apresenta argumentos sobre o descompromisso da intelectualidade com a luta da classe trabalhadora. Gramsci (1978) destaca a função social dos intelectuais nas escolas humanistas, destinadas a desenvolver em cada indivíduo a cultura geral, o poder fundamental de pensar e saber se orientar na vida. O que cabe recolocar é a pergunta: Para que serve uma entidade científica diante das leis que regem o modo do capital produzir, reproduzir, destruir a vida e perante a exigência de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social? Segundo Gramsci (1978, p. 125), “O princípio unitário, por isto, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo”. Em tempos de destruição das forças produtivas cabe ao CBCE levar em consideração tais proposições.

Afinal, para que serve uma entidade científica?

[...] na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independente de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (Marx, 1983, p. 24).

Reconhecemos uma área de conhecimento científico quando identificamos a problemática relacionada às necessidades e motivações humanas, os problemas investigativos, as questões de pesquisa, as teorias explicativas, os pesquisadores, os grupos de pesquisa, as instituições, o financiamento, os eventos, os periódicos, as entidades e comunidades científicas, os campos de intervenção social, profissional, entre outros elementos.

Reputamos que as CEs e a EF como áreas do conhecimento, campos de formação inicial e continuada e de atuação profissional, estão determinadas historicamente pelo modo de produção capitalista, que tem como hegemonia teórica as concepções da classe burguesa, em confronto e conflito permanente com a classe trabalhadora, visto serem antagônicas as suas necessidades e motivações. Se a uma basta a produção social da cultura

corporal e sua apropriação privada, para a outra há a necessidade vital da apropriação do patrimônio cultural produzido pela humanidade, para o máximo desenvolvimento dos indivíduos (Taffarel; Escobar, 2018).

A cultura corporal em sua formulação mais avançada, como síntese da produção humana que tem suas origens na atividade humana, para manter a vida, portanto, no trabalho, desde a sociedade comunal, é constituída de múltiplas experiências ideológicas, políticas, filosóficas e sociais e, por sentidos lúdico, estético, artístico, agonístico, competitivos ou outros relacionados à realidade, às necessidades e motivações do ser humano. Assim, faz-se evidente que o objeto de estudo da EF é o fenômeno das práticas cuja conexão geral ou primigênia – essência do objeto e o nexo interno das suas propriedades – determinante do seu conteúdo e estrutura de totalidade, é dada pela materialização em forma de atividades – sejam criativas ou imitativas – das relações múltiplas de experiências subordinadas às leis histórico-sociais. O geral dessas atividades é que são valorizadas em si mesmas; seu produto não material é inseparável do ato da produção e recebe um valor de uso particular por atender aos seus sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonísticos, competitivos e outros relacionados à sua realidade e às suas motivações. Elas se realizam com modelos socialmente elaborados que são portadores de significados e ideias do mundo objetal, das suas propriedades, nexos e relações descobertos pela prática social conjunta. Os conhecimentos, socialmente construídos e historicamente determinados, a partir de atividades que materializam as relações sociais, com sentidos e significados, são necessidades vitais para o desenvolvimento dos seres humanos, para a formação de uma consciência necessária para a sua atuação no mundo, na direção da transformação radical da sociedade.

Basta-nos aqui e agora demonstrar, portanto, que a cultura corporal, na forma de área do conhecimento científico, curso de formação inicial e continuada de professores e de campo de atuação profissional científica é vital, porque responde a necessidades de primeira e segunda ordens para o desenvolvimento dos indivíduos. Considerando esta explicação ontológica nos perguntamos: Para que serve a CE e a EF? Para que serve o CBCE?

Para que servem as Ciências do Esporte, a Educação Física e o CBCE?

Quando perguntamos como as CEs e a EF, enquanto áreas de conhecimento, de formação inicial e continuada e campo de atuação profissional vêm se desenvolvendo, nos deparamos com as contradições próprias do modo do capital organizar a produção da vida. Deparamos com a mercadorização tanto da produção do conhecimento quanto da formação inicial e

continuada e da atuação profissional. Por isso perguntamos sobre os pilares centrais que sustentam o modo de produção da vida capitalista que está baseado na exploração dos seres humanos e da natureza.

Encontramos explicações consistentes em Engels (2012), que recupera os conhecimentos acumulados para descrever a origem da família monogâmica, na condição de primeira divisão social do trabalho entre o homem e a mulher para procriação dos filhos, primeiro antagonismo de classe. Demonstra que é no antagonismo das classes que nasce o Estado. O Estado é, portanto, um produto da sociedade quando ela atinge um grau de desenvolvimento. Este “é a demonstração de que a sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar” (Engels, 2012, p. 213). Engels revela as raízes da submissão, da subsunção, do surgimento das classes sociais e como surge e se sustenta a exploração do ser humano e da natureza.

Para demonstrar a atualidade do conteúdo histórico das formulações científicas de Engels em relação ao Estado, mencionamos sete medidas drásticas adotadas no Brasil, a partir do golpe de 2016, em correlações de forças que têm, por um lado, a classe trabalhadora e, do outro, a burguesia e seus vassalos, que repercutirão no futuro na vida de todos os brasileiros: 1) a entrega do pré-sal para a exploração estrangeira, em especial às petrolíferas estadunidenses, eliminando a possibilidade do fundo social para educação e saúde, o que abria a possibilidade de aplicação de 10% do PIB em educação até 2024; 2) a EC 95/2016, que estabelece um novo regime fiscal e limita investimentos públicos; 3) a Reforma Trabalhista, que retira direitos instituídos há 88 anos no Brasil por meio da Consolidação das Leis do Trabalho e que estabeleciam o Sistema de Proteção ao Trabalhador; 4) a Reforma do Ensino Médio; 5) a Base Nacional Curricular Comum, que rebaixa a capacidade teórica e esvazia a escola de seus conhecimentos nucleares, clássicos, fundamentais para o desenvolvimento dos indivíduos; 6) a “Escola Sem Partido” que representa, em última instância, a imposição do pensamento único, conservador, de direita, originado no seio de famílias burguesas que acaba com a escola laica, historicamente defendida pela classe trabalhadora; 7) em 2019, a sétima medida: a famigerada Reforma da Previdência de Bolsonaro.

Somando-se ao conjunto de ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores, vemos a gravidade da situação que pesa sobre nossos ombros. É o fardo do peso histórico (Mészáros, 2007) que o capitalismo e suas forças destrutivas nos legam. Segundo Hobsbawm (2011, p. 424), “*Há que se cambiar el mundo... Ha llegado la hora de tomarse en serio a Marx*”.

O Golpe de 2016 nas Ciências do Esporte e na Educação Física

Jinkings, Doria e Cleto (2016) e Korybko (2018) apresentam dados para sustentarmos a tese de que ocorreu um golpe no Brasil, que se soma ao golpe empresarial-militar de 1964, e aos golpes que vêm sendo impetrados em governos progressistas na América Latina.⁶ O golpe no Brasil não se resume a um fato único, destituição de uma presidente legitimamente eleita por 54 milhões de votos, mas, paulatinamente, foi se aprofundando e demonstrando a sua face oculta. Desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, passando pela Ação Penal 470, que se inicia uma saga de perseguições e punições injustas desde 2004; a descoberta do pré-sal em 2007 e seu volume de 50 bilhões de barris, passando pela eleição de Dilma Rousseff em 2014, a sua destituição em 2016, as medidas adotadas pelo governo de Michel Temer, até a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sem provas e sem lhe garantirem direitos previstos em lei, para afastá-lo do pleito eleitoral de 2018, até a designação de um juiz de primeira instância a ministro do Supremo Tribunal Federal para o mandato de 2019 a 2022, com superpoderes, bem como a extinção do Ministério do Esporte (Damiani, 2019), entre outros, são sucessivas medidas adotadas ou anunciadas com a finalidade de consolidar no Brasil um regime de extrema-direita, que aprofunda a sustentação dos interesses do capital, por taxas de lucros exorbitantes, riquezas, patrimônio público e mais-valia absoluta e relativa, gerada pelos trabalhadores superexplorados em trabalhos precarizados, flexibilizados, sem direitos trabalhistas, em regime de servidão voluntária (Antunes, 2018).

Para delinear as consequências disso nas CEs e na EF, delimitamos dados concretos a partir do Ministério do Esporte (ME), instituído pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 e extinto em 2019 pelo governo de extrema-direita. Dados a partir do Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte), do Programa de Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer (Rede Cedes) e do Plano Nacional de Educação (PNE).

⁶ 1) Tentativa de golpe na Venezuela em 2002, contra o então presidente Hugo Chaves. Subjacentes, os interesses estadunidenses e a privatização da empresa estatal Petróleo de Venezuela S.A (PDVSA); 2) golpe no Haiti em 2004 contra Jean-Bertrand Aristide, atribuindo-se o golpe às forças rebeldes e na sequência instalando-se a Minustah, ocupação de forças militares da ONU, comandadas pelo Brasil, que hoje se vale destes militares treinados no Haiti para assumir cargos no governo brasileiro de extrema-direita; 3) golpe na Bolívia em 2008 contra o presidente Evo Morales; 4) golpe em Honduras em 2009, contra Manuel Zelaya; 5) golpe no Equador em 2010, contra o presidente Rafael Correia; 6) golpe no Paraguai em 2012, contra o presidente Fernando Lugo; 7) golpe contra a presidente Dilma Rousseff no Brasil, em 2016; 8) a tentativa de golpe em 2019 na Venezuela contra Nicolás Maduro.

Reconhecemos e levamos em conta o que Mascarenhas, Athayde e Matias (2015) apresentaram no dossiê sobre as políticas de esporte nos anos “Lula e Dilma”, preocupados em utilizar as armas da crítica e a relevância social daquilo que produziram. Tratando da agenda do esporte, do financiamento e dos programas sociais, o dossiê apresenta dados relevantes. O nosso foco, porém, no presente texto, é principalmente com o que estivemos diretamente envolvidos, como executores e integrantes do grupo de estudo e pesquisa (Lepel/Faced/Ufba) e que, com o golpe sofreu interrupções extremamente prejudiciais para os avanços necessários no campo das políticas científicas e tecnológicas nas áreas da CE e da EF.

O Diesporte foi executado pela Ufba, articulada com a UFRGS, UFRJ, UFG, Ufam, UFS, por solicitação do Ministério do Esporte, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O Projeto foi coordenado pelos professores Cassia Damiani (ME), Ailton Santana (UFS) e Celi Taffarel (Ufba). O intuito era a tomada de decisão estratégica para o desenvolvimento do esporte no Brasil, a partir de políticas de Estado e de governo democrático e popular, assentadas em um rigoroso e extensivo, sistemático e permanente Diagnóstico Nacional do Esporte. As variáveis estudadas, legislação esportiva, infraestrutura, gestão e administração do esporte e financiamento esportivo, nos permitiram concluir que: a maioria da população não pratica esporte, que a juventude deixa de praticá-lo porque precisa trabalhar, que a infraestrutura esportiva é na maior parte privatizada, que a legislação esportiva carece de avanços para além do esporte de alto rendimento, e dentro dele o futebol, e que o financiamento do esporte é, na sua maioria, de ordem privada e quando o financiamento advém do Estado a prioridade tem sido o alto rendimento.

O Diesporte demonstrou que cabem, sim, iniciativas estatais de vulto para criar um *Sistema Nacional do Esporte*, para fomentar, incentivar, propiciar práticas corporais, considerando principalmente o sistema educacional, o sistema de saúde, o sistema de cultura, o sistema comunitário, popular e o sistema de alto rendimento. Paralelo ao Diesporte, o ME, nas gestões dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, veio incentivando a pesquisa e a criação de um Sistema Nacional do Esporte, interrompido em razão do golpe de 2016.

Anterior ao golpe os investimentos em Ciência e Tecnologia pelo CNPq em parcerias com o ME avançaram e, os recursos para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes) cresceram, com novos projetos e ampliação do financiamento. Os avanços nas agências de formação profissional foram visíveis no período de 2003 a 2016. Na forma-

ção de profissionais, ocorreu nesse período a expansão do Ensino Superior. Foram mais 18 universidades com 133 *campi*. Os Institutos Federais, de 144 unidades em 2005, passaram para mais de 500 em 2014. De 227,8 mil professores em 2002, o quadro docente foi ampliado para 388 mil em 2015.

A partir do golpe de 2016, todos os investimentos regrediram. Muitos programas e projetos foram suspensos e, com o anúncio da desestruturação do ME, interrompem-se políticas esportivas de grande vulto para o povo brasileiro, políticas estas reivindicadas em três Conferências Nacionais do Esporte, ocorridas em 2004, 2006 e 2010.

Os impactos desta interrupção serão sentidos nos Grupos de Pesquisa sobre o Esporte que eram financiados pela Rede Cedes, nos projetos de extensão das universidades financiados com recursos públicos e desenvolvidos em parceria com governos estaduais e municipais, nas políticas do esporte participação, esporte comunitário, bem como no esporte de alto rendimento. Basta conferir no próprio portal do ME, no qual é possível verificar que no Esporte de Alto Rendimento são mais de 6 programas e projetos e no Esporte – Educação, Lazer e Inclusão Social, mais de 12 programas e projetos que estão ameaçados com a extinção do ME.

Destacamos a seguir alguns programas, projetos e ações fadados à interrupção: Plano Brasil Medalhas; Rede Nacional de Treinamento; Centro de Iniciação ao Esporte; Centros Olímpicos de Treinamento; Bolsa Atleta; Segundo Tempo; Atleta na Escola; Brincando com Esporte; Pelc; Vida Saudável; Futebol Feminino; Seleções do Futuro; Sistema Nacional do Esporte; Lei de Incentivo ao Esporte; Diesporte; Estádio Mais; Legado Esportivo. Ficam comprometidas as ações da Secretaria de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Segundo dados do portal do ME, o Pelc completou 14 anos tendo realizado um trabalho de relevância social. A Rede Cedes foi instituída como ação programática do ME em 2003. Essa iniciativa estava voltada para o fomento da pesquisa integrada ao Programa Brasil Potência Esportiva – “Estudos e pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do esporte” – gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte. Em 2004 a ação “Estudos e pesquisas”, transformou-se na Rede Cedes, integrando o conjunto de atividades do Pelc direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer. O último edital que compreendeu essa integração com o Pelc foi publicado em 2011. Do histórico da Rede Cedes conclui-se que esta viveu seis momentos importantes: 1) quando foram estabelecidas parcerias com grupos de pesquisas de cursos de EF das universidades públicas brasileiras para apoio a pesquisas voltadas ao esporte recreativo e lazer; 2) a ampliação de apoio ao aprofundamento e à consolidação de pesquisas que qualifiquem

a política de esporte e lazer do país; 3) o anúncio, em 2007, de Edital Público anual para seleção de projetos de apoio a pesquisas de esporte e lazer, que, em 2011, teve sua quarta edição; 4) a ampliação do fomento à pesquisa social sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer e o investimento na gestão do conhecimento produzido pela Rede Cedes, sua ampla sistematização e socialização, busca contribuir com a qualificação das demais ações do Pelc e a capacitação de gestores, agentes e estudiosos de esporte e lazer brasileiros e de outros países; 5) quando identificado pela colaboração do ME e CNPq na chamada ME/CNPq n. 091/2013, na qual três linhas de pesquisa foram apoiadas pela Rede Cedes; 6) chamada-convite de novos projetos no ano de 2014, além da participação no Edital do Programa de Extensão Universitária (ProEXT) 2015. Destacamos estes programas porque tivemos a oportunidade de participar efetivamente dessas importantes iniciativas.

Cabe, sim, a crítica aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), e esta autocritica vem ocorrendo. Destacamos quatro pontos da autocritica: 1) a conciliação de classe com a burguesia; 2) a adaptação ao Estado burguês; 3) a não realização de reformas estruturais de interesse da classe trabalhadora; 4) o pacto de governabilidade com as elites, e não assentado em acordos com a classe trabalhadora para atender suas reivindicações. Esta crítica, porém, somente procede se inserida na análise rigorosa da correlação de forças presentes neste período de 2003-2016; se inserida na análise histórica do Brasil desde 1500 e a estrutura escravocrata de poder construída e alicerçada pelas oligarquias, pelos empresários, pelos detentores do poder econômico, ideológico e político; se inserida na explicação sobre os avanços da direita e da extrema-direita no mundo e, em especial, no Brasil; inserida na honestidade de admitir o contraditório, os acertos, as realizações, as consequências positivas para a classe trabalhadora. Cabe, sim, compreendermos as lições derivadas da prática, para que na próxima oportunidade os avanços para a classe trabalhadora sejam bem maiores do que os retrocessos e atinjam o ponto de irreversibilidade necessária. E isso passa por um profundo ajuste nas forças de esquerda, na perspectiva da construção da frente única anticapitalista, anti-imperialista.

O epicentro dos ataques: o Plano Nacional de Educação

Ao considerarmos o PNE, não podemos perder de vista os fatos que estão demonstrando o seu não cumprimento (2014-2024). Mesmo sendo um Plano com fortes influências do setor privatista, ele resultou do enfrentamento empreendido pelos setores que defenderam a educação pública, laica, de qualidade socialmente referenciada, os quais atualmente estão articulados no Fórum Nacional Popular de Educação com mais de 30 entidades.

O epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira, segundo Dourado (2017) é o PNE, com vistas às privatizações das escolas públicas e à abertura das ações criminosas das Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas, instituições não governamentais (Simões, 2017), visando a transferir recursos públicos para a iniciativa privada.

Para efetivar essa política destrutiva soma-se a “Escola Sem Partido” (Frigotto, 2017), que é o controle ideológico (Adusp, 2004) por parte da classe dominante exploradora, burguesa, sobre a classe trabalhadora, pela via de leis que estão tramitando nos parlamentos municipais, estaduais e Federal. Segundo Frigotto (2017), esse aparato jurídico ameaça não só a educação, mas toda a sociedade brasileira. A esse projeto do capital para educação (Andes-SN, 2016a), somam-se as Reformas do Ensino Médio (Beltrão; Taffarel, 2017), e a sua regulamentação por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Cury; Reis; Zanardi, 2018) e a Política de Formação do Magistério (Brzezinski, 2018) orientada desde o governo golpista de Temer.

A luta de classes na educação escolar se evidencia pela disputa sobre os rumos da formação humana e das políticas educacionais (Saviani; Duarte, 2012). Temos, assim, as evidências do acirramento da luta de classes na disputa de projetos históricos e projetos de escolarização da Classe Trabalhadora. Um projeto baseado em teorias construtivistas, pós-modernas, culturalistas, que esvazia a escola de conteúdos e distorce sua função social e outro que está assentado na Teoria Psicológica Histórico Cultural para a escolarização (Martins, 2015) e nos fundamentos de uma pedagogia socialista (Orso; Malanchen; Castanha, 2017) e na Pedagogia Histórico-Crítica (Pasqualini; Teixeira; Agudo, 2018).

Absolutamente nada escapará da sanha destrutiva dos que pregam o mínimo para o social e o máximo para o capital (Neves, 2010). As repercuções atingirão a produção do conhecimento científico, a formação inicial e continuada e a atuação dos profissionais de EF. Os dados são evidentes – aumenta o setor privado no Ensino Superior, aumenta o Ensino Superior a distância e aumenta a tendência à divisão na formação entre Licenciatura e Bacharelado (Morschbacher, 2012; Hack, 2017). Esta divisão não encontra respaldo epistemológico e se justifica pela ganância ao lucro que advém da divisão em dois cursos. Sobre os interesses de rebaixar a capacidade teórica dos professores já na formação (Morschbacher, 2016), basta verificar que a maioria das universidades, faculdades e cursos que formam professores não aplicaram a Resolução 02/2015 que trata de diretrizes nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Estas diretrizes exigiram 10 anos de estudos, reflexões e discussões (Dourado, 2017).

E, no meio do caminho mais uma pedra, a saber, sistema Cref/Confef (Conselho Regional e Conselho Federal de Educação Física), que desempenha o papel social de braço regulador do mercado de trabalho, do Estado burguês, que se alia ao braço armado para constranger, limitar a atuação e rebaixar pela alienação, a formação e atuação dos profissionais da área de EF. Isto é evidente não só na função social expressa na lei, mas no código de ética e nas demais propostas deste Conselho autoritário e alienador da categoria dos profissionais de EF. O que aqui afirmamos pode ser comprovado perante as leis maiores que regem o Brasil, a Constituição Federal de 1988 e as leis menores que são evocadas para instituir medidas autoritárias e restritivas aos professores formados em cursos de nível superior. O Cref/Confef está intervindo na autonomia das universidades e no direito ao trabalho dos que se formam em cursos universitários.

O CBCE, na condição de entidade científica, em seus fóruns pertinentes, deve viabilizar o debate acadêmico e a busca da verdade, tendo como referência o projeto histórico superador do capitalismo.

E a produção do conhecimento científico?

Quanto à produção do conhecimento científico na EF, levando em conta os estudos clássicos de Gamboa (1987) e Souza e Silva (1997), podemos afirmar que não ocorreram alterações substantivas no que diz respeito ao local da produção, financiamento, matrizes teóricas que fundamentam tal produção. Identificamos tendências e abordagens em 1997 que ainda prevalecem (Taffarel, 1997). O que constatamos, 30 anos após os estudos de Gamboa (1987) e 20 anos após os de Souza e Silva (1997), é que, com o avanço da extrema-direita e a perseguição desencadeada ao marxismo, provavelmente teremos um período de imensa dificuldade para o desenvolvimento da matriz teórica marxista no Brasil. A hegemonia continua sendo dos cursos de Pós-Graduação do Sul/Sudeste, o financiamento maior é para estas regiões e as matrizes científicas hegemônicas são o positivismo, a fenomenologia, o multiculturalismo e o pós-modernismo.

São necessárias, portanto, outras mediações na formação dos professores pesquisadores e na produção do conhecimento na perspectiva emancipatória, da superação da sociedade dividida em classes sociais (Morschbacher, 2016). Estas tendências aqui mencionadas sobre local da produção, financiamento e matrizes teóricas podem ser identificadas nos pressupostos teórico-metodológicos das abordagens/concepções da pesquisa em Educação Física (Gamboa; Gamboa, 2015) na formação inicial e continuada de professores de EF e na atuação profissional.

Os estudos de Malanchen (2016) sobre teorias curriculares demonstram que a partir da década de 90 no Brasil, pela luta de movimentos sociais por suas pautas específicas, emergiram questões em relação ao currículo escolar como diversidade cultural, valorização da subjetividade, deslocamento do debate sobre classes sociais para a discussão de gênero, raça, etnia, religião e orientação sexual. Estas questões foram hegemonicamente tratadas com matrizes pós-modernas, amparadas no relativismo cultural, na negação da ciência, no neomarxismo que, segundo Anderson (2004), merecem críticas porque deslocam o eixo dos estudos para a superestrutura, para a cultura e subscreve as leis gerais que regem o capitalismo, as leis do Estado burguês e as leis da luta de classes. Os estudos de Morschbacher (2016) indicam que existem possibilidades de formação científica de professores, a partir da referência materialista histórica e dialética.

Diante de tal contexto que abre espaço para a direita e para a extrema-direita conservadora, homofóbica, sexista, racista, xenofóbica, nazista, fascista se expandir, aliada aos grandes negócios capitalistas, manipulando ideologicamente grandes massas da população, nos indagamos sobre a função social de uma entidade científica e, sobre o que fazer?

Qual a função social de uma entidade científica como o CBCE diante da destruição de forças produtivas: o que fazer?

Para concluir, com base nos trabalhos que produzimos nos últimos 40 anos, presentes em dissertações e teses, livros e artigos, destacamos quatro dimensões da luta a ser travada no próximo período, inclusive pela entidade científica, o CBCE:

- 1. Reivindicações imediatas, transitórias:* Manter bem altas as reivindicações imediatas, mediatas e históricas dos trabalhadores. Isto nas CEs e na EF se traduz no direito ao acesso à cultura corporal na escola e, para além da escola, por meio de políticas públicas, de Estado e de governos, como direito social, para incluir, democratizar, universalizar, emancipar a classe trabalhadora do jugo irracional do capital. Isso significa valorização do magistério na formação e atuação profissional (Anfope, 2018), boas condições de trabalho, de carreira, de salários, de segurança social – saúde, assistência, previdência – de gestão democrática e de organização dos trabalhadores para a luta pelas reivindicações. Isso significa, de imediato, respeitar os direitos de portadores de deficiência, mulheres, negros, índios, quilombolas, LGBTs (Andes-SN, 2016b) e demais segmentos do povo brasileiro, direito de acessar a cultura corporal em diferentes instituições, programas e projetos de políticas públicas. Significa também

defender o acesso à produção, desenvolvimento e usufruto da ciência e da tecnologia para todos, para o desenvolvimento da democracia e de uma nação soberana com seu povo feliz. Entra a defesa da democracia e dos direitos e conquistas da classe trabalhadora. Entra o epicentro da defesa da democracia, que é a liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

2. *Reivindicações mediatas*: Lutar para derrubar o entulho autoritário aprovado pelos golpistas, pela direita e extrema-direita no último período, citando como exemplos a entrega do pré-sal, a terceirização sem limites, a reforma trabalhista, a EC 95/16, a Reforma do Ensino Médio, a BNCC para o Ensino Médio, a política de formação para o Magistério, entre outras medidas. Vale ressaltar que são necessárias reformas democráticas, no Judiciário, na tributação, nos meios de comunicação, Reforma Agrária Popular, entre outras medidas imprescindíveis para avanços dos interesses da classe trabalhadora.
3. *Reivindicações históricas*: formação científica dos profissionais – formação inicial e continuada e atuação profissional na perspectiva da emancipação da classe trabalhadora e da superação do modo de produção capitalista (Morschbacher, 2016). Na perspectiva do projeto histórico para além do capital (Mészáros, 2002). Isto significa colocar em pauta, sim, o projeto histórico superador, o projeto socialista rumo ao comunismo.

Entre o imediato e o histórico estão as mediações necessárias, contidas em um programa de transição (Trotsky, 2018) que abarque a luta cotidiana imediata, mas não perca de vista o histórico.

As CEs e a EF, com outras áreas do conhecimento, devem manter-se firmes na defesa do direito de todos de acessar o mais elaborado da cultura humana, para produzir conhecimentos, criticá-los, entendê-los, explicá-los cientificamente e, pelo enfrentamento das contradições, construir a humanidade e não a barbárie. Isto passa necessariamente por governos democráticos e populares, pela defesa da democracia e pela defesa de Lula Livre Já.

Conclusão

Revolução proletária: Solução das contradições: o proletariado toma o poder político e, por meio dele, converte em propriedade pública os meios sociais de produção, que escapam das mãos da burguesia. Com este ato redime os meios de produção, da condição de capital, que tinham até então, e dá ao seu caráter social plena liberdade para se impor. A partir de agora já é possível uma produção social segundo um plano previamente elaborado. O desenvolvimento da produção transforma

num anacronismo a sobrevivência de classes sociais diversas. À medida que desparece a anarquia da produção social, vai-se diluindo também a autoridade política do Estado. Os homens, donos por fim de sua própria existência social, tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmos, homens livres. [...] E o socialismo científico, expressão teórica do movimento proletário, destina-se a pesquisar as condições históricas e, com isto, a natureza mesmo deste ato, infundindo assim à classe chamada a fazer a essa revolução, à classe hoje oprimida, a consciência das condições e da natureza de sua própria ação (Engels, [18-?], p. 66).

O que propomos neste texto foi ressaltar o que pesa sobre nossos ombros como nossa tarefa principal. O peso do fardo do tempo histórico. Tempo de degeneração e decadência de um modo de produção da vida complexo e que está destruindo as forças produtivas. Tempos do século 21 em que nos interrogamos sobre o movimento da classe trabalhadora e sua consciência das condições e da natureza de sua própria ação. Interrogam-nos sobre o projeto histórico para além do capital, e as possibilidades que temos diante da luta de classes que confronta projetos históricos antagônicos. O socialismo científico e seus princípios econômicos, culturais, ideológicos e políticos, ou a barbárie do capitalismo, o ultraneoliberalismo, como suas crises-ajustes-crises.

Somos professores(as), pesquisadores(as), que estamos sendo severamente atacados no exercício de nossa profissão, pelo desmonte de Ministérios, programas, projetos, ações, instituições, pelos cortes no financiamento público, pelos ataques da extrema-direita e seus ideólogos da “Escola Sem Partido”, pela ação de um Judiciário partidarizado, pela ação de um Parlamento no qual a hegemonia está com as Bancadas do Boi (Latifundiários), da Bala (Forças Armadas e empresários) e da Bíblia (evangélicos, predominantemente pentecostais e neopentecostais). Atacados pela extrema-direita que contribuiu para eleger um ser irracional, que fomenta a lógica do capital, com sua subordinação ao imperialismo estadunidense, com toda a sua distopia, valores, ódios, irrationalidades e todas as suas mazelas que recaem sobre os ombros da classe trabalhadora e daqueles que defendem o marxismo, o socialismo científico. Este ataque decorre do fato de que tratamos da “verdade” que é cognoscível, e que impacta nas funções psicológicas superiores, na capacidade da classe trabalhadora de constatar, problematizar, se instrumentalizar e criar, no enfrentamento das contradições, uma prática social em um patamar de luta superior, contra o jugo do capital, pela emancipação humana. O desafio do tempo histórico é criar as condições subjetivas para a revolução, vez que as objetivas estão postas. Os que pretendem ter lucros e submeter a maioria dos povos ao jugo do

imperialismo e suas guerras (Lambert, 1989), em especial o imperialismo estadunidense e das grandes corporações, não encontrarão facilidades perante populações instruídas sobre outro modo de produção da vida para além do capital (Mészáros, 2002). Populações instruídas por entidades científicas que reconhecem que sua função social é ser ponto de apoio na luta de classes (Gramsci, 1978) contra a barbárie, em defesa do socialismo científico rumo ao comunismo.

As mediações necessárias para a produção do conhecimento científico, formação e atuação de profissionais nesta perspectiva emancipatória podem ser identificadas nos pressupostos teórico-metodológicos das abordagens/concepções da pesquisa em CE, na EF, nos currículos, na formação inicial e continuada de professores de EF (Morschbacher, 2016) e, na atuação profissional em campos de trabalho que ora se expandem e ora se contraem de acordo com a irracionalidade do capital que tem na direita e extrema-direita seus servos voluntários, ou como designa Bresser Pereira, sua classe média servil.

E, como bem destaca Leacock, “A Humanidade não pode continuar por muito tempo na desordem na qual entrou. Será necessário a compreensão para nos salvarmos e, no atual estágio da história, no mínimo, a forma de compreensão chamada marxismo” (Leacock, p. 292 *apud* Engels, 2012).

Ou o CBCE cumpre sua função social – com outras entidades científicas e fóruns populares – de ser ponto de apoio na disputa pelo projeto histórico do socialismo científico rumo ao comunismo, ou não justifica a sua existência para a classe trabalhadora. Servirá, sim, como aparelho ideológico para veicular ideias, concepções, propostas que interessam à manutenção da hegemonia da classe dominante (Gramsci, 1978). Será um aparelho de ação política e ideológica a serviço do capital.

Destacamos, ainda, que esta luta não se dará fora: 1) da ação de governos democráticos e populares e por isso, a liberdade imediata do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é imprescindível; 2) da união de trabalhadores da cidade e do campo; 3) de lutas econômicas, ideológicas e políticas articuladas, pela insatisfação das massas que erguerão suas reivindicações concretas e 4) pelos organismos de luta da classe trabalhadora que mobilizarão, organizarão e atuarão nos enfrentamentos.

Diante do exposto concluo, valendo-me, pela sua atualidade, da última frase do comandante Ernesto Che Guevara *“Hasta la victoria siempre! Patria o muerte!”*, que consta na carta de despedida, lida para o povo cubano em 1965, pelo comandante Fidel Castro.

Referências

- ADUSP. Associação dos Docentes da USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978.* São Paulo: Adusp, 2004.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.* São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARNS, D. P. E. *Brasil: nunca mais – um relato para a história. Ditadura militar no Brasil de 1964-1985.* Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental.* São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDES-SN. *Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta.* Brasília: Andes-SN, mar. 2016a.
- ANDES-SN. *Contra todas as formas de assédio, em defesa de direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negros, e das/os LGBT.* Brasília: Andes-SN, jul. 2016b.
- ANFOPE. ENCONTRO NACIONAL: DOCUMENTO FINAL, 19. 2018. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/11/XIX-Encontro-2018.pdf>. Acesso em: 27/01/19.
- BELTRÃO, J. A.; TAFFAREL, C. N. Z. A ofensiva dos reformadores empresariais e a resistência de quem defende a educação pública. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 587-601, jul./dez. 2017.
- BIANCHETTI, L.; VALLE, I. R.; PEREIRA, G. R. de M. *O fim dos intelectuais acadêmicos?* Induções da Capes e desafios às associações científicas. Campinas: Autores Associados, 2015.
- BOITO, A. *Reforma e crise política no Brasil:* os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Unesp, 2018.
- BRECHT, B. Vida de Galileu. In: *Teatro Completo em 12 volumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Vol. 6.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Capitalismo financeiro rentista. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 92, jan./abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000100017. Acesso em: 27 jan. 2019.
- BRZEZINSKI, I. (org.). *Políticas de formação do magistério:* Anfope em movimento. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.
- CASIMIRO, F. H. C. *A nova direita:* aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CASTIONI, R. *O sistema de proteção ao trabalho no Brasil.* Campinas: Autores Associados, 2008.
- CARNEIRO, H. As raízes do neofascismo no século XXI. In: TROTSKY, L. *Como esmagar o fascismo.* São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- CHE GUEVARA, Ernesto. In: *Carta de despedida.* Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/guevara/1965/10/carta.htm>. Acesso em: 19 mar. 2019.

- CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. *Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2018.
- DAMIANI, C. *Ministério da Cidadania: o esporte submetido a assistência social?* Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/317246-1>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- DOURADO, L. F. *Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Moraes. [18--?].
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- FRIGOTTO, G. *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Uerj; LPP, 2017.
- GAMBOA, S. S. *Epistemologia e pesquisa em educação: estrutura lógica e tendência metodológica*. 1987. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.
- GAMBOA, M. C.; GAMBOA, S. S. *Produção do conhecimento na educação física: balanços, debates e perspectivas*. Maceió: Edufal, 2015.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HACK; C. *Formação de professores e professoras de Educação Física no Brasil e o embate de projetos no campo de conhecimento da saúde: contribuições da teoria pedagógica histórico-crítica*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HARVEY, D. *A loucura da razão econômica: Marx e o Capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HOBSBAWM, E. *Cómo cambiar el mundo*. Barcelona: Crítica, 2011.
- JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- KORYBKO, A. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos Golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LAMBERT, Pierre. *As forças produtivas deixaram de crescer*. 1989. Disponível em: <https://google.com.br/amp/s/otrabalho.org.br/as-forcas-produtivas-deixaram-de-crescer/amp>.
- LEACOCK, E. B. Posfácio “Introdução à edição Estadunidense”. In: ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LÊNINE, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Brasília: Nova Palavra, 2010.
- LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MALANCHEN, J. *Cultura, conhecimento e currículo*. Campinas: Autores Associados, 2016.

MARTINS, L. M. *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2015.

MARTINS, L. M. O que ensinar? O patrimônio cultural humano como conteúdo de ensino e a formação da concepção de mundo no aluno. In: PASQUALINI, J. C.; TEIXEIRA, L. A.; AGUDO, M. de M. *Pedagogia histórico-crítica: legado e perspectivas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 83-98.

MARX, K. *Contribuições à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MASCARENHAS, F.; ATHAYDE, P. F.; MATIAS, W. B. *Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma*. Brasília: Thesaurus, 2015.

MÉSZÀROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÀROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÀROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTORO, X. A. *Capitalismo y economía mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. Madrid: Instituto Marxista de Economía. Universidad de Arte y Ciencias Sociales e Universidad de Concepción, 2014.

MONTORO, X. A. Financeirização? Não, imperialismo, crescimento da exploração e crise crescente do Capital. *A Verdade*, n. 97, ago. 2018.

MORSCHBACHER, M. *Reformas curriculares e formação do (novo) trabalhador em educação física: a subsunção da formação à lógica privada/mercantil*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Pelotas: Esef/Ufpel, 2012.

MORSCHBACHER, M. *Formação de professores: proposições para o trabalho científico na Licenciatura em Educação Física*. 2016. Tese (Doutorado) – Salvador, Bahia: Faced; Ufba, 2016.

NEVES, L. M. W. *Direita para o social e esquerda para o capital*. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, F. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ORSO, P.; MALANCHEN, J.; CASTANHA, A. (org.). *Pedagogia histórico-crítica, educação e revolução: 100 anos da Revolução Russa*. Campinas: Navegando e Armazém do Ipê, 2017.

PASQUALINI, J.; TEIXEIRA, L.; AGUDO, M. (org.). *Pedagogia histórico-crítica: legado e perspectivas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

PETRAS, J. Os intelectuais em retirada. In: COGGIOLA, O. *Marxismo hoje*. São Paulo: Xamã, 1996.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (org.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012.

- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
- SIMÓES, R. A. *A ação criminosa das ONGs: a privatização da escola pública*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- SOUZA E SILVA, R. *Pesquisa em educação física: determinações históricas e implicações epistemológicas*. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- TAFFAREL, C. N. Z. Perspectivas pedagógicas em educação física. In: GUEDES, O. C. *Atividade física: uma abordagem multidimensional*. João Pessoa: Ideia, 1997.
- TAFFAREL, C. N. Z. Política científica e produção do conhecimento na Educação Física/Ciência do Esporte: a conjuntura, as contradições e as possibilidades de superação. In: CARVALHO, Y. M.; LINHARES, M. (org.). *Política científica e produção do conhecimento em educação física*. Goiânia: CBCE, 2007.
- TAFFAREL, C; ESCOBAR, M. *Cultura corporal e os dualismos necessários à ordem do capital*. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=277>. Acesso em: 19 mar. 2018.
- TOMMASI, L. de; WARDE, M. J.; HADDAD, S. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez; Ação Educativa; PUC, 1996.
- TROTSKY, L. Programa de Transição. In: MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V.; TROTSKY, L. *O programa da revolução*. Brasília: Nova Palavra, 2018.
- VALIM, R. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Contracorrente, 2017.

CBCE 40 Anos: sobre “senderos” conflitantes entre epistemologia e política

Valter Bracht

Introdução

Em texto sobre os 20 anos do CBCE (Bracht, 1998)¹ concentrei-me em mostrar a importância e a influência que vinha exercendo essa entidade na construção do campo da Educação Física brasileira. Sem abandonar esse tema, gostaria, na presente reflexão, dar atenção especial a movimentos internos do CBCE a partir de uma chave de leitura que enfoca a relação entre o epistemológico e o político.² Discutir, assim, como a tensão entre epistemologia e política afeta a visão do papel e a própria vida do CBCE considerando os desenvolvimentos da EF brasileira, bem como os respectivos contextos que são condicionantes desse debate. Uma das razões dessa escolha deve-se ao fato de que as gestões, nas quais exercei a presidência do CBCE (1991-1993 e 1993-1995), têm sido citadas como o momento de uma mudança de ênfase, qual seja, exatamente o deslocamento do político para o epistemológico (Paiva, 1994; Damasceno, 2013). Outra razão é a de que entendo ser essa uma relação bastante nevrágica e geradora de tensões internas relevantes não só na vida do CBCE, mas que também permeia as diferentes esferas sociais, por exemplo, a educação – ver nesse sentido, atualmente, o debate em torno do projeto Escola sem Partido – a religião e a própria ciência.

¹ Se já àquela época (20 anos atrás) nos parecia memorável que uma entidade científica como o CBCE pudesse comemorar 20 anos de existência, ao nos darmos conta de que estamos comemorando 40 anos é não apenas surpreendente, mas também motivo para regozijo e para o aprofundamento da reflexão sobre suas possibilidades atuais, momento para aprofundar o autoconhecimento.

² Estou ciente de que, de certa forma, estou burlando parcialmente a sugestão de ementa proposta no convite para concretizar este escrito. Espero, com isso, não prejudicar o projeto original deste livro.

Observo que estou ciente das dificuldades de tratar desse tema que, aliás, tem acompanhado todo o empreendimento moderno da ciência. Em que pesem a constância e a intensidade do debate, as divergências persistem, sem que as diferentes posições tenham alcançado alguma conciliação ou convergência. Nesse debate, o que se pode observar é que as posições assumidas têm estado fortemente relacionadas com as próprias posições defendidas pelos autores/atores no cenário (político) mais geral. Isso se deve, na verdade, ao fato de que nossas visões de mundo condicionam a leitura da realidade, o conhecimento, exercendo, portanto, uma função normativa, e isso faz emergir a difícil questão: Em que medida é possível orientar nossas leituras da realidade a partir de uma posição não normativa? Ou, então, em que medida é possível fundamentar, com pretensões de racionalidade,³ a normatividade à qual estamos vinculados?⁴

Considero importante ressaltar que ao optar por discutir esse tema aqui não me move o entendimento de que estou em condições de dar enfim uma resposta. Considerando os intelectuais que já o abordaram não tenho a mínima estatura para tal. A ousadia (que implica o respectivo ônus) está ancorada na avaliação da importância do tema e na quase ausência de sua abordagem explícita no campo; embora não seja possível camuflar as diferentes posições, elas aparecem nos debates na maioria das vezes de forma apenas implícita, raramente são objeto de autorreflexão.

Cenas da polêmica no interior do CBCE (1)

Assumimos a presidência do CBCE no ano de 1991,⁵ durante o 7º Conbrace realizado em Uberlândia/MG, sucedendo a professora Celi Nelza Zulke Taffarel. A realização do Conbrace na Universidade Federal de Uberlândia já é por si só um evento significativo para a temática que pretendo abordar aqui. Para desenvolver esse argumento é preciso lembrar que durante a realização do 6º Conbrace em Brasília/DF, em 1989, tivemos uma das eleições mais disputadas e tensas da história do CBCE. Após um período, três gestões, em que um grupo de professores de EF (Laércio Elias Pereira, Celi Taffarel, Lino Castellani Filho, entre outros) passaram

³ Diga-se, de passagem, numa “paisagem cognitiva” pós-metafísica.

⁴ Sobre esse tema sugiro o texto de Honneth (2009): Crítica reconstructiva de la sociedad con salvedad genealógica (p.53-63).

⁵ A Diretoria eleita para o biênio 1991-1993 estava assim composta: Presidente: Valter Bracht, Vice-presidente: João Paulo Subirá Medina, Diretor Administrativo: Amauri Aparecido Bassoli de Oliveira; Diretor de Finanças: Wenceslau Leães Filho; Diretor Científico: Aguinaldo Gonçalves; Diretor de Divulgação: Maurício Roberto da Silva.

a “dirigir” o CBCE, o grupo hegemônico nas três primeiras gestões,⁶ que representava um pensamento mais ligado às Ciências Naturais, fez uma tentativa de retomar sua direção. Foram muitos e acalorados os debates durante o Conbrace daquele ano. Durante as discussões um tema e uma crítica recorrente da chapa que representava esse grupo, encabeçada por Paulo Sérgio Chagas Gomes, era a de que o grupo que concordaria à reeleição, encabeçado por Celi Taffarel, não diferenciava, como deveria, a ciência da política, ou seja, confundia ou misturava ciência e ideologia; havia conduzido o CBCE a uma indevida politização. Essa foi uma primeira forma ou manifestação na história do CBCE de como se expressou a tensão entre epistemologia (no caso a ciência) e a política (no caso a ideologia). Uma posição advogava a necessária objetividade no sentido da neutralidade política da ciência, a outra, a inevitabilidade de uma dimensão política em toda a ciência. Em outros termos, um conflito entre uma ciência neutra e outra engajada politicamente.

Pois bem, o 7º Conbrace (1991) deveria acontecer, conforme deliberação da Assembleia Geral do CBCE reunida no 6º Conbrace em Brasília (1989), na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP), que havia apresentado sua candidatura para sediar o evento. Após o Congresso de Brasília iniciaram-se as tratativas para a organização do evento, e para tanto a Direção do CBCE (com minha participação, uma vez que fora eleito para a Diretoria Científica da gestão 1989/1991) foi recebida pela direção da Escola de Educação Física e Esporte da USP. Na ocasião a direção da Escola apresentou um projeto do evento e afirmou ser o que a Escola estaria disposta a realizar. A direção do CBCE argumentou que a dinâmica da construção do evento era outra e que era uma realização do CBCE com a parceria da USP e não um evento desta última. Instalou-se então um impasse que não pôde ser superado, uma vez que a Escola de Educação Física e Esporte da USP não abriu mão de sua posição. Assim, a direção do CBCE buscou uma nova instituição disposta a albergar o evento, quando a Universidade Federal de Uberlândia colocou-se à disposição. Sem dúvida, essas decisões estavam relacionadas e eram um prolongamento do debate aflorado no Conbrace de Brasília.

O campo e a entidade passam então, mais claramente, a ser palco de uma disputa em torno do monopólio da competência científica (Bourdieu, 1983), o que significava uma disputa pelo campo da Educação Física/Ciências do Esporte, ou seja, uma luta pelo reconhecimento da autoridade

⁶ De 1979 a 1981 o presidente foi Victor K. Matsudo (médico ortopedista); de 1981 a 1983 foi Claudio Gil Soares de Araújo (médico fisiologista), de 1983 a 1985 foi Osmar de Oliveira (médico).

e da competência científica nas pesquisas nesse campo, e, por meio destas imputar diferentes sentidos e significações às práticas da Educação Física (Paiva, 1994). Os participantes do “jogo” já tinham claro que “dirigir” o CBCE era também ter a possibilidade de influir nos rumos da Educação Física e das “Ciências do Esporte”.

A conjuntura política mais ampla da época, bem como o estágio de desenvolvimento do campo acadêmico da EF, podem nos ajudar a compreender os traços dos debates pertinentes à relação entre o epistemológico e o político.

É sabido que os anos 80 foram marcados por amplos movimentos da sociedade civil na direção da superação da ditadura militar instalada em 1964. Esses movimentos deram-se em vários setores da sociedade, inclusive no da educação. Nesse caso, os movimentos abrangiam tanto a organização (sindical) dos trabalhadores em educação, como também o debate mais especificamente pedagógico. Um dos principais motes que orientavam tanto a mobilização política quanto a pedagógica provinha da posição de Paulo Freire, o qual afirmava que era impossível negar o caráter político do processo educativo, bem como negar o caráter educativo do ato político (Freire, 1982). Daí para as frases “todo ato educativo é um ato político” ou ainda, “educação é política”, tornarem-se, dada a conjuntura, uma arma na luta política, foi um passo pequeno. Dado que muitos autores da EF fizeram sua formação pós-graduada no campo da educação, foram influenciados por esse discurso e o traduziram para o seu campo original de formação.

Uma outra tradução comum desse debate ou conflito foi a de que ele reunia dois polos antagônicos: de um lado, uma posição política conservadora e, de outro, uma progressista, em última instância, a reprodução do embate entre direita e esquerda. Outra versão é a de que o campo podia ser dividido entre os críticos e os não críticos.⁷

Parto da hipótese de que como instrumento de luta política a afirmação “educação é política” e seus correlatos (esporte é política, ciência é política, etc.) desempenharam importante papel naquele momento histórico (papel de denúncia e de mote para a mobilização política, basicamente) mas, simultaneamente, careceram de um maior aprofundamento teórico-conceitual que poderia fazer com que se trabalhasse com uma visão dessas relações bem mais diferenciada.

⁷ Sobre essas e outras polarizações ver o texto de Della Fonte (2001).

Há uma certa simplificação nessas posições polarizadas, além de uma força normativa do debate político que dificulta um maior distanciamento crítico, ou seja, uma sobreposição das posições políticas em relação ao epistemológico que leva a uma sua submissão, anulando a autonomia relativa do epistemológico, tornando-se este mera derivação ou função daquela.

Após o período de mais forte embate político é pertinente apresentar questões como: Posições políticas e posições epistemológicas têm os mesmos fundamentos? É possível reunir os fundamentos das posições políticas e epistemológicas em última instância em um último e único?

Observe-se que é bastante compreensível que afirmações do tipo “Educação é política”, “Ciência é política” ou que ao “fazermos educação, ao fazermos ciência estamos fazendo política”, sejam utilizadas e brandidas como forma de luta quando o contexto político é de uma ditadura (regime autocrático), porque uma das características desses regimes é exatamente o de “suprimir a política”, ou substituir a política por decisões e processos técnico-burocráticos, as chamadas tecnocracias (na verdade, travestir as decisões de cunho político de decisões pretensamente técnicas – discurso muito atual de alguns políticos que se dizem gestores). Assim, nos anos 80 essas afirmações eram instrumentos de denúncia da supressão da política. Nesse contexto de uma sociedade extremamente polarizada, esferas sociais que precisariam ser de alguma forma “protegidas”⁸ de ações políticas instrumentalizadoras para a consecução de um determinado, e apenas um, projeto político, foram palco ou foco de uma tal politização.

A luta era então para a “instalação” da política. A pergunta que resta, porém, é: Se uma vez instaurado o processo de superação do regime autocrático (a tecnocracia civil-militar de 1964), essas afirmações deveriam ser mantidas tal e qual como instrumentos de luta política? Ou, colocando de outra forma: Se, em regimes democráticos para os quais a pluralidade e a legitimidade das diferentes propostas de democracia lhe são constitutivas, devemos operar com uma noção de política tão totalizadora (tudo é política)?

⁸ Cabe lembrar aqui Arendt, para quem o advento do Estado secularizado tem estreita ligação com a liberdade acadêmica e religiosa, desde que lhes seja garantida pública e juridicamente a liberdade da política pelo corpo político. E ainda: “uma vez entender-se por política tudo aquilo necessário para o convívio dos homens, a fim de lhes possibilitar, enquanto indivíduos ou em comunidade, uma liberdade situada além da política e da necessidade justifica-se de fato que se meça o grau de liberdade de cada corpo político pela liberdade acadêmica e religiosa por ele tolerada, ou seja, pela extensão, por assim dizer, do espaço de liberdade não política que contém e a mantém” (Arendt, 2011, p. 68).

Nesse ponto, então, é chegado o momento de discutir conceitualmente a política para pensar de forma mais diferenciada a relação entre ela e a ciência. Faço-o nesse “apartado” que chamo de excuso sobre os conceitos de *la política* e de *lo político* (Gambarotta, 2014).⁹

Excuso sobre os conceitos de *la política* e de *lo político*

O próprio Platão ainda podia acreditar que um dia a academia fosse conquistar e dominar a polis. Para seus sucessores, para os filósofos que vieram a seguir, só continuou determinante o fato de a academia garantir institucionalmente um espaço de liberdade para a minoria, e essa liberdade ser entendida desde o início em completa contradição com a liberdade política da praça do mercado; ao mundo das opiniões mentirosas e do falar enganador devia ser oposto um mundo contrário da verdade e do falar adequado à verdade; à arte da retórica, à ciência da dialética. O que se impôs e até hoje determina nossa concepção de liberdade acadêmica não é a esperança de Platão de a partir da academia determinar a polis, a partir da filosofia determinar a política, mas sim o afastamento da polis, a apolitia, a indiferença contra a política (Arendt, 2011, p. 64-65).

Ao discutir as relações entre educação e política dialogando com a obra de H. Arendt, Carvalho (2017) lembra que a distinção entre diferentes domínios é um esforço analítico para elucidar especificidades de diversos âmbitos da experiência humana. O esforço de distinção não visa a isolar cada um dos âmbitos em esferas incomunicáveis, mas apenas evitar sua fusão e a decorrente “confusão” teórica e prática num todo indiscernível. Tendo essa observação ou advertência como pano de fundo, passo a dialogar com Gambarotta (2014) que, ao desenvolver seu estudo sobre as possibilidades de uma fundamentação não normativa de uma teoria social crítica, opera com uma distinção entre os conceitos de *la política* e de *lo político* que me pareceu frutífera para nosso tema.

Iniciemos com uma longa citação:

[...] não podemos perceber plenamente nossa problemática se não sobre o pano de fundo das lógicas mais gerais através das quais se configura o social. Mais especificamente, daquilo que chamaremos *lo político*, vale dizer, a forma como a sociedade se dá uma ordem e se desordena a si

⁹ Como o autor escreve originalmente em espanhol decidi manter as expressões “la política” e “lo político” nessa língua porque em português a expressão “o político” sugere imediatamente a figura do sujeito político, o que, como veremos na sequência, não é o caso.

mesma, que não deve ser confundida com *la política*, entendida nos termos com que Bourdieu concebe como o “campo político”. Isto é, como um particular *microcosmos* social que possui uma “autonomia relativa” frente ao cosmos social, e do qual participam os “políticos profissionais” (para dizer-lo com Weber). Assim, *la política* refere-se à lógica deste “microcosmos”, de central relevância na articulação da sociedade, enquanto que *lo político* refere-se ao cosmos social em seu conjunto, à lógica e aos mecanismos que surgem do entrelaçamento das estruturas sociais objetivas com os modos com que os distintos agentes dotam de sentido tais estruturas, a como estas duas instâncias se institucionalizam nas coisas e nos corpos, conformando uma ordem particular, porém, também, a como se des-institucionalizam, produzindo uma desordem social.

É nessa articulação do *lo político* que se enraízam os mecanismos que a prática da crítica busca tornar aparente, em favor da transformação do atual ordenamento social; o que faz dela um momento – como vemos, não é o único, nem necessariamente o mais importante – da luta no *lo político*. Por isso, uma das problemáticas centrais desse livro, que atravessa de múltiplas maneiras seus interrogantes, é a relação entre a ciência e *lo político* (que inclui a relação da teoria e seu conhecimento, com a prática e seus saberes), o modo como que se estendem pontes entre esses termos (ou se os corta) (Gambarotta, 2014, p. 21-22).

A questão é que a relação que se postula entre a ciência e *lo político* depende em grande medida dos princípios que advogamos para a ciência (a concepção de ciência); uma dessas concepções é de que a ciência não deve manifestar-se em relação à *la política* como também não deve ser influenciada pelo *lo político*, isso porque, como na perspectiva platônica descrita por Arendt (na epígrafe) a academia pretende se manter indiferente à política e isso porque pressupõe chegar à verdade dos fatos independentemente dos interesses políticos ou para além dos processos políticos (seja de *la política* ou de *lo político*). É claro que suas conclusões, o conhecimento por ela produzido, podem ser utilizados e influenciar as decisões políticas, mas não compete a ela dizer o que os políticos devem fazer com essas sentenças verdadeiras acerca da realidade – verdade aqui significa que as teorias expressam o movimento do real, ou seja, uma correspondência entre as sentenças proferidas pela ciência e a realidade. Por outro lado, há também no sentido inverso uma certeza pressuposta numa visão de ciência que postula não uma indiferença em relação à *la política* e ao *lo político*, mas sim uma consequente intenção de agir politicamente por meio da ciência (uma ciência politicamente engajada). Pressupondo que toda ciência é política, ou seja, está envolta em *lo político* (com o que concordamos), opera com o pressuposto de que chega a uma verdade que ao contrário dos interesses

dominantes (camuflados na forma de ideologia) está ancorada na realidade, expressa a realidade sem o véu ideológico (a verdade histórica) e portanto, pode orientar a luta política (ela sempre toma partido, assim, uma ciência crítica deveria tomar partido a favor da maioria oprimida e explorada da sociedade/população).¹⁰ Aqui entramos fundo no tema da normatividade do conhecimento que se pretende participante de *lo político*, ou seja, do conhecimento que se pretende participante do processo de ordenação e de desordenação da sociedade (do macrocosmos). Ou seja, a pergunta é pelos pressupostos acerca do que “deve ser” o social que operam na própria produção do conhecimento.

É importante ressaltar como essas perspectivas se relacionam com a dimensão de *la política*, no caso das sociedades organizadas politicamente na forma das modernas democracias (democracias ditas liberais).

Para Gambarotta (2014, p. 22), as perspectivas de ciência que se assentam em fundamentos normativos (numa certeza ou fundamento último)

[...] buscam fixar uma instância incondicionada, referência de uma certeza última, que permite ao conhecimento assim fundado estabelecer o “dever ser” do social, a partir do qual se determina a orientação no “*lo político*” do conjunto das práticas sociais (incluindo a prática de produção do conhecimento científico) ou, melhor dito, a orientação que teriam que ter para emancipar a sociedade, que é, em última instância, o caminho pelo qual o “dever ser” se realiza no “ser” social. Isso supõe que o conhecimento fundado sobre a certeza normativa permite identificar o único fim válido a ser perseguido pelas práticas sociais (o “dever ser”), assim como o caminho pelo qual esse pode ser alcançado; cujo reverso é que toda outra concepção (teórica ou prática) do social constitui um momento de “falsidade” ou “erro” a ser desarticulado (quando não diretamente eliminado), já que não pode mais que conduzir a uma reprodução das relações de dominação e violência.

Na interpretação do autor, isso dá lugar a uma relação unívoca entre a ciência e *lo político*, pois é a prática científica a que estabelece, a partir da verdade que produz seu particular modo de conhecimento, essa orientação do *lo político*. Isso a partir da base de um ponto incondicionado que escapa, por um lado, aos condicionamentos histórico-sociais e, por outro, à própria crítica, detendo seu movimento para fixar um absoluto (Gambarotta, 2016).

¹⁰ As duas posições que esbocei anteriormente são estereotipadas, ou seja, existem muitas modulações dessas duas posições básicas que não seria possível abordar aqui. Uma delas, mais próxima da segunda perspectiva, é exatamente a que será discutida na sequência.

O inverso é o relativismo *post*, que, mais uma vez na interpretação do autor, acaba por desembocar também num absoluto, numa certeza que é a da total impossibilidade de fundamentação; uma certeza negativa. Isso, em última instância desarma a crítica, nega a possibilidade da crítica, posto que lhe retira qualquer possibilidade de fundamentação; podemos situar aí a perspectiva, no caso do debate educacional brasileiro, chamada de pós-crítica, pós-estrutural ou pós-fundacionalista.¹¹

A produção da ciência, numa perspectiva crítica, pretende impactar no *lo político* de forma disruptiva, a partir da tomada de partido a favor de valores (humanismo ativo no caso de Gambarotta)¹² mas, considerando esses valores uma base normativa de caráter questionável, portanto não definitivo ou fechado, isso porque permeado pela noção de pluralismo que impede exatamente o fechamento num fundamento de caráter último, que por sua vez rechaça a ideia de certeza e assume a incerteza como elemento próprio dessa perspectiva. Pensando “habermasianamente”, faz toda diferença se advogo uma produção de conhecimento que está ciente de suas opacidades e que postula a necessidade de manter o pluralismo no plano da política, ou então, se advogo uma produção do conhecimento que postula a possibilidade de uma leitura correta do mundo a partir da qual seria possível orientar a luta política em direção a sua realização na história (uma dialética com síntese).

O CBCE como instituição (científica) pode atuar tanto no plano de *lo político*, mais especificamente pela produção de um conhecimento crítico, ou seja, que pode produzir um efeito social disruptivo, como no plano de *la política*, por exemplo, colocando-se como interlocutor do Estado para interferir nas políticas públicas do setor.

Quando tratamos da primeira dimensão, o importante seria a manutenção de uma liberdade e um pluralismo interno que propiciasse o acolhimento das mais variadas posições. Claro está que, em determinados momentos, a polarização a que nos referimos no início atuou como inibidor da participação de pesquisadores que não se identificavam com uma posição política de esquerda – ou porque não concordavam ideologicamente ou porque simplesmente sua prática científica tratava de questões do mundo “natural”, portanto não imediatamente relacionada com o mundo social.

¹¹ Ver, por exemplo, o texto de Lopes (2015): Por um currículo sem fundamentos.

¹² Gambarotta (2014) faz um enorme esforço teórico para buscar um fundamento não normativo para as teorias sociais. Entendo que as teorias críticas dificilmente podem abdicar de um fundamento normativo. A questão é o tipo de normatividade, no caso, entendo mais apropriado buscar um fundamento normativo não metafísico como é o intento de Honneth (2009), que o faz a partir da ideia de uma crítica reconstrutiva imanente.

Embora, no plano do imaginário, como resultado daquela polarização aludida no início desse texto, ela tenha sido entendida como uma entidade de esquerda, que politizou a ciência e que segregava posições que eram avaliadas como não críticas, a entidade sempre propalou e praticou um pluralismo, ou seja, foi espaço aberto à participação de diferentes correntes e entendimentos de ciência.

No plano da segunda dimensão (de *la política*), a entidade sempre teve de lidar com a dificuldade que a forma de organização de uma entidade ligada à ciência tem para agir no plano de *la política*, o que exigiria, provavelmente, formas de organização bastante distintas. A maior dificuldade é a de produzir posições (políticas) que sejam da entidade representativa do conjunto dos seus sócios e não apenas de um grupo ou segmento – não necessariamente de todos, mas uma posição que tenha sido produzida de tal forma que possa ser qualificada como representativa da entidade; em outras palavras, que seja fruto de um intenso debate interno, qualificado pela participação ativa de seus sócios. Isso, se não me equivoco, tem sido historicamente muito difícil de realizar. Por essa razão, as posições políticas da entidade têm sido avaliadas muito mais pelas posições de suas respectivas diretorias.¹³ Isso também colaborou para o entendimento de que o CBCE é uma entidade política de esquerda. Esse é um ponto crucial: se realmente os representantes da entidade assumem posições políticas acerca dos diferentes episódios do plano da política nacional (por exemplo: a decisão de apoiar ou não a candidatura do Brasil para sediar os Jogos Olímpicos de 2016), estará atuando no plano de *la política* e precisaria estar qualificada por um debate interno prévio; outra posição seria incentivar seus pesquisadores a produzir conhecimento sobre essa questão e organizar fóruns de caráter acadêmico para esse debate – esse procedimento estaria então não impactando diretamente no plano de *la política*, mas teria seguramente repercussão no plano de *lo político*. Em outras palavras, ambas seriam ações políticas, mas uma no plano de *la política* e outra no plano de *lo político*. Cabe, porém, a pergunta: Se ambas são ações políticas por que a distinção é importante? Porque as práticas assumem características e possuem processos e códigos distintos – numa eu discuto as diferentes posições, reconheço a legitimidade dos diferentes argumentos e não tenho como chegar a uma posição que possa ser a verdade, portanto, não supero a incerteza em favor de uma certeza, embora existam posições mais bem fundamentadas, o que, por sua

¹³ Como sabemos, é tema controverso e de intenso debate no plano da ciência política, até onde vai a autonomia, delegada pelo voto, do representante em relação ao representado. Uma forma de atenuar possíveis dissonâncias entre eleitos e eleitores é a construção de mecanismos de consulta de larga escala, como plebiscitos.

vez, é julgado sempre de forma situada; noutra a ação se dá a partir de uma posição já deliberada e assumida como a melhor e orientada por uma visão do que “deve ser” ou “do que queremos que seja” (Gambarotta, 2014).

É preciso reconhecer as diferenças entre decisões em fóruns da política e da ciência. Num fórum acadêmico não cabe votar, no extremo, numa norma que decide sobre a validade ou não de um determinado aporte teórico. Num fórum especificamente político, por outro lado, é pertinente e se espera que decisões sobre qual o modelo de sistema esportivo a ser adotado e se o país deve ou não sediar um mundial de futebol, sejam tomadas (definidas). Se uma teoria crítica (se o conhecimento) envolve reconhecer o caráter de incerteza do conhecimento, de sua opacidade intrínseca (Gambarotta, 2014), ela não deve se apresentar na cena de *la política* postulando ser suas posições “superiores” uma vez que fundadas científicamente, ou seja, apelando para a crença social de que possui um ponto de vista privilegiado.¹⁴

Cenas da polêmica no interior do CBCE (2)

Durante nossa gestão de 1991 a 1993 a diretoria se colocou a tarefa de forjar uma proposta de uma Política Nacional de Ciência & Tecnologia para a área da Educação Física/Ciências do Esporte (essa foi uma tarefa na qual se empenhou sobremaneira e com entusiasmo o professor doutor Aguinaldo Gonçalves, na ocasião o Diretor Científico). O processo foi desencadeado procurando envolver as Secretarias Estaduais, almejando com isso uma ampla e intensa participação dos sócios da entidade. Um roteiro para as discussões foi sugerido. Após um período de tempo as sugestões produzidas nas Secretarias Estaduais foram colhidas e sistematizadas para servir de base para um debate a ser realizado durante o Conbrace de Belém (PA) de 1993, cujo tema foi, significativamente, “Educação Física/Ciências do Esporte: que ciência é essa?” Para viabilizar a discussão de uma proposta de Política de Ciência & Tecnologia foi organizado um fórum específico no interior do Conbrace daquele ano, uma espécie de Grupo de Trabalho (paralelo aos grupos de Temas Livres) que deveria aprofundar os debates

¹⁴ Isso poderia levar à conclusão, contrariando minha argumentação anterior, de que a epistemologia assim relativizada já não apresenta qualquer utilidade. Entendo que o conhecimento produzido a partir dos princípios epistemológicos (com suas pretensões de racionalidade) continuam socialmente relevantes na medida em que as sentenças aí proferidas são submetidas às críticas de uma ampla comunidade que faz um esforço, sempre incompleto, de identificar e fazer valer os melhores argumentos, o que o qualifica para ser considerado. Esse discurso, no entanto, não é superior e nem se opõe a outras discursividades ou formas de conhecimento como a arte, por exemplo. Nessas condições pode ser um aliado importante nas tomadas de decisão políticas, mas não as pode substituir.

e elaborar uma minuta de proposta. Apesar dos esforços não foi possível sequer elaborar diretrizes gerais para uma tal proposta e isso devido a, entre outros, dois fatores: a) uma dificuldade crônica de envolver os sócios em debates desse tipo, mesmo porque não havia tradição desse tipo de debate no interior do CBCE, de maneira que as sugestões recebidas apresentavam várias fragilidades; b) pontos de vista divergentes e mesmo antagônicos no tocante ao conteúdo de uma proposta como essa. Esse último aspecto colocava a questão de como decidir a respeito? Seria adequado decidir por votação, preponderando a posição da maioria presente no evento e que participou dos debates?

Mais recentemente, em várias ocasiões o CBCE esteve confrontado e envolto em questões do mundo de *la política* que acabam por tornar evidente as dificuldades que uma entidade acadêmico-científica tem de enfrentar nesse âmbito.

Um desses temas diz respeito às diretrizes para a formação profissional em Educação Física. Trata-se do debate em torno da formação unificada x diferenciada que é polêmica no interior do CBCE e que não levou a uma posição da entidade no debate. É pertinente decidir uma questão como essa a partir de uma votação? É apropriado para uma entidade científica decidir dessa forma sobre um tema como esse? (lembro que os GTTs têm também a função de subsidiar, ou seja, oferecer um conhecimento que pode servir de base para decisões no plano de *la política*). Não nos podem enganar o fato de que em algumas questões pode se obter uma (quase) unanimidade e com isso não existir resistência interna para que a direção do CBCE encaminhe uma decisão, pois isso apenas camufla uma dificuldade ou uma característica que dificulta ou então deslegitima essas posições.

O CBCE já faz muito, e isso se coloca no plano de *lo político*, se disponibiliza ou mobiliza seus mecanismos de divulgação do conhecimento e promove/estimula a manifestação de seus sócios e grupos de sócios (inclusive GTTs) de forma plural, manifestações que podem então contribuir para a construção de uma opinião pública mais qualificada – isso é, mais coerente com o caráter dessa instituição do que defender uma e única posição a respeito de temas polêmicos que não podem ser decididos de uma vez por todas porque estão condicionados por um conjunto de valores assumidos pelos diferentes sujeitos participantes do processo. A tarefa de participar e constituir no âmbito da sociedade civil um “espaço público” é de extrema relevância. Como lembra Habermas (2004), mesmo o tecido difuso de um espaço público ancorado na sociedade civil é o “lugar em que socieda-

des altamente complexas ainda podem desenvolver uma consciência de si mesmas e tratar os problemas que as obrigam a agir politicamente sobre si mesmas” (p. 323).

Seguimos...

Bauman (2000) uma vez disse que autonomia não rima com certeza. Ou seja, a heteronomia, esta sim, está sustentada por uma referência incondicionada que nos orienta a partir de uma verdade ou certeza de última instância. Se pensarmos numa relação entre a ciência e a política (entre o epistemológico e o político) num contexto de sociedades que optam por regimes democráticos é preciso reconhecer que tanto um (a ciência) como o outro (a democracia) não possuem fundamentos últimos (certezas); são empreendimentos em constante construção, incluídas aí suas próprias normas. As possibilidades de a ciência contribuir para disruptões no âmbito de *lo político* e ao mesmo tempo colaborar para o aprofundamento da democracia implica assumir essa condição (essa incerteza; essa incompletude; esse estar sempre em processo; reconhecimento da pluralidade), mas ao mesmo tempo, para que a ciência não se torne apolítica, não negar que, como empreendimento humano, deve contribuir para esse aprofundamento da democracia, ou seja, para logarmos mais justiça social, esta, por sua vez, também objeto de disputa simbólica (e democrática).

Seguimos...

Referências

- ARENDT, H. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BAUMAN, Z. *Em busca da política.* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). *Bourdieu.* São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BRACHT, V. Um pouco de história para fazer história: 20 Anos de CBCE. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte.* Número Especial 20 Anos CBCE, p. 12-19, set. 1998.
- CARVALHO, J. S. F. de. *Educação, uma herança sem testamento:* diálogos com o pensamento de Hanna Arendt. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- DAMASCENO, L. G. *A educação física no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.* São Paulo: Autores Associados, 2013.
- DELLA FONTE, S. S. O passado em agonia: da criação de reducionismos ou sobre como matar a historicidade. In: CAPARROZ, F. E. (org.). *Educação física escolar: política, investigação e intervenção.* Vitória: Proteoria, v. 1, 2001. p. 169-191.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler.* São Paulo: Cortez, 1982.

GAMBAROTTA, E. *Hacía una teoría crítica reflexiva*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

GAMBAROTTA, E. *Bourdieu y lo político*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016.

HABERMAS, J. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HONNETH, A. *Patologías de la razón: historia y actualidad de la teoría crítica*. Buenos Aires: Katz Editores, 2009.

LOPES, A. C. Por um currículo sem fundamentos. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 21, n. 45, p. 445-466, maio/ago. 2015.

PAIVA, F. S. L. *Ciência e poder simbólico no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Vitória: Edufes, 1994.

40 anos de CBCE: de expressão do “Movimento de Renovação Conservadora” à síntese do “Movimento Renovador (Progressista)” da Educação Física/Ciências do Esporte¹

Lino Castellani Filho

O tempo, ah, o tempo...

Há 12 anos escrevíamos sobre o CBCE a partir de nossa experiência na presidência da sociedade científica, em comemoração aos seus 30 anos de existência, configurada no ano seguinte, 2008.²

Não há hipótese de voltar a escrever sobre nossa relação com o CBCE a não ser tendo o texto de 2007 não só como referência, mas sim como “ponto de partida” para o de agora.

Partimos da seguinte tese: O CBCE, em seu nascedouro, não refletia aquilo que, anos depois, fora batizado de “Movimento Renovador (Progressista) da Educação Física brasileira”,³ e sim parte constitutiva do que podemos chamar de “Movimento de Renovação Conservadora” encetado no âmago do governo civil-militar, na década de 70, início da de 80, na busca

¹ Escrevo este ensaio a partir da relação estabelecida entre mim e a sociedade científica “Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte”, CBCE, nela incluída o exercício de sua presidência no período de 1999 a 2002, e, ao mesmo tempo, da minha condição de protagonista – ao lado de muitos outros – do denominado “Movimento Renovador (progressista) da Educação Física”, que se fez presente no campo profissional/acadêmico da área denominada “Educação Física” por ocasião do processo de redemocratização da sociedade brasileira, demarcado pela década de 80.

Aos que se envolveram nesse Movimento, direta ou indiretamente, dedico essas reflexões. Neles estão incluídos aqueles que compuseram as instâncias do CBCE no período em que estive na sua presidência. Reforço aqui o sentimento de orgulho de tê-los como companheiros de jornada!

² Refiro-me ao Ensaio “CBCE: Partilhando de sua história”, capítulo do livro “Política Científica e produção de conhecimento em Educação Física”, organizado por Yara Maria Carvalho e Meily Asssbú Linhares (2007).

³ O termo “progressista” encontra-se entre parênteses por ser um adendo que faço à expressão “Movimento Renovador da Educação Física”, por motivos que este ensaio busca explicitar. Doravante me referiré à Educação Física pela sua abreviatura (EF).

de respaldar cientificamente – ainda que acriticamente, sem se aperceber – a vinculação das atividades físicas e esportivas aos interesses da “Doutrina da Segurança Nacional”, que as viam associadas ao aprimoramento da aptidão física da população brasileira, em consonância com ordenamentos legais estabelecidos à época, exemplificado pelo inciso 1º do artigo 5º da Lei nº 6.251/75.⁴ O entendimento de ser o Movimento Renovador da EF brasileira – assim batizado e se manifestado a partir da década de 80, por dentro do processo de redemocratização da sociedade brasileira – expressão de continuidade do processo de científicização da EF dos anos 70, foi ouvido por nós nas palavras do professor – e amigo – Valter Bracht por ocasião de nossa participação no “*17º Encuentro Nacional, 12º Internacional de investigadores en Educación Física y 3º Encuentro de Extensión*”.⁵ Anteriormente, Bracht (2007, p. 77) havia deixado transparecer tal entendimento em texto publicado no mesmo espaço mencionado na nota de rodapé nº 2.

Assim, escreve:

[...] entendemos ser possível dizer que a inscrição paulatina da EF no campo acadêmico-científico nas décadas de 1970 e 1980, configurando uma verdadeira onda científica, vai fazer que a produção do conhecimento científico na área se amplie enormemente e a leva a orientar-se pelas disciplinas científicas já instaladas – particularmente a fisiologia, a biomecânica, a cineantropometria/antropologia física e, mais tardia e timidamente, a psicologia, a sociologia, a história e a antropologia...

O CBCE

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte é fundado em setembro de 1978. O American College of Sports Medicine lhe serviu de referência. Sua origem – dissidência com a Federação Brasileira de Medicina Esportiva – é conhecida.

Cinco médicos constituem sua primeira diretoria: Victor K. R. Matsudo (Presidente); Claudio Gil Soares de Araújo (Presidente eleito); Plínio Montemor; Marco Antonio Vívolo e Osmar P. S. de Oliveira. Dois (2) professores de EF a complementam: Laércio Elias Pereira e Paulo Sérgio

⁴ A Lei nº 6.251, de outubro de 1975, instituía normas gerais para o desporto, além de outras provisórias. Seu Art. 5º abria o capítulo “Da Política Nacional de EF e do Desporto”, sinalizando, em 5 incisos, os objetivos básicos a serem alcançados por ela. O “Aprimoramento da aptidão física da população” era o primeiro deles.

⁵ Organizado pela *Universidad de la República del Uruguay* e pelo *Instituto Superior de Educación Física* daquele país, ocorreu na cidade de Montevideo, no período de 17 a 19 de outubro de 2018.

Gomes. Desses dois, só o primeiro não possuía o referencial empírico-analítico das ciências biomédicas como base teórica de sua relação com o objeto de estudo das Ciências do Esporte.

Não temos dúvidas de que o CBCE soube surfar na onda mencionada por Bracht. Paiva (1994, p. 193), em dissertação de Mestrado publicada em livro – o primeiro a ter o CBCE como objeto de estudo⁶ – faz menção à relação do CBCE com o chamado “processo de cientificização” da EF. Apoiando-se em Bourdieu, identifica a própria fundação da sociedade científica, em 1978, como fruto “do processo de aparelhamento dos primeiros laboratórios de fisiologia do exercício das escolas de EF”. “Aparelhamento” não com conotação política, que não paire dúvida.

Ao anunciar as ideias centrais das primeiras gestões do CBCE,⁷ Paiva (1994, p. 111) traz à luz elementos ratificadores do entendimento do “novo” como expressão da “aparência” e não da “essência” do real. Vejamos:

- 1) É possível se fazer ciência num país de terceiro mundo com rigor e qualidade sem a sofisticação dos laboratórios de pesquisa e dos equipamentos de última geração; 2) É possível e necessário que os profissionais de EF se transformem em cientistas do esporte, ou pelo menos, desenvolvam uma atitude científica nela baseados.

O discurso aparentemente inovador emanado nas primeiras gestões do CBCE sinalizava a ausência do entendimento de que o “substantivamente novo” estava muito além da simples cientificização da EF/Ciências do Esporte em parâmetros científicos de índole pragmática e tecnicista coerentes com os interesses inerentes à “Doutrina da Segurança Nacional” emanada da “Escola Superior de Guerra”, compreensão essa que passa a ter guarida na sociedade científica quando do processo de redemocratização de nosso país, já ao final da primeira metade dos anos 80.

Como se nota nesse discurso, nada há nele que questione ou coloque em xeque as intenções governamentais daquele período histórico, justificadoras da ênfase nas pesquisas oriundas do campo biomédico e sim, exclusivamente, alusões à falácia de um discurso governamental ratificador de prática científica calcada na sofisticação dos equipamentos laboratoriais voltados às pesquisas no campo das Ciências do Esporte como mecanismo de sua elitização.

⁶ Estou me referindo ao livro “Ciência e Poder Simbólico no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte”, publicado pelo Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo no ano de 1994.

⁷ Refere-se à de Vitor K. R. Matsudo (1979/1981), Claudio Gil Soares de Araújo (1981/1982) e Osmar P. S. de Oliveira (1982/1985).

A pergunta “Ciências do Esporte para que e para quem?” não se fazia presente, mas havia condições objetivas de ser feita, à época? Se olharmos para o cenário sociopolítico nacional, diríamos que sim, ainda que às escondidas. Tanto que foram feitas em outros setores da vida social. Se voltássemos, no entanto, a atenção para o campo da EF, tenderíamos a dizer que não, dada sua configuração histórica.⁸

Damasceno (2013, p. 16-17),⁹ observa que o “CBCE, em sua gênese, trouxe consigo concepções formadas na década de 1970 pelos governos ditatoriais acerca da função social da EF e do esporte”. E complementa a frase: “Porém, o fato de o CBCE haver sofrido influência do entendimento governamental sobre a política esportiva, de formação profissional e científica, não quer dizer que tenha havido em sua origem, concordância ideológica expressa e consciente com a autocracia burguesa...”.

Palafox (1990, p. 17)¹⁰ corrobora com nossa linha de raciocínio. Na busca de dados que o levasse a encontrar documentação vinculada diretamente às políticas e estratégias para sistematizar a produção de conhecimento científico na área de EF e esporte brasileiros no período 1970/1985, menciona o “Diagnóstico de EF e Desportos”,¹¹ elaborado pelo “Centro Nacional de Recursos Humanos” (CNRH-Ipea) do “Ministério do Planejamento e Coordenação Geral”, e pelo “Departamento de EF e Desportos” do “Ministério de Educação e Cultura”, publicado em 1971.

A certa altura reproduz palavras do então secretário executivo do CNRH, Arlindo Lopes Corrêa. Segundo ele, a decisão de realizar o diagnóstico em pauta – por meio de convênio assinado em 1969 – teria sido “consequência natural das preocupações do Governo Revolucionário com a Política Nacional de Recursos Humanos, dirigida no sentido de aperfeiçoar o Homem brasileiro em todos os seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida...”¹²

⁸ Trato dela já em 1988, no livro “EF no Brasil: A História que não se conta”.

⁹ O hoje professor doutor Luciano Galvão Damasceno defendeu em 2011, sob minha orientação, sua dissertação de Mestrado “30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: EF e a construção de uma hegemonia”, no Programa de Pós-Graduação em EF da Unicamp. Tal dissertação foi, em 2013, publicada em formato livro pela Editora Papirus, com o título “EF na Formação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte”.

¹⁰ “EF no Brasil: Aspectos Filosófico-Pedagógicos subjacentes à Política Nacional em Ciência e Tecnologia para esta área no período 1970-1985” foi defendida publicamente no Programa de Pós-Graduação em Educação, Supervisão e Currículo da PUC/SP, em 1990, sob a orientação da professora Ana Maria Saul.

¹¹ Organizado pelo professor Lamartine Pereira da Costa, o referido diagnóstico foi publicado pelo Ministério da Educação e Cultura e Fundação Nacional de Material Escolar no Rio de Janeiro, no ano de 1971. Recentemente tomamos conhecimento de que o professor, em seu processo de Doutoramento, teve como orientador o ex-ministro da Educação do governo Jair Messias Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez. Sua tese intitulou-se “Valores e Moral Social no Brasil”.

¹² Diagnóstico Da EF e dos Desportos, *apud* Palafox, obra citada, p. 17.

Entre as conclusões do diagnóstico, uma diz diretamente respeito ao que aqui tratamos, qual seja, a de que “As Escolas Superiores de EF ainda não [tinham se adequado] efetivamente às imposições da Medicina Esportiva, não [realizavam] pesquisa, [não possuíam] formas rotineiras de intercâmbio...”¹³

Conforme Palafox (1990, p. 18), o balizamento da pesquisa na EF pelos parâmetros da Medicina Esportiva “teve um caráter relevante para o futuro desenvolvimento da ciência e configuração da área de pesquisa em EF e esporte, pois ela foi colocada como principal motivo para que fosse sentida – conforme palavras constantes do Informativo da Comissão de Pesquisas em EF e Desportos – COPED ‘a preocupação do MEC com o desenvolvimento de pesquisa em EF em 1971...’”¹⁴

Ainda segundo Palafox (1990, p. 18), foi também a partir dessa constatação que

...os Planos Nacionais de EF e Desporto (PNED), desenvolvidos nos dois governos seguintes, destinaram – conforme consta no Informativo da Coped – “esforços especiais no sentido de implementar programas de pesquisa nas principais escolas de EF existentes, chegando a implantar grandes laboratórios como os da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o da Universidade de São Paulo e o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”.

O primeiro Programa de Pós-Graduação em EF é instalado na Escola Superior de EF da Universidade de São Paulo, Esef/USP, em 1977. O simples listar de suas disciplinas muito nos diz. Primeiro as da área de concentração: *“Aprendizagem de habilidades motoras; Estudos do ato motor; Aptidão Física: Diagnóstico e avaliação do Desenvolvimento; Desenvolvimento da condição física; Processo didático em EF; Estudos brasileiros; Racionalização do trabalho intelectual do pesquisador; Supervisão em EF e Esportes; Teoria Pedagógica no Esporte e na EF; Tendências significativas na teoria contemporânea de Educação”*. A seguir, as da área complementar: *“Adaptações fisiológicas ao treinamento esportivo; Biometria Humana; Educação em Saúde; Função cardiovascular em condição de esforço; Filosofia da EF; Hemodinâmica e Física da circulação; Função respiratória em condições de esforço; Psicologia do esportista”*.

¹³ Diagnóstico da EF e dos Desportos, *apud* Palafox, obra citada, p.17.

¹⁴ O referido Informativo não possui data, mas não é anterior a 1982, pois esse é o ano de criação da Coped.

Guardado o desuso de algumas expressões, substituídas por outras de igual sentido, não estaríamos incorrendo em inverdades ao dizer da semelhança delas com as presentes ainda hoje nos programas de Pós-Graduação em EF existentes em terras tupiniquins. A possibilidade de tal analogia tem, para nós, o significado de expor o quanto a intenção de ruptura¹⁵ em nosso campo continua no terreno do devir.

A Lei, ora, a Lei...

A execução de ações concretas no campo da Ciência & Tecnologia não veio desacompanhada de amparo legal extensivo às políticas educacionais e esportivas. Não é preciso dizer não ter sido coincidência, como já pudemos afirmar à exaustão, e sim parte de intenção definidora de política governamental, a explicitação, no Decreto nº 69.450 de 1971, regulamentador do Artigo 7º da Lei nº 5.692, do mesmo ano, ser a aptidão física “referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da EF, esportiva e recreativa no nível do estabelecimento de ensino”.¹⁶ E essa reflexão nos leva de volta ao Artigo 5º da Lei nº 6.251 de 1975.

Nossa interpretação sobre ele já está consignada em vários de nossos escritos.¹⁷ Passemos a reproduzi-la mais uma vez:

[...] Com efeito, é a partir do *paradigma da aptidão física* que se explica a visão através da qual a EF e o Esporte vinham sendo tratados pelas políticas da área. Assim sendo, os incisos II (*Elevação do nível dos desportos em todas as áreas*) e IV (*Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais*) ganhavam sentido se – ao se afinarem com o conceito de esporte enunciado no artigo 2º da lei em pauta (*para os efeitos desta lei considera-se desporto a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras pré-estabelecidas*) – fossem analisados na direção de reforçarem a possibilidade de alcance do objetivo enunciado no inciso I (*Aprimoramento da aptidão física da população*) do mesmo artigo.

¹⁵ Voltarei a essa expressão à frente, buscando explicá-la

¹⁶ Conforme parágrafo 1º, inciso III do artigo 3º do Decreto nº 69.450 de 1º de novembro de 1971.

No livro “EF no Brasil: A História que não se conta”, de 1988, hoje em sua 27ª reimpressão, já fazia alusão à relação paradigmática da EF com o parâmetro da aptidão física.

¹⁷ Faço referência, aqui, às duas mais recentes ocasiões em que a utilizei: na configuração do verbete “Estado”, presente às páginas 269-275 da 3ª Edição Revisada e Ampliada do *Dicionário Crítico de EF*, editado em Ijuí, RS, no ano de 2014, pela Editora Unijuí, e organizado pelos professores Fernando Jaime González e Paulo Evaldo Fensterseifer, e às páginas 16-17 de meu livro *EF, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias* (Campinas, Autores Associados, Coleção Polêmicas de nosso tempo, [105], 2013).

O mesmo intui-se dos incisos III (*Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa*) e V (*Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer*). Tais incisos se inscreveram no âmbito das respostas às preocupações da classe dominante, de buscar demonstrar que ao propalado desenvolvimento econômico alcançado naquela primeira metade da década de 1970 – época do milagre brasileiro – correspondia um equivalente desenvolvimento social que, no campo da EF e do esporte, levava a possibilidade de acesso às atividades físicas de lazer à camada da população até então delas alijadas.

Assim, ao limitarem a EF e o esporte respectivamente às suas dimensões de prática corporal e esportiva, inscreviam-se também, tais incisos, nos esforços de atenderem ao preceituado no já aqui mencionado inciso I, por sua vez sustentado por um referencial de saúde de índole bio-fisiológica.

Desta maneira, EF e esporte foram confundidos com educação do físico, educação do corpo, do seu rendimento físico-esportivo, simulacros da ordem da produtividade, eficiência e eficácia inerente ao modelo de sociedade no qual a brasileira encontrava identificação.

Circunstâncias explicitadas, seguimos em frente...

Pois são essas as circunstâncias que explicam – a nosso juízo – a inserção da EF no campo acadêmico-científico nos anos 70.

Sua cientificização fez-se necessária à legitimação do que estava posto como intencionalidade do regime civil-militar em relação a ela, EF, tão claramente exposta no artigo da lei analisada anteriormente.

Damasceno (2013, p. 19), em obra já citada, observa:

Se destacava a aptidão física como horizonte e a medicina do esporte como base teórica para o alcance desse horizonte. O diagnóstico de 1971 também ressaltava a pobreza infraestrutural, laboratorial, isto é, a pobreza relacionada ao desenvolvimento e à ampliação da pesquisa e da formação de recursos humanos. Fatos subsequentes e lógicos, segundo Palafox (1990), foram o investimento governamental e o impulso na instalação de laboratórios ligados à EF e à medicina esportiva. A própria estruturação inicial da pós-graduação *stricto sensu* aponta para tal horizonte... É válido notar que a elaboração da Pós-Graduação no Brasil esteve atrelada aos interesses do regime militar e que estes eram consoantes à efetivação expansiva do capitalismo brasileiro...

A cientificização veio, portanto, não para romper com o existente, mas sim para emprestar-lhe fidedignidade. Veio para ratificar em outras bases – agora emprenhadas de racionalismo pragmático, não mais centra-

das em práticas tradicionais gestadas tão só empírica e intuitivamente – a pertinência do sentido e significado atribuídos à EF e ao esporte naquele momento histórico.

Nada há de progressista nessa renovação, mas é nela, contrariamente, que se instaurou o parir do substantivamente novo, totalmente comprometido com as circunstâncias históricas de um país disposto a romper com seu passado recente e com o nascer de uma nova ordem, desta feita democrática. Nas palavras de Hungaro (2010, p. 137):

Tais circunstâncias [...] incidiram na EF e estimularam nela um teorizar crítico-sistêmico [nunca antes visto] que trazia uma característica marcante: era feito do ponto de vista “dos de baixo”. Em outras palavras, a EF, pela primeira vez, questionava “teoricamente” sua histórica funcionalidade aos interesses das elites dominantes e inaugurava um movimento de engajamento com a luta pela mudança radical (na raiz) da sociedade capitalista.

Luta esta, neste momento, mais necessária do que nunca, dadas as feridas ora presentes em nossa democracia, violentada pelo ataque desferido ao Estado Democrático de Direito brasileiro.

Movimentos Renovadores, mas...

Movimentos Renovadores abundam. A maioria deles trazendo inovações escamoteadoras do verdadeiramente novo, mantendo incólumes as bases estruturantes do velho. Observaram-se vários deles na EF brasileira.¹⁸ Não pairam dúvidas sobre o caráter renovador desses Movimentos e sim sobre a sua natureza, se conservadora ou progressista. No caso do exemplo dado, não temos dúvidas em incluí-lo entre os de natureza conservadora. Nesse sentido, é com pesar que tememos dizer que vamos “mal das pernas”, pois elas – as teorias críticas – (não só) no âmbito da EF, notadamente a partir dos anos 90, vêm sendo banidas da ambiência acadêmica. Primeiramente pelas consequências do forte enraizamento do pensamento pós-moderno no mundo acadêmico, e agora pela inquisição capitaneada pelas instâncias (não só) governamentais solidárias aos princípios inerentes ao movimento – reacionário, é certo – denominado “Escola Sem Partido”.¹⁹

Vejamos... As denominadas “Teorias Críticas” passam a ser absorvidas na EF por ocasião do processo de redemocratização de nossa sociedade. Tal absorção se dá de forma inicialmente indireta, notadamente via produção

¹⁸ O Movimento Esporte Para Todos serve de exemplo.

¹⁹ Movimento de natureza conservadora que acusa setores da esquerda do âmbito educacional de estabelecerem doutrinação política de índole marxista em sala de aula. Traduzido em projeto de lei foi arquivado em 2018, tendo sido retomado nesta atual legislatura.

teórica, estudos e debates presentes na educação brasileira na década de 80. Quando, no entanto, mal a assimilávamos e buscávamos seus referenciais em fontes primárias, deixando em segundo plano sua apreensão por intermédio da mediação da educação, fomos atropelados por acontecimentos mundiais responsáveis pelo colapso de alternativas de ordenamento societário ao existente sob a lógica capitalista.

A “modernidade” é tida como falida em seus princípios organizativos da vida. O “pensamento moderno” é posto em xeque. Em seu lugar se apresenta o “pensamento pós-moderno”, e com ele a debacle das teorias críticas ganha consistência.

Também no campo da EF tal quadro se fez notar. Se dedicamos os anos 80 à apropriação de referencial crítico para buscarmos saber o que desejávamos ser, o que tínhamos sido e o que éramos, se nos colocamos em campo para denunciarmos nossos vínculos com projetos societários contrários aos intentos de emancipação humana, se nos pusemos como meta anunciar o “substantivamente novo” – o que passamos a fazer notadamente a partir da segunda metade daquela década e início da de 90²⁰ – vimos as portas se fecharem por conta – entre outros motivos – da derrocada do Leste Europeu, da queda do Muro de Berlim e do fim da URSS, como se essas experiências traduzissem, de fato, o fracasso das teorias sociais críticas, notadamente a de viés marxista.

Hungaro (2010, p. 144) traduz com maior grau de radicalidade e rigorosidade o que busquei expor anteriormente:

[...] Entendemos que as circunstâncias históricas dos anos 1990 (as determinações da realidade) foram extremamente avessas ao projeto de “intenção de ruptura” da EF com seu passado conservador. Tal projeto, inaugurado nos anos 1980, fortalecido até meados de 1990, começa a se defrontar com um contexto (da pós-modernidade) extremamente conservador (em certo sentido, inclusive, reacionário) e absolutamente avesso ao marxismo – que tanto inspirou o projeto de “intenção de ruptura”...

Seguimos com Hungaro (2010, p. 149), desta feita fazendo menção aos ataques às bases da Filosofia moderna realizados pelo movimento pós-modernista:

²⁰ É necessário lembrar que livros emblemáticos em nossa área, como o de Medina, aqui já citado, o de Vitor Marinho de Oliveira (“O que é EF”) e o de Kátia Brandão Cavalcante (“O Discurso Ideológico do EPT”) foram publicados nos anos de 1983 e 1984. Por sua vez, a publicação de obras como a do “Coletivo de autores”, entre outras, na primeira metade dos anos 90, requerer ser entendida como síntese do vivido na década anterior.

Tal movimento – que é extremamente heterogêneo²¹ – foi altamente funcional à lógica capitalista contemporânea e “criou” uma ambiência sociocultural completamente avessa ao pensamento de Marx. Sua funcionalidade deve-se a alguns supostos que unificam a tematização desse movimento, tais como: a “desreferencialização do real” (a realidade deixa de ser a referência para a verdade, e tampouco pode ser entendida como uma totalidade articulada); a “exorbitação da linguagem”, cuja principal expressão é a conversão da ciência em “jogo de linguagem” (já que o real não é mais a referência, tudo se converte em discurso e “vence” aquele que for mais performático); e a desubstancialização do sujeito revolucionário – o movimento operário...²²

E então?

Quisemos apontar, nas reflexões trazidas neste ensaio, a existência de dois Movimentos de Renovação na EF brasileira. Um, “Conservador”, outro, “Progressista”. O “Conservador”, assim caracterizado pela subserviência ou endosso aos valores societários impostos pela ditadura civil-militar gestada pelo golpe de 1964, e minimizada pela sua inserção no processo, aparentemente inovador, de cientificização da EF/Ciências do Esporte, gestado nos anos 70. O “Progressista”, parido no processo de redemocratização da sociedade brasileira nos anos 80, sinalizando a *ruptura* com os princípios sociopolíticos presentes no período de exceção ao Estado Democrático de Direito do período anterior e com os paradigmas científicos inerentes ao processo de cientificização da área instaurados naquela ocasião.

Ao assim fazer, buscamos evidenciar que as bases de sustentação do “Movimento de Renovação Progressista” não só eram contrárias como também se antagonizavam com as do “Movimento de Renovação Conservadora”, não podendo ser compreendido, portanto, o segundo, como expressão de continuidade do primeiro.

²¹ Comungamos da compreensão sobre a heterogeneidade do pensamento pós-moderno. Em certo sentido, também assim entendemos o presente no interior da tradição marxista. Nesse sentido, reconhecemos também no universo da nossa área acadêmica a presença de pensadores pós-modernos dotados de compromissos éticos caros aos pensadores vinculados à teoria social marxista.

²² Mais de Marcelo Hungaro gostaria de incorporar a este ensaio, todavia as condições objetivas determinadas para sua elaboração não me permitem fazê-lo. Resta-me sugerir enfaticamente a leitura de seu capítulo de livro “A EF e a tentativa de ‘deixar de mentir’: o projeto de ‘intenção de ruptura’”(2010).

Nesse processo, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte nasce comprometido com a compreensão de ciência presente na década de 70, com a qual rompe em meados da década de 80, não sem estabelecer disputas internas pela busca de hegemonia na condução de suas ações de sociedade científica da área acadêmica entre nós denominada de EF.

Por fim, buscamos indicar determinantes do sentido inacabado do processo de ruptura instaurado em nosso campo pelo “Movimento Progressista de Renovação”, indicando determinantes de ordem sociopolítica e econômica articulada dialeticamente às de natureza cultural, instauradas ao final da década de 80, permissionárias da configuração da doutrina neoliberal, no campo econômico, e da predominância do pensamento pós-moderno no campo político e cultural.

Mais do que nunca, em tempos de recrudescimento dos valores conservadores, retrógrados e reacionários em nosso solo, motivados por questões nacionais, mas também fruto de movimento maior associado ao reordenamento geopolítico mundial, conduzido pela política imperialista norte-americana, faz-se necessário dar continuidade às aspirações de ruptura com a ordem estabelecida, tanto *interna corporis* a nossa área acadêmica e de formação profissional – a política de Pós-Graduação parece insustentável aos que produzem conhecimento e formam professores para a Educação Superior, pela ótica das Humanidades – como também junto aos setores progressistas da sociedade civil brasileira, ansiosos pela configuração de uma frente única de esquerda, tão cara ao Movimento Progressista de Renovação da EF brasileira.

Em ambas as situações, na primeira em especial, por conta de sua especificidade, o CBCE, mais do que nunca, se faz essencial à luta que ora vem sendo travada, mais do que encorpando o Movimento Progressista de Renovação da EF/Ciências do Esporte brasileira, dando direção a ele.

Vida longa ao CBCE!

Referências

BRACHT, V. O CBCE e a pós-graduação stricto sensu da educação física brasileira. In: CARVALHO, Y. M.; LINHARES, M. A. *Política científica e produção do conhecimento em educação física*. Goiânia, GO: CBCE, 2007. p. 73-85.

BRASIL. Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024/61, a alínea c do artigo 40 da Lei nº 5.540/68, o artigo 7º da Lei nº 5692/71 e dá outras providências. D.O.U., Brasília, DF, 2/11/1971.

BRASIL. Lei nº 6.251 de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais para o deporto e dá outras providências. D.O.U., Brasília, DF, 9/10/1975.

- CASTELLANI FILHO, L. *Educação física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias.* Campinas, SP: Autores Associados, 2013 (Coleção polêmicas do nosso tempo).
- CASTELLANI FILHO, L. *Educação física no Brasil: a história que não se conta.* 26. reimpressão (1. ed. 1988). Campinas, SP: Papirus, 2017.
- CASTELLANI FILHO, L. CBCE: partilhando de sua história. In: CARVALHO, Y. M.; LINHARES, M. A. *Política científica e produção do conhecimento em Educação Física.* Goiânia, GO: CBCE, 2007. p. 107-137.
- CASTELLANI FILHO, L. Verbete ‘Estado’. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. *Dicionário crítico de educação física.* 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.
- COSTA, L. P. D. *Diagnóstico de educação física e desportos no Brasil.* Rio de Janeiro, RJ: MEC; Fundação Nacional de Material Escolar, 1971.
- DAMASCENO, L. G. *A educação física na formação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.* Campinas, SP: Papirus, 2013.
- HUNGARO, E. M. A educação física e a tentativa de “deixar de mentir: o projeto de ‘intenção de ruptura’”. In: MEDINA, J. P. S. *A educação física cuida do corpo... e mente.* 25. ed., revisada e ampliada. Campinas, SP: Papirus, 2010. p. 135-159.
- PAIVA, F. *Ciência e poder simbólico no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.* Vitória, ES: CEFID; Ufes, 1994.
- PALAFIX, G. M. *Educação física no Brasil: aspectos filosófico-pedagógicos subjacentes à política nacional em Ciência e Tecnologia para esta área no período 1970-1985.* 1990. 74f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação – Supervisão e Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

CBCE anos 90: desafios, avanços e evoluções

Elenor Kunz

Introdução

Pode parecer ousadia de minha parte elaborar um texto com a pretensão de analisar e descrever a trajetória científico-cultural e política da maior entidade científica da Educação Física e esportes do país durante a década de 90. Explico, portanto, o que pretendo com o presente artigo elaborado para compor um dos volumes das obras planejadas pela atual diretoria do CBCE (2019) para comemorar a passagem dos 40 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

A primeira questão a ser explicada então é sobre o propósito de abordar os anos 90 do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte neste escrito.

Entrei para a diretoria desta entidade científica em 1991, sob a direção do então presidente professor Valter Bracht, na qualidade de editor-chefe da Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Foi meu primeiro grande desafio particular dentro do CBCE, mas também, provavelmente, um dos maiores de toda diretoria da época. Dois problemas principais precisavam ser resolvidos. Um deles era o pequeno número de associados em dia com a anuidade do Colégio e, portanto, pouquíssimos recursos para financiar uma revista científica (na época impressa) e com um bom número de edições em atraso. Tínhamos pouco a fazer para o que considerávamos, já na época, a “alma de uma entidade científica”, sua Revista.

Como tinha acabado de publicar meu primeiro livro: *Educação Física Ensino & Mudanças*, pela Editora Unijuí, e com a grandiosa benevolência, compreensão e sabedoria de um dos maiores sábios vivos que encontrei na vida, o professor Mario Osorio Marques, então editor-chefe da Editora, fiz a ele uma solicitação especial, de resgatarmos os números atrasados da Revista e apoiar nosso primeiro número para recuperarmos os associados em déficit com o Colégio e assim continuarmos com a editoração da Revista

nessa Editora. E... foi o que conseguimos! Além de reavermos grande número de associados, fomos contemplados com o financiamento do CNPq para a Revista até o ano de 1999, meu último mandato como presidente do CBCE.

Embora fosse interessante explicar ainda, especialmente para os jovens associados do CBCE atualmente, como era difícil, além do anteriormente mencionado, a tarefa de ser responsável pela editoração de uma revista de tamanha importância para a área em tempos sem os recursos eletrônicos de atualmente, deixo para outra oportunidade.

A participação subsequente no CBCE dos anos 90 ocorreu na segunda gestão do presidente Valter Bracht, quando exercei, além de Editoração da Revista, o papel de vice-presidente.

Os desafios não foram muito diferentes, mas evoluímos e avançamos significativamente com a qualificação da Revista e a comunicação com os associados. Em 1993 e 1995 foram realizados talvez os eventos mais importantes até hoje pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e não apenas com dois memoráveis Congressos, o Conbrace de 93 em Belém do Pará e o de 95 em Vitória, no Espírito Santo, mas esse assunto certamente o presidente do Colégio da época irá abordar, nesta mesma obra.

O desafio maior que me foi apresentado com o CBCE aconteceu justamente no Congresso de 1995, em Vitória, quando por “livre e espontânea pressão” da diretoria anterior, especialmente de seu presidente, fui conduzido a presidente do Colégio.

Assumi e formei uma diretoria como provavelmente “nunca antes na história” do CBCE isso foi possível. Além de nomes de expressão nacional na área, a composição majoritária foi com excelentes colegas do Centro de Desportos da UFSC, Florianópolis, SC.

Além da continuidade dos projetos anteriores já referidos, foi realizado nesta primeira gestão talvez um dos maiores avanços já conquistados pela entidade científica, a criação dos GTTs (Grupos de Trabalhos Temáticos) para os Conbrates e sobre eles muito já se falou e como constitui uma das atuações mais importantes do CBCE até hoje não vou aqui discorrer sobre eles, até porque os coordenadores destes GTTs também irão se pronunciar nas obras desta coletânea.

Um outro destaque desta gestão ao qual gostaria de me reportar refere-se justamente a dois Conbrates realizados, o primeiro (1997) em Goiânia, no Centro de Convenções da cidade, com excelentes condições para sediar um evento científico que o CBCE e a área já há muito tempo

eram merecedores. Neste evento também fui conduzido, como já era de praxe na diretoria do CBCE, para um segundo mandato e foi eleita a cidade de Florianópolis, SC, para a realização do próximo Conbrace (1999).

Em Florianópolis, com enorme trabalho e sacrifício conseguimos mais uma vez realizar o evento no luxuoso, moderno e muito bem equipado Centro de Convenções da Cidade, o Centrosul, então recém-inaugurado.

Nestes dois eventos, Goiânia e Florianópolis, destaca-se ainda a participação maciça de congressistas, beirando a dois mil participantes por evento. Isso também se deve à criação dos GTTs e ao incentivo da diretoria para a participação de jovens estudantes e de professores da região em que se realizavam os congressos. Os GTTs facilitavam a participação dos congressistas em áreas de seu interesse e até mesmo a apresentação de trabalhos próprios, e o incentivo aos estudantes foi com a cobrança de taxas de participação muito baixas, incluindo a participação da diretoria na busca de alojamentos mais adequados aos seus recursos. Foi feita uma proposta às Secretarias dos Estados e dos municípios para que estas pagassem as taxas de inscrição aos Congressos para os professores que atuam nas escolas das regiões do evento.

E assim, em 1999 encerramos as atividades profissionais com a entidade científica do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte entregando o cargo para a próxima diretoria, que com certeza contará a sua história.

Evolução e avanços científico-pedagógicos do período

A partir da exposição anterior sobre minha participação e atuação na diretoria do CBCE em quase uma década, vou agora, na mesma metodologia de uma espécie de “Relato de Experiências” ou diria melhor, a partir de uma “Hermenêutica do Vivido”, discorrer sobre alguns acontecimentos no interior do CBCE que me levam a considerá-los como evolução e avanços. Esses acontecimentos não apenas influenciaram fortemente a pesquisa e os avanços teórico-fundamentadores da área, mas principalmente repercutiram nas experimentações e prática nas quais os profissionais de Educação Física atuavam.

Sou levado então a relembrar alguns destes eventos e acontecimentos dessa década, que produziram efeitos, certamente positivos para a área.

Em 1998, ou seja, quase no final de nossa última gestão no CBCE, esta entidade completava 20 anos de sua existência e em homenagem a este evento a diretoria resolveu editar um número especial da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, convidando ex-presidentes e destacados pesquisadores para a elaboração de textos sobre esta data marcante.

A maioria dos autores se reportava, assim, à história do CBCE e sua participação na política científica, pedagógica e cultural da área desde o seu nascimento.

Valter Bracht, na qualidade de ex-presidente e em seu texto sobre o momento histórico e da história do Colégio, assim se referia: “...a narrativa histórica não é apenas (re)construção do passado, mas também construção do presente, à medida que, como forma de autoconhecimento, incide sobre e influencia a vida presente e futura” (1998, p. 12).

Nesse sentido creio que todos os relatos históricos que irão compor a maioria dos textos para este volume terão certamente esta perspectiva, ou seja, entender melhor o passado pelo presente e o presente pelo passado.

Minha leitura do passado, dos anos 90, portanto, também não poderá se desvincular do presente e pretende, sim, referir-se, sempre criticamente, a este presente da área e às influências e perspectivas do CBCE nesta história que se fez e está se fazendo.

Optei então pelo que denomino aqui de “Hermenêutica do Vivido”, ou seja, compreender, interpretar e avaliar fatos, acontecimentos e conhecimentos do “passado vivido” para esclarecer e assim compreender, ainda melhor, o que foi feito, o que se deixou de fazer e o que repercute ou não até os dias de hoje, no que se refere às produções do conhecimento e à influência e participação do CBCE neste processo.

A prática como referência

A entrada dos profissionais da Educação Física nas Ciências Humanas e Sociais claramente se deu nos anos 80, década conhecida como da revolução, transformação e, enfim, da crítica.

A perspectiva crítica continuou em toda década seguinte, porém ela foi mais longe, ou seja, trouxe consigo não apenas a revolução crítica do conhecimento teórico, mas também a inserção desta com a realidade prática que se vivia e, não apenas a realidade política e social daquele tempo, mas a realidade profissional, especialmente o tão importante “chão da escola”, como se dizia na época.

Foi por isso que a década de 90 pode ser considerada a década das “Propostas Inovadoras” para a Educação Física brasileira e, diga-se de passagem, até hoje não superada. Estou me referindo a propostas inovadoras que se desenvolveram com a finalidade de transformar e ressignificar práticas pedagógicas e assim contribuir para a legitimidade pedagógica da área, até hoje muito questionada. Como autor de uma destas propostas, no caso

pedagógica, desse tempo, não vou fazer nenhuma análise mais detalhada delas, embora merecesse, para de fato destacar essa década como anteriormente mencionei.

Essas propostas levaram, na época, a uma polarização dos profissionais da Educação Física, especialmente entre participantes ativos e críticos no interior do CBCE, ou seja, o grupo dos “pedagogistas”, maioria no Colégio, e o grupo dos “tecnicistas”, defensores dos esportes, mas também dos valores para a saúde pela prática da Educação Física. Para muitos, esta polarização prejudicou os avanços, especialmente na pesquisa e na Pós-Graduação, que já se estava alcançando. Na minha “hermenêutica do vivido”, porém, entendo que pode ter prejudicado a falta de diálogo entre campos com diferentes propósitos para o desenvolvimento da área, contudo por outro lado auxiliou na formulação de “teorias para a prática”. Foi o provável motivo maior para o surgimento de um grande número de propostas interventoras, tanto de fundamentos pedagógicos, para a escola, como para o esporte, na saúde, na dança e no lazer.

Depois de amenizada esta rivalidade, “as melancias foram se acomodando de acordo com o balançar da carroça”, ou seja, os “pedagogistas” foram se escondendo cada vez mais atrás de teorias, com pouca ou nenhuma relação com a prática e os “tecnicistas” foram se esconder em seus laboratórios. Fim dos debates e das discussões e reflexões sobre prioridades políticas, científicas e pedagógicas para a área da Educação Física. Grande contribuição para isso, entre outras, foi o fenomenal “avanço” dos programas de Pós-Graduação e as orientações da Capes para o crescimento das pesquisas e publicações na área e assim as produções científicas foram “encaixadas” em conteúdos e formatos que agradassem àquela instituição controladora. Análise mais aprofundada e crítica sobre esse sistema de produção de conhecimento ao qual a Educação Física se viu obrigada a se ajustar, escrevi em: Revista Kinesis (2012, p. 25-37).

Voltando à Revista comemorativa dos 20 anos do CBCE de 1998, no artigo de minha autoria já alertava para os grandes avanços teóricos que estavam sendo alcançados e que em vez de se aproximarem cada vez mais da realidade empírica, estavam na verdade se afastando. Evidentemente que fundamentações teóricas que proporcionassem aos profissionais condições concretas para redimensionar e ressignificar suas atividades práticas ainda estavam em falta. Meu interesse particular, no entanto, desde os anos 80, no Doutorado, era com o desenvolvimento de uma teoria que fundamentasse melhor o movimento humano na perspectiva que denominei de “Se-Movimentar Humano”. Ou seja, teorias que analisem, interpretem e esclareçam melhor, não apenas a cultura de movimento e seus temas fun-

damentais, como corpo, movimento, percepção e sentido, enfim, esportes, educação, etc., mas, principalmente “sujeitos que se-movimentam”, para assim elaborar com mais consistência e coerência com a área, uma “Ciência da Educação” para a Educação Física, ou seja, uma consistente e bem fundamentada Pedagogia para a área, algo que carecemos tanto até hoje.

Renovar a discussão teoria-prática

Parece que por outros motivos, ou talvez por motivos maiores, como a busca desesperada pelos famigerados “pontinhos” da Capes, atualmente o abismo entre uma teoria fundamentadora geral e uma teoria formuladora de uma Pedagogia para a área da Educação Física Escolar aumentou. Isso posto, a tão discutida questão da relação teoria-prática deveria ter alcançando um novo patamar, com argumentações ao nível do avanço da área nas questões de pesquisa e desenvolvimento científico, mas certamente não é o que estamos vendo.

Então é preciso mais uma vez refletir sobre essa questão tão cara a nossa área, que é a relação teoria e prática.

As ciências da Educação Física e Esportes (Movimento, Esportes e Jogos) procuram sempre esclarecer fatos, eventos e situações mais ou menos abrangentes relacionados a essa área profissional (teorias), mas também procuram formular, estimular e até apresentar intervenções para esta mesma área (prática).

É óbvio que na década de 90 o CBCE foi decisivo no impulso que tomou esta forma de produzir e veicular conhecimentos para a área. Já me referi anteriormente às numerosas propostas, especialmente no âmbito pedagógico, que se apresentaram com fundamentações teóricas muito consistentes nas Ciências Humanas e Sociais e principalmente envolvendo e apresentando, na maioria das vezes, metodologias e propostas interventoras.

Trazendo o passado para o presente, porém, é possível perceber que a Educação Física brasileira ainda precisa muito de uma teoria fundamentadora para uma sólida sustentação, na composição de um campo pedagógico influenciador de uma prática educacional para a escola. Os avanços alcançados na década de 90 seguiram acontecendo muito no campo do aprofundamento teórico, mas as esperadas consequências que resultassem, também, em redimensionamentos e ressignificações na prática educativa do ensino escolar da Educação Física não se desenvolveram com a mesma qualidade e intensidade.

Há muito tempo venho batendo na tecla da falta de uma teorização que viesse a contribuir para uma Pedagogia da Educação Física brasileira, uma Pedagogia (como ciência do educador) que apresente fundamentações teóricas bem como aponte para condições de possibilidade nas intervenções práticas da cultura de movimento e não apenas no âmbito escolar.

Não é objetivo deste texto discorrer sobre o estado atual desenvolvimento da pesquisa e das ciências da Educação Física e esportes. Refletindo e analisando um passado recente, porém, ou seja, a década de 90, deve-se reconhecer que, atualmente, grandes avanços no que diz respeito às fundamentações teóricas para a área ocorreram, porém vislumbro um certo “encurtamento” (desculpem o termo pouco científico) na abrangência social, ou seja, um relacionamento mais específico para a área profissional à qual estes aprofundamentos teóricos se referem. Parece que o “impulso” para as práticas se esgotou.

Quero dizer, que os aprofundamentos na forma de fundamentos teóricos, que vêm acontecendo com muita ênfase nas grandes correntes teóricas da Filosofia, Sociologia, Antropologia, etc., ficam na verdade um pouco distantes da área e dos objetos de investigação e pesquisa que elegeram, ou seja, da Educação Física, dos esportes, da dança, etc. Para servir assim de suporte teórico para uma pedagogia da área, essas teorias se constituem muito mais como um desiderato do que realidade.

Tenho consciência da complexidade do tema que estou abordando no final desta minha reflexão, ou seja, a complexidade da relação teoria e prática para uma área que é por excelência prática. Especialmente quando aprendemos que nada é “tão prático como uma boa teoria” e quão importante é para os práticos desta área uma boa teoria. Teoria que não ilumina apenas o campo restrito de sua área de intervenção, mas toda a complexidade de uma realidade, para que o seu agir prático tenha os efeitos culturais e educacionais mais eficientes e politicamente coerentes possível.

É preciso superar a antiga forma de pensar que ainda persiste, ou seja, quando se considera que existem os “teóricos” de um lado e do outro os “práticos” na mesma área e que a reunião e o trabalho conjunto são totalmente inviáveis. Os próprios pesquisadores das grandes teorias, os considerados teóricos, parece que julgam que submeter as suas teorias a uma mera prática pode lhes custar o *status* de intelectuais e “defensores das grandes teorias”. Por outro lado, os considerados práticos rejeitam e não se interessam pelo desenvolvimento teórico da área por, certamente, não entenderem muito bem o que “estas grandes teorias” querem dizer para sua

prática. Já ouvi “práticos” falarem para outros que não se aproximem dos discursos dos teóricos porque podem virar “marxistas” e que no contexto político que vivemos atualmente (2019) isso pode ser realmente perigoso.

Para uma área como a Educação Física e que tem os esportes como uma das culturas do movimento mais importantes, é muitas vezes compreensível porque alguns envolvidos com alguma modalidade esportiva (futebol, por exemplo) menosprezam teorias, às vezes até detestam, porque o que importa única e exclusivamente é o êxito alcançando em forma de rendimento esportivo nos diferentes âmbitos de disputa. Isto é facilmente perceptível entre jornalistas esportivos, que mesmo desconhecendo totalmente “teorias” que conduziram ao desenvolvimento e êxito de determinadas práticas, referem-se a estas “práticas” com a autoridade de “especialistas” do esporte e assim são apresentados e respeitados nas grandes mídias nacionais. Desconhecem mesmo o imprescindível conhecimento científico-teórico que atualmente envolve todo o trabalho com o esporte, independentemente da modalidade. Futebol, por exemplo, há muito deixou de ser apenas um jogo, como analisado na mídia pelos “especialistas”, e se constitui como uma modalidade esportiva como todas as outras que objetivam alto rendimento.

Certo dia um condutor de automóvel, andando numa estrada distante da cidade, viu seu carro simplesmente “morrer” na estrada, “apagar” de repente. Outro motorista passando pelo local ofereceu ajuda. Dizia-se grande conhecedor de carros, “desde carros de corrida até uma simples moto”. Pois bem, mexendo no motor, desmontando algumas peças, no transcorrer de duas horas o carro ainda não havia voltado a funcionar. Resolveram então chamar um mecânico “de verdade”. Este, chegando ao local, virou a chave do motor e imediatamente perguntou ao dono do carro: – “Quanto tempo faz que tu não abastece esse carro???”

Pois é, os critérios de êxito na intervenção de uma realidade não dependem de uma ou outra especialidade teórica ou prática, mas de um conjunto de conhecimentos alcançados pelo diálogo entre “autores teóricos e atores empíricos” na maioria das vezes. Isto quer dizer também que as teorias científicas não podem ser avaliadas apenas pela sua eficiência na abordagem de uma realidade, mas também pela coerência e correta leitura da realidade a partir dos dados disponíveis.

No interior de muitas profissões existem muitas opiniões controversas sobre a importância da teoria ou da prática, assim como elas se apresentam, dualisticamente. Alguns encontram nas teorias a razão e solução para tudo, em especial nas teorias científicas; já outros encontram na prática a única e última solução para a salvação da humanidade. A crença geral e maior de tudo, porém, está na evolução científica e tecnológica como a única forma

de salvar a humanidade do caos, da miséria, garantindo também sua sobrevivência. A revolução científica e tecnológica é nossa nova religião e teorias questionadoras desta realidade já se começa a considerar como supérfluas.

É preciso se concentrar então na questão do “fazer”! Porque “fazer teoria” e não copiar é fazer uma boa “prática” e fazer uma “boa prática” é fazer uma “boa teoria”, logo nós profissionais da Educação Física em nosso “fazer” no ensino, na pesquisa e nas diferentes relações com a realidade estamos sempre envolvidos num fazer “teórico-prático”.

Concluindo

Esta curta reflexão sobre o CBCE dos anos 90, restrito a um olhar muito particular, teve como objetivo apenas levantar e analisar o desenvolvimento da Educação Física e esportes daquela década e o envolvimento do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte neste desenvolvimento. Apontamos apenas para a evolução e avanços da área por considerar – não porque pessoalmente estava envolvido – que foi a década em que realmente os maiores avanços foram alcançados, especialmente para a atualmente denominada “área sociocultural e pedagógica”. Com certeza, outros integrantes do CBCE da época apresentarão textos nesta e em outras obras que a direção nacional deseja divulgar em comemoração dos 40 anos do Colégio, e muito provavelmente irão refletir sobre questões críticas e polêmicas deste tempo, em que o CBCE poderia ter tido outras posturas e direcionar os debates de então para um âmbito teórico e prático diferente do que foi realizado.

Este pequeno texto, portanto, além de resumir alguns aspectos, eventos e desenvolvimentos do CBCE dos anos 90, também pretendeu apenas tocar sutilmente num problema atual da área da Educação Física e esportes, qual seja, a questão controversa com relação ao desenvolvimento científico e a dificuldade de entendimento, *ainda*, entre “teóricos” e “práticos”.

Não se tem até os dias atuais uma decisão segura sobre a questão da relevância social e pedagógica da área, ou seja, porque os avanços nos aprofundamentos teóricos que claramente hoje nos permitem participar e compartilhar em debates no âmbito da Educação, da Filosofia, da Sociologia, etc., em condições de igualdade com teóricos destas áreas, não refletem ou não produziram até hoje, de forma amplamente perceptível, algum avanço também nas práticas pedagógicas dos profissionais que atuam no âmbito escolar. Com certezas nos textos que outros colegas irão apresentar neste volume irei entender melhor.

Referências

- BRACHT, V. Um pouco de história para fazer história: 20 anos de CBCE. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, n. Especial 20 anos do CBCE, 1998.
- KUNZ, E. Limitações no fazer ciência em Educação Física e esportes: CBCE 20 anos auxiliando na superação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, n. Especial 20 anos do CBCE, 1998.
- KUNZ, E. Pós-Graduação em Educação Física no Brasil: o fenômeno da hiperprodutividade e formação cultural. *Revista Kinesis*, UFSM, Santa Maria, 2012.
- KUNZ, E. *Educação Física: ensino & mudanças*. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.
- KUNZ, E.; BARCELOS, S. G.; SILVA, T. M. R. Hermenêutica do movimento no brincar e dançar. In: KUNZ, E. (org.). *Didática da educação física 1*. 6. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018.

Conquistas e novos horizontes: o trabalho coletivo como protagonista de grandes lutas nos âmbitos acadêmico, político e científico do CBCE gestão 2013/2017

Simone Rechia

O impacto do cenário político no Brasil nas ações do CBCE

Quando iniciamos a gestão no período entre os anos de 2013 e 2017 do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), Dilma Rousseff finalizava seu primeiro mandato como presidente do Brasil, dando continuidade e ampliando diversas políticas sociais instituídas durante os governos Lula. Um dos grandes desafios de seu mandato – e que gerou muitas demandas para o CBCE e outras instituições de ensino e associações científicas – foi a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). Constituído por diretrizes, metas e estratégias, o PNE, Lei nº 13.005/14, visava a nortear as ações educacionais dos governos municipais, estaduais e federal durante o decênio de vigência.

O PNE projetou expectativas de mudanças, causou muita polêmica, disputas de interesses entre grupos políticos e econômicos, principalmente no que tange ao percentual ideal de investimentos em educação. Um dos pontos centrais que causou divergências e atrasou sua implementação foi a destinação de 10% do PIB para a educação (Cruz; Monteiro, 2013 *apud* Castro; Tavares, 2017, p. 17).

O CBCE atuouativamente nesse período, com cartas de apoio a diversas instituições e moções de repúdio¹ a tais medidas. Dois anos depois de reeleita, Dilma Rousseff passou por um processo de impedimento que

¹ Carta contra a Medida Provisória nº 746/16 referente à reforma do Ensino Médio. Disponível em: <https://goo.gl/rRsVFK>. O documento referente à dança na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Física escolar, disponível em: <https://goo.gl/PSzbkX>. O livro *Dilemas e desafios da pós-graduação em Educação Física*, de 2015, bem como o posicionamento referente à BNCC, disponível em: <https://goo.gl/5DVAMU>.

culminou na destituição de seu cargo. O *impeachment* resultou em uma grave ameaça à democracia brasileira, principalmente pela forma como foi conduzido, causando mal-estar social e um cenário de instabilidade política, econômica e social. Diversos segmentos da sociedade se opuseram, entendendo tratar-se de um risco aos direitos políticos e sociais, bem como à própria democracia, considerando-o um “golpe parlamentar”. Vale ressaltar que o CBCE está incluído entre esses segmentos que se opuseram à forma como aconteceu este episódio político, inclusive produzindo notas de repúdio, participando e dando apoio a vários eventos acadêmicos que discutiram e resistiram a esse triste momento da História brasileira.

Nesse contexto, o vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente a Presidência e iniciou uma ruptura com o projeto que vinha sendo desenvolvido, desconstruindo políticas sociais, econômicas e culturais, em uma clara intenção de rompimento, comprometendo não somente diversas conquistas sociais, mas a própria Constituição Federal. Temer trocou ministros e secretários, fundiu Ministérios, articulou reformas e outras medidas que divergiram das ações políticas que vinham sendo adotadas.

No que se refere ao Ministério do Esporte (ME), o período foi marcado pelas trocas sucessivas de comando. Em 2013, quando iniciávamos a gestão do CBCE, estava à frente do ME Aldo Rabelo, posteriormente assumiu George Hilton. Na sequência, nova troca e Ricardo Layser Gonçalves fica à frente da pasta. Em meados de 2016 e durante 2017, Leonardo Picciani torna-se ministro. Tais sucessões causaram impacto negativo às ações consolidadas do ME, pois a cada troca novas propostas e ameaças de cancelamentos de programas, projetos e financiamentos de ações sociais já consolidadas surgiam, como o Pelc,² Rede Cedes,³ novo Sistema Nacional de Esportes, entre outros. Salientamos que o CBCE acompanhou esse processo e se manteve fiel aos seus propósitos, participando ativamente dos movimentos de resistência às rupturas do projeto de sociedade que estava em curso.

No que respeita às políticas educacionais desse governo interino destaca-se, dentre diversas ações equivocadas e em várias dimensões – as quais alteraram muitos direitos sociais adquiridos – a reforma do Ensino Médio, considerada a maior alteração feita nessa etapa de ensino desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996.

² “Programa de Esporte e Lazer da Cidade: O Programa se desenvolve a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e de lazer, sejam eles localizados em regiões urbanas ou rurais, em comunidades e povos tradicionais ou indígenas (Ministério do Esporte, 2017).

³ Criada em 2003, integra o conjunto de ações do Pelc, direcionado para o desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer. Reúne Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas sem fins lucrativos, que se constituem em Núcleos da Rede (Ministério da Cidadania, 2015a).

O CBCE, naquele momento, compreendia que a situação do Ensino Médio no Brasil inspirava reflexões e o Grupo de Trabalho Temático (GTT) Escola,⁴ assim como diversos especialistas das mais variadas áreas, já estavam há várias décadas discutindo e produzindo pesquisas, apontando caminhos, metodologias e propostas curriculares com o intuito de tornar essa etapa de ensino efetiva e significativa aos jovens. Esse acúmulo de conhecimento, no entanto, foi desconsiderado pelo governo interino. Fatores como: redução do acesso, problemas da retenção nos anos finais do Ensino Fundamental, problemas socioculturais, precarização do trabalho docente e infraestrutura, o trabalho precoce, gravidez na adolescência, desestruturação familiar, insuficiência da infraestrutura urbana, acesso diferenciado aos bens culturais, entre outros, indicavam que as trajetórias dos jovens brasileiros não são lineares e apontam para múltiplos percursos, os quais geram oportunidades diferentes em relação ao mundo da escola e, consequentemente, ao mundo do trabalho. Infelizmente, essas questões passaram a ser totalmente negligenciadas.

Dessa maneira, acreditávamos que a Medida Provisória nº 746/16 do Ensino Médio representava uma resposta equivocada aos problemas da Educação Básica porque não permitia a discussão ampliada, ignorando inclusive vários trabalhos realizados pela Comissão de Estudos relativos ao Projeto de Lei nº 6.840/13.

O CBCE, a partir das consultas aos GTTs, posicionou-se contrário a essas medidas, reconhecendo as fragilidades do Ensino Médio e as deficiências no seu currículo escolar, mas salientando que o reducionismo do processo formativo, ou seja, a exclusão das áreas de Ciências Humanas e Sociais, como Sociologia, Filosofia, Educação Física e Arte, com certeza não resolveria os problemas, ao contrário, seria uma violência à formação. Sobretudo seria uma violência aos jovens da escola pública, os quais seriam privados de uma formação geradora de oportunidades iguais para todos e todas, pois no conjunto da referida Medida Provisória tais áreas poderiam não ser garantidas pelos sistemas de ensino.

Defendíamos a ideia de que qualquer proposta de inovação na reformulação do Ensino Médio teria de respeitar o acúmulo do conhecimento adquirido e os documentos disponíveis, à época, como: o Pacto Nacional pelo Ensino Médio, que incluía as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012); o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, focado na formação continuada de professores do Ensino Médio (2013), bem como o início do debate para a formulação da Base

⁴ Coordenador: Marcos Garcia Neira/USP.

Nacional Curricular Comum (BNCC) da Educação Básica, cujo processo público de consultas e mobilização participativa já estava em curso desde 2014.

Todos esses programas para o Ensino Médio estavam sendo acompanhados por especialistas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), pelas universidades e pelos mais diversos setores da sociedade, inclusive pelo CBCE, especialmente no interior dos GTTs envolvidos diretamente com as questões da escola e da formação profissional. Tais ações, entretanto, foram desconsideradas com a emissão da respectiva Medida Provisória.

O coletivo do CBCE, em documento público⁵ amplamente divulgado, em síntese, questionava: Para que os jovens estudantes brasileiros tenham a opção pelos diferentes itinerários instituídos na MP746/16, a escola pública necessitaria de uma ampla reestruturação; considerando as restrições orçamentárias propostas pela PEC55/241,⁶ que limita gastos em educação, saúde e demais áreas sociais por 20 anos, como o governo colocaria em prática tais mudanças?

Outro aspecto a ser considerado e que também constituiu pauta de vários eventos do CBCE foi a evidente contradição entre os elevados investimentos financeiros para a realização, por parte do governo federal, dos megaeventos esportivos – Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 – e o que propunha a MP 746/16. Ou seja, essa medida retiraria dos jovens brasileiros a possibilidade de acessar os conhecimentos advindos dessas práticas esportivas no ambiente escolar, denunciando uma visível contradição do referido governo.

Assim, quando se flexibiliza o currículo do Ensino Médio, excluindo a Educação Física como componente curricular, como estava proposto, corre-se o risco de que essa área do conhecimento seja negligenciada pelos sistemas de ensino e não seja ofertada ao longo da formação dos jovens. Dessa maneira, a retirada da obrigatoriedade de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia seria uma medida equivocada e impediria aos jovens brasileiros o acesso e conhecimento de saberes das Ciências Humanas e Sociais na educação escolar.

Diante desse “mar” de contradições, conflitos e tensões, o CBCE elaborava documentos e fazia moções de repúdio às medidas antidemocráticas referentes à *reforma proposta pelo MEC*, denominada “Novo Ensino Médio”,

⁵ Disponível em: <https://goo.gl/qjgj2p>.

⁶ Disponível em: <https://goo.gl/Jtb6yo>.

prevendo os efeitos perversos que traria à educação de jovens brasileiros, posicionando-se contrário à total falta de diálogo e consulta pública, conferindo ilegitimidade ao processo.

Também acompanhávamos atentamente, participando de reuniões, discussões e debates, os encaminhamentos da BNCC que estavam em discussão no MEC desde 2014, a qual, quando concluímos essa gestão, em setembro de 2017, ainda não estava finalizada.

Outro ponto de tensão bastante acentuado nesse período de gestão do CBCE, foram as críticas da comunidade científica da área de Educação Física aos critérios de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), especialmente na área 21. Deparamo-nos em 2013, assim que assumimos, com uma indignação dos pesquisadores da área – especialmente vinculados às pesquisas no âmbito pedagógico e sociocultural – em relação às políticas avaliativas que vinham sendo adotadas, as quais estavam predominantemente focadas em sistemas quantitativos, classificatórios, reguladores, e sempre vinculadas aos já reduzidos e escassos financiamentos públicos para pesquisa, desvalorizando o conhecimento produzido de forma qualitativa e supervalorizando as produções aligeiradas, as quais geram nos últimos anos volumes em termos quantitativos e exclusão dos que não se submetem a essas formas de produção do conhecimento.

Essa perspectiva quantitativa, denominada por muitos pesquisadores de “produtivismo acadêmico”, resultou em descreenciamentos, afastamentos e desencantos de vários investigadores importantes para a área, empurrrando-os para outras áreas do conhecimento, como Educação, Sociologia, História, entre outras. O impacto desse deslocamento foi a presença cada vez menor de pesquisas nesses âmbitos nos programas de Pós-Graduação em Educação Física, impedindo que a discussão desses campos do conhecimento contribuísse para a formação de futuros mestres e doutores.

A partir desses relatos podemos perceber que as tensões, conflitos e demandas impostas ao CBCE durante esse período não foram poucos. Dessa forma, todas as ações da gestão foram impactadas por esse cenário político, impondo-nos a necessidade de potencializarmos o trabalho coletivo, intenso e contínuo.

As lutas no âmbito acadêmico, político e científico: ações do CBCE 2013/2017

O CBCE está organizado em Secretarias Estaduais e GTTs, liderados por uma Direção Nacional (DN), possui representações em vários órgãos governamentais, é ligado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Está também presente nas principais discussões relacionadas a essa área de conhecimento. Nesse sentido, todas as ações da gestão 2013/2017 que vamos relatar nesta sessão foram realizadas de forma orgânica e colaborativa entre os membros da Direção Nacional (DN),⁷ Secretarias Regionais e GTTs, os quais colaboraram intensamente nos dois biênios.⁸ Tais ações visaram a manter, ampliar e qualificar essa estrutura, assim como difundir novos conhecimentos, posicionamentos políticos e participação em todas as instâncias em que foram discutidos os rumos da área da Educação Física, em suas subáreas pedagógica, sociocultural e biodinâmica.

Nessa perspectiva, investimos na qualificação e organização do sistema de administração. Provemos a distribuição dos Cadernos de Formação de forma sistemática, totalizando aproximadamente 3 mil exemplares enviados. Investimos na qualificação e periodização da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), a qual em 2015 obteve estabilidade de quatro números atuais. Participamos de todas as reuniões institucionais para as quais o Colégio foi convidado, assim como em eventos científicos da área, em diversas cidades brasileiras e em todos os Estados da Federação. Promovemos diversos debates, eventos, seminários e fóruns de discussão, assim como elaboramos documentos e livros que serviram de referência para a área em diferentes instâncias.

Encontramos, no entanto, algumas dificuldades. As principais estiveram relacionadas ao financiamento dos eventos oficiais do CBCE, para participação em discussões nacionais e para manutenção da RBCE e dos Cadernos de Formação, o que nos levou a discutir em assembleia geral no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace) de Vitória, em 2015, a possibilidade de cobrança para publicação.

⁷ Compuseram a Direção Nacional, em diferentes cargos, entre os anos de 2013 e 2017 os seguintes docentes: Simone Rechia, Paula Cristina da Costa Silva, Vidalcir Ortigara, Felipe Quintão de Almeida, Manuel Pacheco Neto, Edivaldo Góis Junior, Marcia Ferreira Chaves Gamboa, Marcus Peikriszwilli Tartaruga, Luize Moro, Gabriela Cardoso Machado, Karine do Rocio Vieira dos Santos, Fernando Mascarenhas, Allyson Carvalho de Araújo, Tadeu João Ribeiro Baptista, Carlos Fabre Miranda, Mauro Myskiw, Silvan Menezes, Alice Regis Dorsa, Danilo Moraes, Ana Cristina Richter, Gisele Carreirão Gonçalves, Alexandre Vaz, Michelle Carreirão Gonçalves, Jaison José Bassani e Lisandra Invernizzi.

⁸ Todas as informações aqui reproduzidas constam nos relatórios das respectivas gestões.

Essa tomada de decisão estava pautada na análise realizada pela DN sobre o perfil dos pesquisadores que publicavam na RBCE, concluindo-se que em sua grande maioria era composto por não sócios do Colégio, acarretando grande desequilíbrio financeiro à entidade, considerando o alto custo da editoração da RBCE. Assim, decidimos em assembleia geral que a cobrança seria apenas para não sócios e que manteríamos a meta de internacionalizar e qualificar a revista.

No artigo intitulado *Revista Brasileira de Ciências do Esporte: dificuldades, desafios e dilemas da editoração científica* (Vaz; Almeida; Bassani, 2014), de editores da RBCE, já problematizava a “[...] necessidade da internacionalização da produção do conhecimento e dos periódicos nacionais, um imperativo que se apresenta aos editores das revistas na atualidade, questão fortemente vinculada às expectativas de progresso na pós-graduação” (p. 756).

Para os referidos autores, embora a ênfase à RBCE fosse um imperativo, não deveríamos abrir mão dos Cadernos de Formação, alertando-nos que a internacionalização não deveria esquecer

[...] do diálogo com aqueles que diariamente intervêm na prática pedagógica. Não é sempre que a pesquisa dialoga diretamente com a intervenção, nem é necessário que assim seja. Boas pesquisas básicas, assim como certo desinteresse nos resultados imediatos, são elementos muito importantes de uma área acadêmica. Mas tal diálogo é essencial para uma área de intervenção como a Educação Física. Não só resultados de pesquisa associada à prática, como também bons relatos de experiência e reflexões prospectivas, podem ser ótimos materiais de formação. Os Cadernos de Formação RBCE vêm tentando contribuir na consecução desta tarefa (*idem, ibidem*, p. 756).

Assim, naquele momento de tomadas de decisão, comprehendíamos que os rumos do CBCE no âmbito das publicações seria um desafio, pois precisaríamos compreender que o ditame da internacionalização poderia apresentar um risco ao gerenciamento da RBCE e dos Cadernos de Formação porque, segundo os autores:

Uma política científica em favor do imperativo de internacionalização está envolta em ambiguidades e paradoxos. Ao enfrentá-los, é preciso, por um lado, buscar uma autonomia relativa em relação às bases indexadoras internacionais, considerando as especificidades de cada área; por outro, contudo, é vital não “demonizá-las”, entendendo-as, de forma simplista, como expressão do colonialismo dos países mais desenvolvidos sobre os periféricos (*Idem, ibidem*, p. 756).

Seria necessário, portanto,

[...] não interpretar a internacionalização da produção científica nacional como resultado de um fetichismo na mentalidade de pesquisadores alienados – como, entre outros, ressalta Ouriques (2011) – que contribuiria para aumentar o fosso entre os países mais desenvolvidos e os países dependentes (*Idem, ibidem*, p. 756).

Não se tratava naquele momento simplesmente de ser contra ao a favor da internacionalização da produção e dos altos custos financeiros que isso representaria para a entidade, mas de incentivar e apoiar esse processo de qualificação das revistas, buscando garantir acesso ao conhecimento produzido pelos pesquisadores brasileiros, sem provocar rupturas entre os campos científicos. Não poderíamos deixar de considerar, no entanto, seus possíveis impactos, especialmente na intervenção profissional. O momento, portanto, exigia do CBCE materializar as mudanças a partir das alternativas existentes à época, conscientes de que a política de avaliação da Capes/área 21 em curso pressionava-nos e o desafio era enfrentá-las e superá-las.

Destacamos aqui, entre tantos desafios, a questão do pagamento para publicação à Editora Elsevier, como uma medida necessária à completa profissionalização da editoração científica, embora estivéssemos conscientes de que estaríamos aderindo, em algumas situações, ao modelo Capes e sua agenda em relação a isso. Ao mesmo tempo, contudo, foi preciso pensar em estratégias para enfrentamentos a essas contradições, ou seja, repensar a organização da Pós-Graduação *stricto sensu* da Educação Física brasileira à época. Para tanto, acreditávamos que só de forma coletiva e organizada politicamente poderíamos estabelecer alternativas viáveis para o que chamávamos de “reformismo interno” do sistema de avaliação, propondo outros critérios qualitativos para além do quantitativos. Resolvemos então reativar os Fóruns de Discussão da Pós-Graduação, tendo como coordenador geral o professor doutor Vicente Molina Neto, da UFRGS, assim como investir em publicações sobre o tema.

O desafio de (re)colocar o CBCE e os pesquisadores da área de Educação Física no protagonismo dos programas de Pós-Graduação da área 21 da Capes

Fórum de Pós-Graduação em Vitória 2014

Em 2014 foi retomado o 5º Fórum da Pós-Graduação do CBCE, em Vitória/ES, contando com a presença de diversos coordenadores de Pós-Graduação de universidades particulares e públicas do país. Nesse contexto,

variados temas foram tratados por professores convidados, divididos em mesas-redondas, como : “O CBCE e a Pós-Graduação em Educação Física no Brasil”; “Desafios e dilemas da Pós-Graduação em Educação Física: conhecimento e especificidade”; “Desafios e dilemas da Pós-Graduação em Educação Física: a experiência dos Mestrados profissionais”; “Desafios e dilemas da editoração de periódicos científicos”; “Desafios e dilemas da Pós-Graduação em Educação Física: os estudos socioculturais e a área 21”; “Desafios e dilemas da Pós-Graduação em Educação Física: entre o produtivismo acadêmico e a ética na pesquisa”; “Pós-Graduação em Educação Física: o estado da arte em distintas subáreas”, entre outras.

Durante o Fórum surgiram diversas reivindicações a respeito das normas e diretrizes que regem os programas de Pós-Graduação do Brasil. Como proposta o grupo de trabalho mobilizado elencou tópicos relevantes que foram discutidos durante o evento, criando um documento oficial, aprovado em assembleia final, que mais tarde foi enviado para os representantes da área 21 na Capes.⁹

Fórum de Pós-Graduação em Porto Alegre 2014

Com o intuito de potencializar as discussões que vinham sendo realizadas, ainda em 2014 foi realizado na UFRGS, em parceria com o CBCE e o Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (Gesef), o encontro de pesquisadores da subárea sociocultural/pedagógica no contexto da Pós-Graduação em Educação Física brasileira, visando a analisar propostas de alterações do sistema de avaliação da Capes/área 21, no que se refere às suas possibilidades de avanços e retrocessos. Buscávamos a diminuição da desigualdade existente entre as diferentes subáreas de conhecimento da Pós-Graduação em Educação Física brasileira para elaborar coletivamente uma proposta, a ser encaminhada à Capes, na perspectiva de alterar a situação existente. Nesse sentido, a realização deste evento teve por objetivo geral discutir a temática de forma ampliada e qualitativa iniciada em Vitória/ES.

Fórum de Pós-Graduação em Curitiba 2015

O 3º Fórum de Pós-Graduação do CBCE ocorreu nas dependências do curso de Educação Física da UFPR, em abril de 2015, na cidade de Curitiba/PR. O objetivo desse encontro foi reunir um número menor de pesquisadores, entretanto que contemplasse as subáreas sociocultural, pedagógica e biodinâmica, os quais fizeram um esforço concentrado para aprofundar as discussões e análises sobre o sistema de avaliação da Capes/área 21

⁹ Disponível em: <https://goo.gl/ZKcrZi>.

com o intuito de lapidar o documento que já vinha sendo escrito nos fóruns anteriores e discuti-lo com o coordenador da área 21, na época professor da UFPR, o qual sempre foi convidado a participar dos fóruns, eventos e congressos dessa gestão do CBCE e nunca compareceu, tampouco enviou representação.

4 Fórum de Pesquisadores e Fórum de Pós-Graduação em Porto Alegre 2016

Tal edição ocorreu nas dependências da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid) da UFRGS, em junho de 2016, na cidade de Porto Alegre/RS. O evento foi promovido pelo CBCE em parceria com o conjunto de professores pesquisadores das subáreas socioculturais e pedagógicas em Educação Física e com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), Grupos de Pesquisa da UFRGS e do ME. O propósito foi reunir professores, pesquisadores, coordenadores de Programas de Pós-Graduação, representantes da Capes e dirigentes de entidades científicas para refletir e discutir as contribuições da Pós-Graduação e da Educação Física para Educação Básica brasileira e finalizar o documento que vinha sendo produzido pelos pesquisadores da área desde o 1º Fórum de Vitória/ES, em 2014.

Participações em reuniões institucionais como estratégias de atuação do CBCE nas grandes discussões nacionais sobre a Educação Física

A entrega oficial à Capes do documento construído coletivamente por pesquisadores associados ao CBCE

Diante de todas essas ações que vinham sendo realizadas pelo CBCE, em agosto de 2015 convidamos os professores doutores Marco Paulo Stigger e Vicente Molina Neto, este coordenador do Fórum de Pesquisadores das Subáreas Sociocultural e Pedagógica, para nos acompanhar em uma reunião em Brasília com o professor doutor Arlindo Philippi Jr., então Diretor de Avaliação da Capes. Durante o encontro foram discutidas as proposições do documento construído coletivamente nos Fóruns intitulado: “Cenários de um Descompasso da Pós-Graduação em Educação Física e Demandas Encaminhadas à Capes”. Sensibilizado com o trabalho apresentado, o Diretor de Avaliação reiterou o papel da Capes como indutor de políticas científicas e de formação de recursos humanos, além de assumir o compromisso de discutir as proposições apresentadas no documento nas instâncias da agência de fomento e com o coordenador da área 21.

Entre as proposições apresentadas nesse documento estavam: contemplar a diversidade da área no processo de avaliação; aperfeiçoar a avaliação, estimular a produção de livros nacionais, além do aperfeiçoamento Qualis-Periódico; incorporação de jovens pesquisadores ao sistema de Pós-Graduação; maior participação da comunidade no processo de avaliação e autonomia da área, entre outras.

Avaliando a reunião, as partes envolvidas consideraram que ela foi bastante produtiva e que o CBCE cumpria mais uma vez o seu papel político, acadêmico e científico, mas que a adoção dessas sugestões dependeria da abertura e sensibilização da área 21 da Capes, o que até o fim dessa gestão não ocorreu.

Conexão do CBCE com a SBPC

Fundada em 8 de julho de 1948, a história da SBPC está profundamente ligada com o processo de evolução social, político e econômico brasileiro e, especialmente, com a institucionalização da ciência e o desenvolvimento científico e tecnológico no país. Além da política, a história da SBPC é marcada pela luta da consolidação de uma cultura científica no Brasil. O CBCE é filiado a essa sociedade científica muito representativa do Brasil, que conta com mais de 130 entidades associadas, de várias áreas do conhecimento. Nesse contexto, em 2014 o CBCE esteve presente, na 66^a Reunião Anual da SBPC, ocorrida na Universidade Federal do Acre (Ufac), contribuindo com as atividades da mesa-redonda: “As contribuições das pesquisas em Educação Física” e o minicurso: “Pesquisa na Educação Física, esporte e lazer: fundamentos lógicos e determinações históricas”.

Na 67^a edição, com o tema “Luz, Ciência e Ação”, a participação do CBCE foi com o minicurso “Metodologia de pesquisa para iniciantes e jovens pesquisadores”, que ocorreu em julho de 2015 na UFSCar. Na 68^a Reunião da SBPC, que ocorreu em 2016, na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em Porto Seguro, sob o tema Sustentabilidade, Tecnologias e Interação Social, o CBCE contribuiu com as atividades de mesa-redonda “Jogos Olímpicos 2016: tensões entre a integração social e as políticas esportivas e urbanas” e o minicurso “Educação Física/Ciências do Esporte: mídias na escola e integração social”.

Em 2017 o CBCE compareceu a 69^a Reunião, na UFMG, em Belo Horizonte, cujo tema foi: Inovação, Diversidade e Transformações, contribuindo com as seguintes atividades: conferência – “Inovação, diversidade, transformação e seus impactos na produção do conhecimento em Educação

Física”; mesa-redonda “Inovação, diversidade e transformação na Educação Física e seus impactos na escola básica”, além do minicurso “A BNCC e a Educação Física”.

Enfim, a conexão entre essas duas entidades científicas, durante esse período de 2013/2017, foi permanente. Entre diversas pautas nacionais importantes – ressaltadas nos títulos das conferências, mesas-redondas e minicursos propostos – outros aspectos que nos uniram foram os processos e os resultados da avaliação dos Programas de Pós-Graduação, que significal levantar, precisamente, questionamentos sobre a produção do conhecimento e os impactos desses investimentos acadêmicos na vida cotidiana das universidades públicas do país. O questionamento que fazíamos era sobre quem se beneficiava e quem era excluído desse processo de avanço da ciência brasileira.

Reuniões do Grupo de Trabalho Sistema Nacional do Esporte (GTSNE)

Integramos, em 2015, junto aos demais professores convidados da área, o Grupo de Trabalho do Sistema Nacional de Esporte (GTSNE) para discutir a construção de um novo sistema público nacional do esporte, com a participação e representação do GTT Políticas Públicas, para subsidiar as discussões. Infelizmente o quadro em 2019 é de desmonte desse projeto, pois o MEC acaba de ser extinto pelo governo federal de Jair Bolsonaro.

Trabalho coletivo em pauta: discussões/debates e elaboração de documentos

A luta pela dança na BNCC: tensão entre a formação em Educação Física e a formação em dança

Em meados de 2015 fomos convocados pelo MEC para discutirmos e defendermos o conteúdo da dança como componente da área de Educação Física na BNCC.

Participaram dessa reunião, com os responsáveis pelas discussões de áreas da BNCC, entidades vinculadas aos cursos de dança, o professor doutor Valter Bracht e representantes do GTT – Corpo e Cultura. Discutimos amplamente a diferença entre o ensino da dança trabalhado pela Educação Física na escola e o ensino da dança executado por profissionais em dança na escola. Na ocasião solicitamos aos GTTs que contribuíssem na discussão a respeito da presença da dança como tema da Educação Física Escolar, especificamente a afirmação disso por meio da BNCC, que estava no momento em processo de elaboração no âmbito do MEC. Dessa maneira, encami-

nhamos um pedido aos coordenadores de GTTs, os quais desenvolveram e apresentaram uma ampla análise com informações bastante relevantes para a questão em tela. Essas contribuições estão reunidas em um documento.¹⁰ Posteriormente encaminhamos esse documento ao MEC, garantindo a permanência do conteúdo de “dança” também para a área de Educação Física na BNCC.

A luta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física (DCNEF)

Conforme muitos associados vinham solicitando, abrimos espaço para fóruns de discussão em nossa página oficial. O menu inicial da página passou a conter a nova aba “Interação”, para que todos da comunidade tivessem voz ativa e pudessem participar e contribuir. Dessa forma, inaugurávamos a ferramenta com o debate sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física (DCNEF), porque o debate encontrava-se inflamado pela apresentação à comunidade acadêmica de uma minuta de resolução como proposta preliminar de reformulação das diretrizes ainda no segundo semestre do ano de 2015. Dessa maneira, a ideia era promover uma cultura participativa e coletiva como meio de esclarecimento, autonomia e exercício democrático. Também demandamos aos GTTs posicionamentos relativos à temática, para que pudéssemos contemplar diferentes pontos de vista do CBCE em um documento oficial, que foi encaminhado posteriormente ao MEC.

Após amplas discussões no interior dos GTTs e análise das posições dos sócios no fórum de discussão *on-line*, concluímos que as DCNEFs¹¹ têm sido e continuam sendo pauta de debates e controvérsias quanto ao seu conteúdo, principalmente em relação ao modelo de ciência, objeto de estudo da área, projeto histórico almejado e as posições sobre a divisão em duas modalidades (Bacharelado e Licenciatura) ou não. Entre os elementos que configuravam o contexto na época, problematizados pelo grupo de professores que defendia a formação única, estavam os entendimentos que: a divisão da formação descharacterizou a Educação Física; a fragmentação da profissão dividiu a classe em duas categorias: licenciados (professores) e bacharéis (educador físico, profissional), colocando trabalhador contra trabalhador; independentemente do campo de atuação profissional, o objeto de estudo não muda no momento da intervenção; a distinção entre as duas modalidades existentes é, em média, de 25% dos conteúdos,

¹⁰ Disponível em: <https://goo.gl/d5WePn>.

¹¹ Texto retirado do relatório anual da gestão 2015/2017, escrito pelo coordenador geral dos GTTs professor doutor Mauro Myskiw/UFRGS.

o que ratifica que a matriz curricular dos cursos é predominantemente semelhante e indissociável; o conhecimento em Licenciatura atende aos preceitos previstos na Resolução nº 07/14 e atende ainda à Resolução nº 02/15, que define as DCNs para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Problematizando as implicações das mudanças nas diretrizes para uma formação única, outros professores-pesquisadores apresentaram resistências. Resistências essas que estariam expressas a partir da configuração e formação de seus quadros docentes, projetos pedagógicos das instituições e visão do que devia ser a Educação Física. A partir destas ações, consideramos que o CBCE criou espaços para ouvir os sócios sobre a questão, dando voz às diferentes perspectivas, aprofundou o debate, cumpriu o seu papel e mais uma vez encaminhou o documento construído coletivamente ao MEC.

A luta pela capoeira: patrimônio histórico imaterial ou esporte?

Estivemos presentes em todas as reuniões do Conselho Nacional do Esporte (CNE), muitas pautas foram importantes durante esse período, as quais estão todas descritas nos nossos relatórios finais de gestão, portanto não cabe aqui descrevê-las. Gostaríamos, entretanto, de ressaltar somente uma participação do CBCE na 32ª Reunião do CNE, em agosto de 2016, no Escritório do ME no Rio de Janeiro, em que a pauta incluía a Resolução sobre a capoeira e artes marciais. No meu entendimento a atuação do CBCE nesse dia foi muito importante porque defendemos a proposta de que a capoeira deveria se manter patrimônio histórico imaterial, opondo-se ao Conselho Federal de Educação Física (Confef), que lutava para transformá-la em esporte, (des)considerando toda a trajetória dessa manifestação cultural. Após análise de vários documentos emitidos por coletivos que lutam pela capoeira no Brasil, argumentávamos que essa polêmica estaria sendo criada por pessoas desinformadas, que estariam negando ou que desconheciam a capoeira como manifestação humana de matriz africana, amplamente relacionada com as demais manifestações afrodescendentes existentes ou recriadas em território brasileiro. Nesse dia saiu de pauta essa discussão no ME, o que contribuiu para a legitimidade do CBCE diante dos demais conselheiros.

Árdua luta em períodos políticos difíceis: a realização dos grandes eventos do CBCE

Realizamos todos os eventos regionais entre os anos de 2014 e 2017.¹² Além disso, promovemos o 9º Conbrace e o 6º Congresso Internacional de Ciências do Esporte (Conice), com o tema “Territorialidade e diferenças regionais no Brasil e América Latina: conexões com a Educação Física e Ciências do Esporte”, em Vitória/ES, 2015 e, em setembro de 2017, o 20º Conbrace e 7º Conice, em Goiânia/GO, com o tema “Democracia e Emancipação: desafios para a Educação Física e Ciências do Esporte na América Latina”. Tais eventos consolidaram-se, tanto no cenário nacional quanto latino-americano, em decorrência do rigor científico de suas ações e da credibilidade construída ao longo dos seus 40 anos.

Saliento que a concretização, tanto dos eventos regionais quanto dos nacionais/internacionais, durante esse período em questão só aconteceram porque contamos com o apoio incondicional das universidades envolvidas e com um trabalho coletivo de alta qualidade e capacidade de realização de docentes, discentes e técnicos administrativos dessas instituições, os quais não mediram esforços para realizar gigantesca tarefa, provando que o CBCE tem uma força coletiva, histórica e política insuperável.

Impacto da construção histórica do CBCE para avanços na Educação Física/Ciências do Esporte

A partir dessa sucinta descrição de algumas ações do CBCE de 2013 a 2017, percebe-se que, mesmo diante da crise pela qual o Brasil vinha passando à época, nos esforçamos para abrir portas e estivemos presentes em todas as principais discussões da área de Educação Física, partilhando conhecimentos, ideias, projetos e experiências por meio de ações de cunho científico, acadêmico e político, além da elaboração de vários documentos, sempre a partir de um trabalho colaborativo e participativo entre a DN, GTTs, Secretarias Regionais e demais associados, materializando e comprovando a organicidade da nossa entidade.

¹² 6º Congresso Norte Brasileiro de Ciências do Esporte (Concen) em junho de 2017 – Rio Branco/Acre; 6º Congresso Nordeste de Ciência de Esporte (Conece), em novembro de 2016 – Natal/RN; 9º Congresso Goiano de Ciências do Esporte (Congoce), em agosto de 2016 – Quirinópolis/GO; 8º Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte, em setembro de 2016 – Criciúma/SC; 5º Concen, em novembro de 2014 – Belém/PA; 7º Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte, setembro de 2014 – Matinhos/PR; 5º Congresso Sudeste de Ciências do Esporte, em setembro de 2014 – Lavras/MG; 6º Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte, em setembro de 14 – Jataí/GO; 5º Conece, em setembro de 2014 – Guanambi/BA.

Embora o período de gestão em questão seja demasiadamente extenso e complexo para ser tratado em tão poucas páginas, obrigando-me a não nomear todas as pessoas que participarem e ajudaram as realizações descritas, essa breve síntese buscou apenas rever alguns fatos marcantes que estavam sendo impactados por ações políticas e sociais no Brasil. Apesar das dificuldades e desafios que enfrentamos, é inegável o papel dessa entidade científica nos rumos da Educação Física brasileira que, apesar das disputas, os efeitos de nossas ações se fazem sentir e alteram muitas vezes os rumos de grandes discussões no âmbito educacional, político e científico do país, qualificando as atividades de professores, pesquisadores e profissionais da área, de todas as regiões do Brasil e da América Latina. Assim, agradeço imensamente a todos os meus amigos e amigas que, citados ou não neste capítulo, colaboraram e fizeram parte desse trabalho coletivo. Vida longa ao CBCE!

Referências

- BIANCHETTI, L. 30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: os desafios para uma associação científica e os dilemas dos intelectuais institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 30, n. 3, p. 13-30, maio 2009. Disponível em: <https://goo.gl/pWhnCd>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- CASTRO, V. G.; TAVARES, T. R. O contexto político e social das políticas educacionais no Brasil: de 1930 a 2017. *Acesso Livre*, n. 7. p. 8-24. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/zbgXie>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- CBCE. *Cenários de um descompasso da pós-graduação em educação física e demandas encaminhadas à Capes*. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/B9zRtk>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- MYSKIW, M. (org.). CONBRACE, 20.; CONICE, 7., 2017. Goiânia. [].Goiânia, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/Drvznq>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Programa de Esporte e Lazer da Cidade*. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/CsVkTK>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Rede Cedes – Apresentação*. 2015a. Disponível em: <https://goo.gl/9tGBSN>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Sistema Nacional do Esporte*. 2015b. Disponível em: <https://goo.gl/VTxGbY>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Grupo de Trabalho desenvolve projeto para construção do Sistema Nacional do Esporte*. 2015c. Disponível em: <https://goo.gl/1xU1gc>. Acesso em: 29 jan. 2019.
- RECHIA, S. et al. (org.). *Dilemas e desafios da pós-graduação em educação física*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.
- SILVA, P. C. da C. et al. (org.). *Territorialidade e diversidade regional no Brasil e América Latina: suas conexões com a educação física e as ciências do esporte*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2016. V. 2. Disponível em: <https://goo.gl/kLZ2FP>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- VAZ, A. F.; ALMEIDA, F. Q.; BASSANI, J. J. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte: dificuldades, desafios e dilemas da editoração científica*. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 36, n. 4, p. 752-758, 2014.

Sobre os Autores

Claudio Gil Soares de Araújo

Graduado em Medicina (1974), especialista em Medicina Desportiva (1980), mestre em Ciências Biológicas (1982) e doutor em Fisiologia (1987), todos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *Research fellow* (1979) e *visiting scientist* (Pós-Doutorado) (1993) na McMaster University (Canadá). Lecionou em várias universidades e orientou 23 Mestrados e 9 Doutorados nas áreas de Fisiologia, Medicina, Educação Física e Ciências do Exercício e do Esporte. Principais indicadores científicos (10/6/2019): 98 artigos publicados e indexados no PubMed (188 no Orcid; 6.803/1.462 citações recebidas com índices H de 42/19, respectivamente, Google Acadêmico e Web of Science; 195 revisões verificadas – Publons (P98) e RG score de 40,81 – Researchgate (P97,5). Atua como médico e diretor de ensino e pesquisa da Clínica de Medicina do Exercício – Clinimex – na cidade do Rio de Janeiro.

Celi Nelza Zulke Taffarel

Professora, doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Ciências do Esporte pela Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe). Realizou Pós-Doutorado na Universidade de Oldenburg, Alemanha. É professora titular da Universidade Federal da Bahia (Ufba), bolsista de produtividade do CNPq e cidadã baiana pelos serviços prestados à educação. Ex-presidente do CBCE, ex-secretária geral do Andes-SN e ex-diretora da Faculdade de Educação. Coordenadora do curso de Licenciatura de Educação Física, de caráter ampliado da Faced/Ufba e coordenadora da Escola da Terra. Contribuiu na formação de 70 mestres e doutores, com publicação de aproximadamente 80 livros, 477 textos no Rascunho Digital, com 412.978 visualizações em 26/1/19.

Valter Bracht

Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutor pela Universidade de Oldenburg (Alemanha). Foi presidente do CBCE nas gestões 1991-1993 e 1993-1995. É professor titular (aposentado) do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), no qual é membro do Laboratório de Estudos em Educação Física – Lesef. Discute principalmente os temas da pedagogia da Educação Física escolar e epistemologia da Educação Física.

Elenor Kunz

Doutor e pós-doutor em Ciências do Esporte pela Universidade Técnica de Hannover, na Alemanha, e mestre em Ciências do Movimento Humano pelo Centro de Educação Física e Desporto (CEFD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foi pesquisador visitante em duas universidades alemãs – Hannover e Braunschweig – em quatro oportunidades, de 1989 a 2006. Publicou duas obras: “Transformação didático-pedagógica do esporte” (1994), com oito edições e mais três reimpressões, e “Educação Física: ensino & mudanças” (1991), com três edições. Além disso, publicou e organizou mais sete livros em parceria com orientandos e colegas. Foi presidente do CBCE em duas gestões: 1995-1997 e 1997-1999. Atualmente é professor aposentado do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina (CDS/UFSC), finalizando um projeto de professor visitante no CEFD/UFSM.

Lino Castellani Filho

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É professor livre-docente (aposentado) da Faculdade de Educação Física da Unicamp. Foi professor visitante da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF/UnB), nos biênios 2012/2013 e 2016/2017. Exerceu os seguintes cargos: secretário nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer junto ao Ministério do Esporte, de janeiro de 2003 a abril de 2006; presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, CBCE, nas gestões 1999/2001 e 2001/2002; presidente da Associação de Docentes da Unicamp – Adunicamp – 1996/1998.

Simone Rechia

Doutora em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/2003) e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR/1998). Realizou Pós-Doutorado pelo Instituto Nacional de Educação Física da Catalunha (Barcelona/ESP/2009). Lidera o Geplec – Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade, localizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi presidente do CBCE (gestões 2013/2015 e 2015/2017). Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em estudos do lazer e cidade, atuando principalmente nos seguintes temas: lazer, planejamento urbano, cultura urbana, educação urbana, espaços e equipamentos de esporte e lazer e políticas públicas.

Sobre os Organizadores

Allyson Carvalho de Araújo

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Realizou estágios de pesquisa pós-doutoral na University of Auckland (Nova Zelândia), na Western Sydney University (Austrália) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenador do Laboratório de Estudos em Educação Física, Esporte e Mídia (Lefem), além de diretor de comunicação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) nas gestões 2015-2017 e 2017-2019. Tem interesse nos debates sobre práticas pedagógicas em Educação Física e suas relações com tecnologias digitais.

Elisandro Schultz Wittizorecki

Doutor e mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor-associado I na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança/UFRGS, atuando na Graduação e como professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. É editor-adjunto da Revista Movimento e líder do Grupo de Pesquisas Qualitativas Formação de Professores e Prática Pedagógica na Educação Física e Ciências do Esporte (F3P-Efice). Diretor-administrativo do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) no biênio 2017-2019. Tem experiência e pesquisas, especialmente nos seguintes campos: Educação Física escolar, práticas pedagógicas, formação de professores e trabalho docente.

Larissa Michelle Lara

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2004) e mestre em Educação Física pela mesma instituição (1999). Concluiu o Estágio Sênior Pós-Doutoral (2017) na Universidade de Bath, Reino Unido (Bolsista Capes/Programas Estratégicos-DRI). É professora-associada no Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de

Maringá (UEM). Integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM-UEL e do Mestrado Profissional em Rede Nacional (Proef). É líder do Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade (DEF/UEM/CNPq), membro do Conselho Editorial da UEM (Eduem) e diretora científica do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

Mauro Myskiw

Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), mestre em Ciências do Movimento Humano e em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor-adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, docente dos cursos de Graduação em Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Vice-presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE, gestão 2017-2019). Tem experiência e realiza investigações nas áreas de gestão e políticas públicas do esporte e do lazer, na interface com as Ciências Sociais e Humanas.

Pedro Fernando Avalone Athayde

Doutor em Política Social e mestre em Educação Física pela Universidade de Brasília (UnB). É atualmente diretor dos grupos de trabalho temático do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), professor e coordenador do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da UnB. Coordena o Grupo de Pesquisa e Formação em Educação Física, Esporte e Lazer (Avante/UnB). Tem experiência na área de políticas de esporte e lazer, sobretudo nos seguintes temas: políticas públicas, orçamento e financiamento, direito e legislação esportiva, análise e avaliação de projetos e programas esportivos e estudos comparados sobre políticas nacionais de esporte.

Romilson Augusto dos Santos

Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Especialista em Metodologia da Educação Infantil pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Especialista em Marketing pela Universidade Salvador (Unifacs). Atualmente é professor-associado II da Ufba, coordenador do curso de Licenciatura em Educação Física e diretor das Secretarias

Regionais do CBCE. Tem experiência nas áreas de políticas públicas em esporte e lazer, assim como em currículo e formação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, cultura juvenil, lazer, Educação Física, turismo, políticas públicas e gestão.

Vicente Molina Neto

Doutor em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Barcelona (UB) e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou Pós-Doutorado na UB e estágio sênior como professor convidado. É atualmente bolsista do CNPq (Educação), professor de Pós-Graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Tem experiência nos campos de formação de professores de Educação Física, na prática pedagógica desse coletivo docente e no esporte escolar, especialmente nos seguintes temas: Educação Física, ensino básico, formação de professores de Educação Física e práticas pedagógicas em Educação Física.

Victor Julierme Santos da Conceição

Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor do Colégio de Aplicação e do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Diretor financeiro do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Tem experiência e pesquisa as seguintes temáticas: formação de professores de Educação Física, prática pedagógica, cultura escolar e identidade docente.



Editora UNIJUI

Fone: (55) 3332-0217
editora@unijui.edu.br
editoraunijui.com.br/
facebook.com/unijuieditora/

DISTRIBUIÇÃO
Fones: (55) 3332-0222
editorapedidos@unijui.edu.br
Rua do Comércio, 3000
Bairro Universitário
98700-000 – Ijuí – RS

